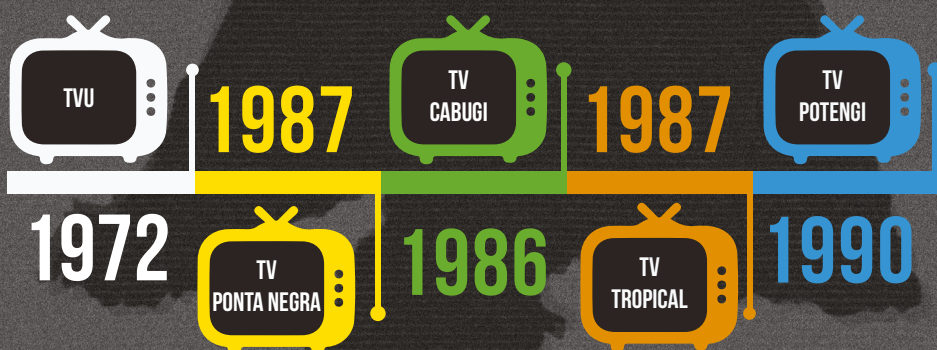


TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

A fase Analógica



Valquíria A. P. Kneipp
(Organizadora)

VOLUME 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO NORTE – UFRN**

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor

José Daniel Diniz Melo

Diretor da EDUFRN

Luis Álvaro Sgadari Passeggi

Diretor Adjunto da EDUFRN

Wilson Fernandes de Araújo Filho

Secretária da EDUFRN

Judithe da Costa Leite Albuquerque

Conselho Editorial da EDUFRN

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha

Anne Cristine da Silva Dantas

Christianne Medeiros Cavalcante

Edna Maria Rangel de Sá

Eliane Marinho Soriano

Fábio Resende de Araújo

Francisco Dutra de Macedo Filho

Francisco Wildson Confessor

George Dantas de Azevedo

Maria Aniolly Queiroz Maia

Maria da Conceição F. B. S. Passeggi

Maurício Roberto Campelo de Macedo

Nedja Suely Fernandes

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Richardson Naves Leão

Rosires Magali Bezerra de Barros

Tânia Maria de Araújo Lima

Tarcísio Gomes Filho

Teodora de Araújo Alves

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEDIS

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Morais

Coordenadora de Produção de Materiais

Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Maria da Penha Casado Alves

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Diagramação

Beatriz Lima da Cruz

Capa

Alice Rosa

Beatriz Lima da Cruz

Revisão

Cristiane Severo da Silva

Edineide da Silva Marques,

Emanuelle Pereira Diniz,

Letícia Torres

Margareth Pereira Dias

Renata Ingrid de Souza Paiva

Verônica Pinheiro da Silva

PARACERISTAS EXTERNOS

Jorge Pedro de Sousa

Universidade Fernando Pessoa – Porto – Portugal

Marialva Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Antonio Carlos Hohlfeldt

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

(PUC-RS)

Igor Sacramento

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Letícia Matheus

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Luciano Victor Barros Maluly (Eca/USP)

Escola do Comunicações e Artes da USP (Eca/USP)

Maria Berenice da Costa Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Karina Janz Woitowicz

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Nair Prata

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Ariane Carla Pereira

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Silvana Louzada

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Cristina Gobbi

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

(UNESP)

Catalogação da Publicação na Fonte. Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva CRB-15/692.

Trajetória da televisão no Rio Grande do Norte: a fase analógica [recurso eletrônico] / Valquíria A. P. Kneipp (Organizadora). – Natal: EDUFRN, 2017.
1 PDF; 1 v.

ISBN 978-85-93839-08-5

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

1. Televisão. 2. Rio Grande do Norte. 3. Trajetória. I. Kneipp, Valquíria A. P.

CDU 654.1
T758

SOBRE O LIVRO

Esta coletânea de artigos, organizada por Valquíria Kneipp se propõe a resgatar parte da história, a chegada da TV no Rio Grande do Norte, durante a fase denominada analógica, e também tratar de temas relativos à história da mídia, como metodologias, memória e retransmissoras. O livro está dividido em duas partes, totalizando nove capítulos. A primeira parte engloba quatro capítulos, dos quais os dois primeiros são de contextualização, o inicial sobre a evolução da TV no Estado e o segundo sobre a implantação da mídia eletrônica no Nordeste. Os outros dois capítulos apresentam reflexões metodológicas sobre como estudar historicamente a televisão no Brasil. Já na segunda parte, no quinto capítulo, Ciro Pedroza apresenta suas anotações, enriquecidas com notas de pé de página, caracteriza-se como sendo um texto bem elaborado da história da primeira emissora de Televisão do Rio Grande do Norte. Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra, no sexto capítulo, dedica sua atenção à primeira emissora comercial do Estado: a TV Ponta Negra. Ela constrói um perfil atual dessa emissora e sua atuação no Estado por meio de artigos e documentos, vídeos e documentários e uma série de entrevistas com o objetivo de elaborar sua narrativa histórica, passando para o leitor, com segurança, informações e fatos relevantes da chegada e do desenvolvimento da TV comercial em Natal. O sétimo capítulo, assinado por Alisson Santos e Juliana Holanda, trata da história da TV Cabugi, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Norte, com uma visão panorâmica bem concatenada com o processo de implantação da emissora na década de 1980 do século passado.

No oitavo capítulo, Gustavo Fernandes e Emanuel dos Santos concentram atenção na história da TV Band Natal, além de mapear a mídia televisiva potiguar. Os autores também fizeram uma ampla investigação no acervo acadêmico da biblioteca da UFRN, identificando aqueles que agregassem valor à história da televisão. Em síntese, os autores apresentam a história, cheia de altos e baixos, da TV Band no Rio Grande do Norte, a quinta emissora a ser instalada no Estado. Para encerrar o livro, encontra-se a história da TV Tropical, assinada por Juliana Hermenegildo, que aborda a instalação da emissora na cidade de Natal, tendo como pano de fundo as relações econômicas e políticas da região que retardaram a chegada e ainda prejudica o desenvolvimento da mídia televisiva no Rio Grande do Norte.

SOBRE OS AUTORES

Aline Maria Grego Lins

É doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo, professora do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, nas áreas das linguagens audiovisual e do telejornalismo. É autora do livro *A Alfabetização do Olhar* (1998) e faz parte do Grupo de Pesquisa de Cultura e Mídia Contemporânea, da Unicap/CNPq. Também participa como autora de capítulos nos livros *Síndrome da Mordação: mídia e censura no Brasil*; *A Sociedade do Telejornalismo*, *Telejornalismo: a nova praça pública*, e *Guel Arraes um inventor no audiovisual brasileiro*. Atualmente é a diretora regional da INTERCOM no Nordeste.

Alisson Campos Santos

É graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2009). Mestre em Desenvolvimento Regional (2012) pela mesma Universidade e, atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem experiência em Assessoria de Imprensa e como professor da área de Comunicação Social. É pesquisador nas áreas de Comunicação, Desenvolvimento e Jornalismo Ambiental.

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

É professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade

Federal de Goiás. Doutora e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, especialista em Sociologia pela Universidade Federal de Uberlândia e Bacharel em jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Célio José Losnak

É doutor em História Social (FFLCH-USP-SP), docente do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Bauru, atua na área de História do Brasil do século XX, com ênfase nos temas de imprensa, jornalismo, cidade e memória. Publicou o livro *Polifonia Urbana: imagens e representações, Bauru 1950-1980*, coordenou *Nos trilhos da memória* e coorganizou *Imprensa e Sociedade Brasileira, O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em perspectiva, Mídia e Sociedade em Transformação*.

Ciro José Peixoto Pedroza

É radialista, publicitário e jornalista, pesquisador da área de Rádio, Televisão e Marketing Político. Doutorando em Estudos da Linguagem (Linguística Aplicada), na UFRN (Natal/RN) e mestre em Jornalismo pela ECA/USP (2003). Foi o único brasileiro a participar de Curso de Capacitação de Capacitadores, no Centro de Formação Radiofônica da Deutsche Welle (Colônia-Alemanha, 2001). Tem Especialização em Telejornalismo (ECA-USP/TV Globo – São Paulo). É servidor da Justiça do Trabalho e apresenta programas de rádios em Natal e Ceará-mirim/RN. Publicou

Os filhos da Mídia: quem são e o que pensam os estudantes de publicidade do Rio Grande do Norte (Edições UnP, 1997) e *Escola Dominical* (Sarau das Letras, 2014).

Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra

É jornalista graduada pela UFRN (2005) e mestranda em Estudos da Mídia pela mesma instituição. Atualmente é Chefe de Redação da TV Tropical, emissora afiliada à Rede Record em Natal-RN, em que iniciou como estagiária (2000). Também é professora dos cursos de comunicação da Universidade Potiguar – Laureate Universities (2012). Na área de comunicação, tem experiência em rádio e televisão.

Emanoel Leonardo dos Santos

É bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia – PPgEM na mesma Universidade. Atuou como produtor, editor e apresentador de programas jornalísticos na rádio Nova FM. Trabalhou em campanhas para Senado e Governo como produtor de conteúdos para redes sociais. Trabalhou como redator e analista de mídias sociais na empresa Ratts Comunicação.

Gustavo dos Santos Fernandes

É mestre em Ciências da Educação pela Universidade Gama Filho (2013); especialista em Administração de Marketing pela Faculdade do Sertão (2012); especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Montenegro (2012);

graduado em História pela Universidade Potiguar (2007); e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Rádio e TV pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Atualmente é diretor-geral da Faculdade de Ciências Educacionais e Empresariais de Natal e tem atuado como Coordenador de Comunicação da Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho e como professor convidado de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Tem experiência na área de Comunicação com ênfase em Rádio e TV, atuando como diretor-presidente da Rádio Comunitária FM Esperança 87,9 da cidade de Ielmo Marinho e como assessor de imprensa de órgãos públicos. Desenvolve pesquisas nas áreas de identidade cultural e estratégias de marketing e ministra cursos de metodologia científica. Em 2013, publicou o livro *Inquietudes: Ielmo Marinho em Versos*, editado pela CJA; e, em 2015, publicou o livro *Manual de TCC – orientação a trabalhos acadêmicos*, editado pela EdFacen. É membro da Academia de Letras da Região Potengi.

Juliana Hermenegildo

É graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Evolutivo (2009). Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará (2013), mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia – PPGEM da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua em pesquisas na área de Folkcomunicação, Cultura Popular e Mídia Regional.

Juliana Sampaio Pedroso de Holanda

É jornalista formada pela Universidade Federal de Pernambuco (2000-2004). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos

da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Jornalismo Internacional pela City University London (2009), tendo sido bolsista da União Europeia, por meio do Programa ALBan (Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina). Especialista em Diplomacia e Negócios Internacionais (2012) pela Faculdade Damas. Autora do livro *The challenges of scientific and environmental journalism: The second-generation biofuels*, publicado em 2010, pela editora alemã Lambert Academic Publishing. Atualmente, trabalha na Agência de Comunicação da UFRN. Passou pelas redações da CNN Londres, Serviço Mundial da BBC em Londres (BBC Brasil), Quicksilver, Rede Globo Nordeste, TVU PE, UFM – PE e várias assessorias de comunicação.

Luciana Salviano Marques da Silva

É graduada em Comunicação Social, com habilitação em Radialismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fez mobilidade estudantil para a Anglia Ruskin University, em Cambridge/Reino Unido, onde cursou durante um ano Film and TV Production. Atualmente, é graduanda do curso de Jornalismo. Participou entre 2014 e 2016 do projeto de iniciação científica “Memória da TV no RN”, como bolsista.

Valquíria Aparecida Passos Kneipp

É graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990), possui mestrado (2002) e doutorado (2008) em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Foi editora-assistente da Revista *PJ:BR – Jornalismo Brasileiro* (de 2005 até 2011). Atualmente, é editora da publicação, professora adjunta IV de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2009. Foi diretora científica de Rede Alcar (2007-2011) e coordenadora do GT de Mídias Visual e Audiovisual (2008-2011). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, atuando como assessora de imprensa e telejornalista (nas funções de editora de texto, editora-chefe, produtora e coordenadora de produção). Atuou em campanhas eleitorais e ministra cursos de mídia *training*. Atualmente é vice-coordenadora do PPgEM da UFRN (2013-2015) e (2015-2017).

A construção da memória televisiva Potiguar

Sérgio Mattos¹

A bibliografia referente à televisão brasileira ainda é muito carente e este livro, *Trajatória da Televisão no Rio Grande do Norte – a fase analógica*, organizado pela doutora Valquíria Aparecida Passos Kneipp, caracteriza-se como mais um esforço no sentido de registrar particularidades dessa história, cheia de revelações e de detalhes regionais que enriquecem os estudos sobre a evolução desse meio em nosso país.

Considerando que o livro se propõe a resgatar parte dessa história, resolvi iniciar esta apresentação relatando como, indiretamente e por “osmose acadêmica”, tenho também minhas ligações com a chegada da TV no Rio Grande do Norte. Essa ligação passa pelos meus estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, onde fui orientando de doutorado do brasileiro Emile G. McAnany, que começou a se interessar pelo Brasil no ano de 1967 quando, ele ainda como aluno de doutorado na Universidade de Stanford, na Califórnia, orientando de Wilbur Schramm, matriculou-se numa disciplina que tinha o objetivo de desenvolver um projeto Educacional na Televisão,

¹ Sérgio Mattos é jornalista diplomado pela UFBA, Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos, autor de 49 livros, dentre os quais *A História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política* (Vozes, 2010, 5ª edição).

utilizando a tecnologia do satélite para ser testado nas áreas rurais do Brasil, Índia e Indonésia.

O projeto de uso do satélite para promover educação do qual participou em 1967 na Universidade de Stanford, acabou sendo adaptado no Brasil pelo INPE (Instituto Nacional de Estudos Espaciais), em São José dos Campos.

Inicialmente, o Brasil não era o objetivo específico da disciplina, mas a presença de três estudantes brasileiros de pós-graduação acabou influenciando na condução do curso. Vale destacar que a conexão do Brasil com a Universidade de Stanford já tinha antecedentes, pois o primeiro engenheiro brasileiro a obter Doutorado em Stanford, no ano de 1964, foi Fernando Mendonça, que se especializou em satélites. E os três estudantes brasileiros que estavam na turma de Emile McAnany, eram estudante/orientandos de Fernando Mendonça, no Brasil, mais precisamente em São José dos Campos onde ele desenvolvia pesquisas relacionadas ao uso de satélites e sua aplicabilidade em programas educacionais (MATTOS, 2010, p. 299-300).

Em 1977, Emile McAnany retornou ao Brasil para avaliar o impacto do projeto de simulação do satélite que o INPE implantou, em 1972, no Rio Grande do Norte.

Era um projeto de rádio e televisão para escolas rurais que seria semelhante ao que um satélite nacional realizaria, caso que o Brasil decidisse pela compra de uma tal tecnologia. O lado técnico do projeto foi dirigido por engenheiros e outras pessoas do INPE e foi bem executado. Os resultados, entretanto, foram insatisfatórios para os estudantes nas salas de aulas rurais.

A conclusão a que eu e meu colega brasileiro chegamos foi a de que apenas a tecnologia sozinha não poderia transformar um sistema escolar. Em resumo, a tecnologia, grande ou pequena, não pode ser a resposta para a mudança social significativa (McANANY, OLIVEIRA, 1978). A crítica dos projetos de mídia deste período foi a de que as vidas das pessoas não podem ser modificadas por uma aplicação de cima para baixo da tecnologia, por mais sofisticada que ela possa ser, mas também é verdade que a mídia podia ter algumas influências muito significativas nas vidas das pessoas, muitas vezes, para o pior, mas ocasionalmente para o melhor, mesmo quando o impacto não foi planejado (McANANY, 2010, p. 96).

Os estudos realizados por McAnany sobre o uso da mídia e das tecnologias na promoção da educação e do desenvolvimento em países terceiro mundistas resultaram na publicação de três monografias: *O papel do rádio no desenvolvimento: cinco estratégias de utilização* (*Radio's Role in Development: Five Strategies of use*, 1973); *Meios de comunicação na educação para países de baixa renda: implicações para o planejamento* (*Communication Media in Education for Low-Income Countries: Implications for Planning*, 1980), em co-autoria com J. Mayo; e *O Saci-Exern projeto no Brasil: um estudo de caso analítico* (*The Saci-Exern Project in Brazil: An Analytical Case Study*, 1980).

Vale destacar que o trabalho sobre o Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares), produzido juntamente com João Batista Oliveira, foi publicado no Brasil pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, no nº 8 da série *Estudos e Pesquisas*, no ano de 1978, com 84 páginas, sob o seguinte título: *Projeto Saci: embrião de um satélite educativo*.

E assim, como orientando de Emile G. McAnany, na Universidade do Texas, em Austin, matriculado em disciplinas focadas em Comunicações Internacionais, acabei por me inteirar e analisar o caso do Projeto SACI, ou seja, do embrião da televisão no Rio Grande do Norte. Feitas estas considerações evocativas para demonstrar que não sou alheio à história da TV no Rio Grande do Norte, volto ao foco desta apresentação, especificamente, para o livro em questão.

O livro está dividido em duas partes com nove capítulos. A primeira parte engloba quatro capítulos, dos quais os dois primeiros são de contextualização, o inicial sobre a evolução da TV no Estado e o segundo sobre a implantação da mídia eletrônica no Nordeste. Os outros dois capítulos apresentam reflexões metodológicas sobre como estudar historicamente a televisão no Brasil.

O primeiro capítulo detalha a evolução da TV no Rio Grande do Norte a partir de 1972, quando foi instalada a primeira emissora com produção local: A Televisão Universitária (TVU), criada inicialmente para atender ao projeto SACI. Atualmente, 2016, a TVU retransmite a programação da TV Brasil. O capítulo inicial também resgata a produção acadêmica sobre a televisão no estado potiguar.

O texto do capítulo, assinado por Valquíria Kneipp e Luciana Silva é rico em detalhes, registrando inclusive a desfaçatez como as concessões dos canais de TV eram distribuídas no período da ditadura militar. Exemplo disso foi a concessão, leia-se doação, da TV Ponta Negra, a primeira emissora comercial do Rio Grande do Norte, outorgada em 1985 por João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, e que só começou a transmitir em 1987, como afiliada do SBT, de Silvio Santos. A doação política de Figueiredo

foi feita ao amigo e aliado Carlos Alberto de Souza, então um senador da república. Para não fugir à regra, todos os quatro canais comerciais de TV do Rio Grande do Norte foram outorgados para políticos locais.

O segundo capítulo, assinado por Aline Maria Grego Lins, relata as dificuldades que os Estados nordestinos passaram para ter acesso a emissoras comerciais instaladas em suas capitais. As três principais capitais da região, Recife, Salvador e Fortaleza ganharam suas primeiras emissoras no ano de 1960 e eram responsáveis pela retransmissão de sinais para os estados vizinhos. São Luís, do Maranhão, ganhou sua primeira emissora em 1963. A autora descreve em detalhes como foi a instalação das emissoras no Nordeste, destacando como a TV Borborema, de Campina Grande, se constituiu, em 1966, como sendo a primeira emissora da Paraíba e a primeira a ser instalada numa cidade do interior e não na capital como nos demais estados da região. A capital, João Pessoa, se contentava em receber a programação transmitida pela TV Jornal do Recife até meados da década de 1980, quando em 1986 foi inaugurada a TV Cabo Branco.

Aline Grego Lins faz um breve e excelente apanhado histórico das emissoras do Nordeste, região que foi contemplada com várias concessões de rádio e TV a partir do último governo do regime de exceção, quando Figueiredo concedeu cerca de 650 permissões e no governo da Nova República, de José Sarney, que outorgou politicamente mais de mil permissões antes da Constituição de 1988 ser promulgada. O destaque desse capítulo vai para o papel desempenhando pela Globo Nordeste, no Recife, para fazer a cobertura das notícias dos Estados vizinhos e para a retransmissão do sinal na região.

O terceiro capítulo, de autoria de Ana Carolina Temer, identifica caminhos metodológicos para a reconstrução

da história das emissoras de televisão no Brasil. Isso porque “a compreensão da inserção social da televisão sofre ainda com a dificuldade de lidar com as diferentes dimensões desta mídia”. A autora aborda a relação de desconfiança entre as empresas televisivas e os pesquisadores acadêmicos que, baseados “em contradições e verdades incompletas, tendem a atribuir à televisão uma importância menor ou mesmo imputar apenas dimensões negativas”. Para vencer os obstáculos a um melhor entendimento desta mídia ela propõe a formatação de uma metodologia que “envolva um estudo histórico, mas não limitado à citação dos fatos, mas ansiando compreender os elementos envolvidos e a relação que mantêm entre si”.

Ana Carolina Temer sugere ainda que

a reflexão metodológica na pesquisa sobre as mídias, e particularmente sobre a televisão, deve se iniciar na compreensão do pesquisador que se trata de um objeto que está à vista de todos, e cujo fazer é moldado coletivamente ou mesmo socialmente.

A autora apresenta ao longo do texto uma série de sugestões que os pesquisadores devem levar em consideração ao se dedicar a estudar e registrar a evolução da televisão.

O quarto capítulo, que encerra a primeira parte do livro, de autoria de Celio J. Losnak, também apresenta reflexões metodológicas a partir dos dilemas do historiador das mídias e “seu tempo, ambiente das possibilidades e limites na abordagem do passado e do presente em constante tensão com questões contemporâneas”. Losnak dialoga com vários autores responsáveis por abordagens metodológicas para o resgate da história e da memória da mídia, pontuando o que considera relevante em cada uma das propostas. O texto é uma excelente

revisão da bibliografia específica do tema tratado, o que levou o autor a concluir que é de fundamental importância

entender como as redes de televisão se entendem por todo o Brasil, [...como] são apropriadas pelas estruturas políticas e grupos dominantes, [...como] integram-se à cultura regional e retratam os segmentos populares com certos vieses.

No quinto capítulo, Ciro Pedroza realiza exatamente o que se propõe no título. Suas anotações, enriquecidas com notas de pé de página, caracteriza-se como sendo um texto bem elaborado da história da primeira emissora de Televisão do Rio Grande do Norte, detalhando desde os objetivos, o processo de instalação, as vitórias e derrotas do desafio do Projeto SACI de implantar um programa de teleeducação via satélite por meio da TV Universitária (TVU). A importância dessa experiência e as contribuições da TVU, como diz Pedroza, “ultrapassou em muito o caráter meramente pedagógico de sala de aula a distância” e a sua maior contribuição ao Rio Grande do Norte foi “a qualificação de mão de obra especializada no fazer televisivo”.

Enquanto Ciro Pedroza se ocupou da primeira emissora pública do Estado, Cristina Vidal Bezerra, no sexto capítulo, dedica sua atenção à primeira emissora comercial do Estado: A TV Ponta Negra. Nesse trabalho, além de resgatar artigos e documentos, vídeos e documentários, a autora procedeu a uma série de entrevistas com o objetivo de elaborar sua narrativa histórica, passando para o leitor, com segurança, informações e fatos relevantes da chegada e do desenvolvimento da TV comercial em Natal, construindo assim um perfil atual dessa emissora e sua atuação no Estado. A narrativa sobre a instalação e desenvolvimento da TV ponta Negra foi enriquecida

com a história pessoal e os depoimentos das pessoas envolvidas no processo ao longo do tempo. Os detalhes da concessão do canal e as disputas políticas locais estão evidentes no texto. Cristina Bezerra evidencia que a TV Ponta Negra sempre se caracterizou pela inovação, além de ter mantido o foco de sua programação voltada para a população carente.

Como não poderia deixar de ser considerada à parte, o sétimo capítulo, assinado por Alisson Santos e Juliana Holanda, trata da história da TV Cabugi, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Norte. Os autores apresentam uma visão panorâmica bem concatenada do processo de implantação da TV Cabugi na década de 80 do século passado, baseando-se numa rigorosa revisão bibliográfica enriquecida com depoimentos que explicam fatos da história da TV no Rio Grande do Norte. Os autores reafirmam o que já era evidente nos textos anteriores: “Os interesses políticos que permearam a década de 1980, como retorno do regime democrático ao Brasil, serviram como pano de fundo para as concessões dos canais televisivos” no Rio Grande do Norte.

No oitavo capítulo, Gustavo Fernandes e Emanuel dos Santos concentram atenção na história da TV Band Natal, além de mapear a mídia televisiva potiguar. Os autores também fizeram uma ampla investigação no acervo acadêmico da biblioteca da UFRN, identificando aqueles que agregassem valor à história da televisão. Aplicaram também as técnicas da história oral com a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em indivíduos que trabalharam ou ainda trabalham na emissora focada. Em síntese, os autores apresentam a história, cheia de altos e baixos, da TV Band no Rio Grande do Norte, a quinta emissora a ser instalada no Estado.

Encerrando o livro, encontra-se a história da TV Tropical, assinada por Juliana Hermenegildo, que aborda a instalação da TV Tropical, na cidade de Natal, tendo como pano de fundo as relações econômicas e políticas da região que retardaram a chegada e ainda prejudica o desenvolvimento da mídia televisiva no Rio Grande do Norte. A TV Tropical foi a primeira no Estado a transmitir com sinal digital, no ano de 2012, e se caracteriza como parte do maior conglomerado de comunicação potiguar. O Grupo tropical controla oito emissoras de rádio, sendo duas na capital e seis no interior, além de dois canais de televisão.

Em síntese, pode-se afirmar que este livro, *Trajetória da Televisão no Rio Grande do Norte – a fase analógica*, preenche perfeitamente os objetivos da organizadora, Dra. Valquíria Kneipp, de oferecer um perfil da mídia televisiva no Estado do Rio Grande do Norte. A organizadora e os autores participantes desta empreitada merecem os louros dos objetivos alcançados. Resta aos leitores o prazer de ler e descobrir como foi a implantação da televisão no Estado potiguar e se deliciar com os detalhes dos bastidores dessa história.

*Se este veículo servir apenas para
divertir as pessoas e alienar, a
televisão estará em perigo e logo
veremos que a luta foi em vão. Este
veículo pode ensinar, pode esclarecer
e até mesmo inspirar. Mas, só poderá
fazer isso se todas as pessoas ousarem
com esse objetivo. Ou será apenas um
aglomerado de fios e luzes dentro de
uma caixa. Boa noite e boa sorte!*

Do filme “Boa Noite e Boa Sorte.”

SUMÁRIO

PARTE 1 – PARA CONSTRUIR UMA TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO BRASILEIRA 24

Capítulo 1 – A trajetória da televisão no RN: um “estado da arte” ou “do conhecimento” 25

Valquíria Aparecida Passos Kneipp / Luciana Salviano Marques da Silva

Capítulo 2 – Quando a televisão ainda era uma aventura no nordeste brasileiro 59

Aline Maria Grego Lins

Capítulo 3 – Repensando um método para conhecer a história das emissoras de televisão no Brasil 76

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Capítulo 4 – História, Memória e Mídia: algumas reflexões metodológicas 99

Celio J. Losnak

Capítulo 5 – Ver + Aprender + Fazer = TVU/Canal 5: 133
Anotações para uma história da primeira
Televisão do Rio Grande do Norte

Ciro José Peixoto Pedroza

Capítulo 6 – A primeira emissora comercial 157
do Rio Grande do Norte:
uma história da TV Ponta Negra

Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra

Capítulo 7 – Das retransmissoras à TV Cabugi: 172
os primeiros anos da Rede Globo
no Rio Grande do Norte

Alisson Campos Santos / Juliana Sampaio Pedrosa de Holanda

Capítulo 8 – Os deslocamentos da história: 194
da TV Potengi à Band Natal

Gustavo dos Santos Fernandes / Emanuel Leonardo dos Santos

Capítulo 9 – TV Tropical: 224
uma emissora aberta para o novo

Juliana Hermenegildo

PARTE 1

PARA CONSTRUIR UMA TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO BRASILEIRA

Valquíria Aparecida Passos Kneipp / Luciana Salviano Marques da Silva

Aline Maria Grego Lins

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Celio J. Losnak

A trajetória da televisão no RN: um “estado da arte” ou “do conhecimento”

*Valquíria Aparecida Passos Kneipp
Luciana Salviano Marques da Silva*

Os primórdios da TV no RN

Esta pesquisa tem como objetivo realizar um levantamento baseado na proposta de Ferreira (2002) sobre o “estado da arte” ou “do conhecimento” para mapear e discutir o percurso de implantação das emissoras de televisão no Estado do Rio Grande do Norte. O trabalho é em parte fruto do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período de junho de 2014 até junho de 2016. A pesquisa contou com a participação de duas bolsistas de iniciação científica¹. Além da pesquisa de iniciação científica, no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da mesma instituição, esta publicação contou também com os discentes de mestrado, durante o curso da disciplina Trajetória, História e Memória da Mídia,

¹ Sylara Silva Silverio – estudante de Comunicação Social – Habilitação Radialismo e Luciana Salviano Marques Silva, graduada de Comunicação Social – Radialismo e estudante de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

onde os mesmos se incumbiram de dar prosseguimento a partir dos dados registrados neste “estado da arte”.

Inicialmente partiu-se do estado da arte, com um levantamento de todo material disponível sobre as emissoras de televisão no Rio Grande do Norte em busca de uma cronologia da implantação de cada emissora. A partir desses dados, houve a necessidade de uma pesquisa documental, com o intuito de levantar as datas específicas das respectivas concessões de funcionamento de cada emissora de televisão do Rio Grande do Norte. Num segundo momento, as pesquisas bibliográficas puderam apontar efetivamente o estado da arte da pesquisa sobre televisão no Estado.

Num terceiro momento, foram utilizados alguns princípios da história oral, com a elaboração de um projeto para cada uma das emissoras, elencando um grupo de profissionais que trabalham ou trabalharam nas emissoras, para que esses profissionais fossem entrevistados. As entrevistas seguiram os princípios norteadores da história oral, com a elaboração de um questionário, a ser respondido por todos os profissionais.

Por último, a partir de todas as informações coletadas tanto pela pesquisa documental, quanto pela bibliográfica e também pelas entrevistas, será realizada uma análise para tentar esclarecer o problema desta pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, como a própria Ferreira (2002) propõe para produção de um “estado da arte”. Esse tipo de abordagem metodológica também se explica neste caso devido ao seu caráter retrospectivo vir de encontro com as necessidades identificadas pela pesquisa.

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica

e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 2).

Os motivos que levaram à busca dos registros das emissoras potiguaras estão relacionados com o campo de pesquisa da autora e também à falta de uma obra com o registro e a compilação de informações relativas às emissoras de televisão no RN. Com o intuito de iniciar uma reflexão sobre essa mídia que se faz tão presente na vida do cidadão potiguar.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia² do Governo Federal, em seu capítulo 1, que versa sobre a Televisão, o Rio Grande do Norte apresentou índices superiores à média nacional, em termos de horas diante da TV de segunda a sexta, “Os brasileiros assistem à televisão, em média, 4h31min por dia, de 2ª a 6ª-feira, e 4h14min nos finais de semana, sendo que a maior parte deles o faz todos os dias da semana (73%)” (BRASIL, 2014, p. 15). A média de horas assistidas de segunda a sexta no RN chega à 5h10 minutos.

As questões que se buscou responder foram: como ocorreu a implantação da televisão no Estado? Por que a primeira emissora, com produção local só foi implantada em 1972? Com esses questionamentos buscar-se-á compreender o processo de implantação desta mídia tão importante e relevante para a população do Estado e, ainda, analisar as condições em que estas emissoras se desenvolveram ao longo dos anos.

² Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

A televisão foi implantada no Brasil em 1950, por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, com a TV Tupi (inicialmente com o nome de PRF 3), na cidade de São Paulo. O país foi o quarto no mundo a receber essa mídia e o primeiro da América do Sul, mesmo com as pesquisas iniciais apontando a inviabilidade do projeto.

No Rio Grande do Norte, houve um grande atraso para a chegada da televisão. A primeira emissora com produção local só chegou em 1972. Foram necessários 22 anos após a implantação da primeira emissora, para que o RN tivesse a sua primeira televisão local e regional. Depois só nos anos de 1990 foram instaladas outras emissoras. Inicialmente, esta pesquisa pretende englobar apenas os canais de emissoras de sinal aberto no Estado, nesta primeira etapa do projeto.

A primeira emissora implantada no estado foi a Televisão Universitária, em dezembro de 1972, uma TV pública com a proposta de transmitir conteúdo educativo. A emissora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada inicialmente para atender ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) para ensino a distância nas redes de ensino básico e, por isso, sua produção consistia em teleaulas e programas educativos³. Além de pioneira no estado, a TVU, como é conhecida, é uma das mais antigas emissoras educativas do país, atrás da TV Universitária de Pernambuco, fundada em 1967⁴.

³ Disponível em: <<http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

⁴ Disponível em: <<http://fndc.org.br/download/historia-da-televisao-publica-educativa/documentos/113765/arquivo/historiatveducativa.doc>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Atualmente é afiliada à Rede Pública de Televisão e transmite basicamente a programação da TV Brasil.

Entretanto, o marco da história da televisão no estado é o surgimento da primeira televisão comercial do Rio Grande do Norte, a TV Ponta Negra, em 1987, que vem colocar o estado no cenário nacional e os potiguares começam a se ver na tela através dos telejornais.

As concessões, na época eram doadas pelo chefe do Executivo, no caso, João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar (1964-1985). A concessão da TV Ponta Negra foi outorgada em 11 de janeiro de 1985.

A concessão da TV Ponta Negra foi doada pelo General Figueiredo ao então Senador Carlos Alberto de Sousa (PDS/PDT/PDC⁵) por serem grandes amigos e aliados políticos. No documentário “TV Ponta Negra: o início da TV comercial do RN”⁶ (BRANDÃO, ROCHA; SAYONARA, 2008), o jornalista Paulo Tarcísio relata que por ser de origem humilde, Carlos Alberto de Sousa era hostilizado e sentia que só seria respeitado e teria voz se tivesse seu próprio veículo de comunicação. Tarcísio relata que em uma conversa do senador com o presidente Figueiredo, contou seu sofrimento, “e o presidente lhe disse ‘entre em uma concessão que eu lhe dou um canal de televisão’”⁷.

Em seguida, Sousa conversou com Silvio Santos, que cedeu alguns equipamentos para o início das transmissões,

⁵ Durante o período em que atuou como senador (1983 – 1991), Carlos Alberto de Souza passou do PDS para o PDT e em seguida para o PDC.

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-YCMvTEDpcE> e <https://www.youtube.com/watch?v=e-ldWlUGPxo>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

⁷ Transcrito do vídeo “TV Ponta Negra: o início da TV comercial no RN” aos 8’30. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-YCMvTEDpcE>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

e no dia 15 de março de 1987 a afiliada do SBT entrou no ar transmitindo ao vivo a posse do governador Geraldo Melo (BRANDÃO, ROCHA; SAYONARA, 2008).

Depois da afiliada do SBT, logo outros políticos entraram na corrida para ganhar uma concessão de televisão no Rio Grande do Norte. De acordo com Lima (2001, p. 22), as concessões da TV Cabugi, afiliada da Rede Globo e a TV Tropical, afiliada da Manchete (inicialmente), cujos proprietários eram o ministro Aluísio Alves e o senador José Agripino Maia, respectivamente, foram outorgadas em 1986. Já a TV Potengi, pertencente ao ex-governador Geraldo Melo, teve sua concessão outorgada em 1988 para transmitir a programação da TV Bandeirantes.

No princípio, as condições eram precárias e fazer televisão era um desafio. No documentário “TV Ponta Negra: o início da TV comercial no RN” (BRANDÃO, ROCHA; SAYONARA, 2008), Micarla de Sousa, filha de Carlos Alberto de Sousa, relembra as dificuldades do início: “o estúdio media dois por dois, era uma coisa mínima”, além disso, fala também de como foi criado o cenário para o primeiro programa “O povo na TV”, apresentado por Paulo Tarcísio. “O cenógrafo havia se recusado a entregar o cenário porque o espaço era muito pequeno... e meu pai falou ‘onde tem jornal?’”⁸, e foi assim, com jornais colados na parede e letreiro pintado de tinta vermelha que estreou o primeiro programa da televisão potiguar, um programa de denúncia e conteúdo policial.

O primeiro telejornal foi o Jornal da Cidade e a falta de recursos acabava limitando sua produção. O diretor executivo da TV Ponta Negra, Bosco Afonso, relata que

⁸ Transcrito do vídeo “TV Ponta Negra: o início da TV comercial no RN” parte 2 ao 01’39. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=elDWIuGPxo>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

“era uma espécie de jornal falado porque não tínhamos recursos para ir para a rua com a equipe”⁹. Ele conta ainda que o jornal ia ao ar por volta das 18h30 min, durava trinta minutos e tinha dois apresentadores que narravam as notícias do dia.

Na TV Cabugi (atual InterTV Cabugi), afilida da Rede Globo, a situação era diferente. A jornalista Ana Luiza Câmara, em entrevista para esta pesquisa¹⁰, contou que a emissora possuía sete equipes de reportagem, compostas por repórter, cinegrafista, motorista e operador de VT. Ela conta ainda que “tudo seguiu a cartilha da Globo”, com profissionais vindos de Recife, a OPJ (Operação Portátil de Jornalismo) mostrava como deveria ser o funcionamento da TV. “Eles estavam abrindo muitas afiliadas e já tinham uma equipe pronta pra ir treinar”, completa.

Apesar de situações distintas, todas as emissoras comerciais que tiveram início no final da década de 1980 (TV Ponta Negra, TV Cabugi e TV Tropical), evoluíram, conquistaram seu espaço e ainda hoje transmitem a sua programação aos lares de milhares de potiguares. Nesta etapa da pesquisa, o foco ficará nesta primeira fase de implantação das primeiras emissoras e seguirá a ordem cronológica. Posteriormente, a pesquisa poderá ter desdobramentos e ampliar para as outras modalidades de TV como a cabo e via internet. Na sequência, um quadro com a cronologia da chegada das emissoras no Rio Grande do Norte.

⁹ Transcrito do vídeo “TV Ponta Negra: o início da TV comercial no RN” parte 2 aos 03’19. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e-ldWIuGPxo>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

¹⁰ Entrevista concedida à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014.

CRONOLOGIA	EMISSORA	REPETIDORA	DATA DA CONCESSÃO	INÍCIO DA OPERAÇÃO
1ª	TVU	TV Brasil	DECRETO Nº 71.464 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 1972	02/12/1972
2ª	TV PONTA NEGRA	SBT	DECRETO Nº 90.809, DE 11 DE JANEIRO DE 1985	15/03/1987
3ª	TV CABUGI	GLOBO	DECRETO Nº 93.794, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1986	01/09/1987
4ª	TV TROPICAL	MANCHETE RECORD	DECRETO Nº 93.793, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1986	31/10/1987
5ª	TV POTENGI BAND NATAL	TV BANDEIRANTES	DECRETO Nº 96.811, DE 28 DE SETEMBRO DE 1988	01/09/1990

Quadro 1 – Cronologia da TV no RN.

Fonte: Autoria própria.

A TV Potiguar – um “estado da arte” ou “do conhecimento”

Trabalhos acadêmicos específicos sobre trajetória, história ou memória da televisão no Rio Grande do Norte não foram encontrados. Por isso, temas que envolvessem as emissoras ou que versassem sobre a radiodifusão no Estado foram investigados. Em termos de teses de doutorado, numa busca ao banco de teses e dissertações da CAPES, com as palavras TV e RN foram encontradas duas teses: de Accioly (2012)¹¹ e de Souza (2010)¹², ambas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. Respectivamente os números 1 e 2 no Quadro 2 a seguir.

A tese apresentada por Accioly (2012) propõe-se a investigar a contribuição que Televisão Universitária do Rio Grande do Norte (TVU RN) oferece a democratização da informação e a difusão de conhecimento científico produzido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a partir da própria percepção dos alunos da instituição. Ao longo da pesquisa, observa-se que TVU é apresentada como um espaço público propício ao debate das questões que envolvem o ensino superior. A autora constatou que as pesquisas sobre essa temática são recentes e que, e alguns estudos avançam no sentido de conceituar e apresentar a TV universitária como um meio de divulgação do conhecimento científico. O instrumental metodológico compôs-se de entrevista e análise de conteúdo, sendo identificada como uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo.

¹¹ Televisão universitária do RN (TVU): contribuições para a democratização da informação e a difusão do conhecimento científico.

¹² Uma conversa na escola: o diálogo e a mídia.

O destaque da pesquisa para esse levantamento encontra-se no terceiro capítulo (TV UNIVERSITÁRIA NO RN), no qual a autora discute os conceitos de televisão universitária, por meios de autores como Porcello (2002), Priolli (2008), Magalhães (2008), Ramalho (2008), Souza (2009). Depois, a autora apresenta um breve histórico da televisão universitária no Rio Grande do Norte, baseado em entrevistas com a descrição dos programas produzidos pela emissora. Dando sequência ao capítulo, a autora apresenta a cobertura geográfica do sinal da emissora pelo Estado do Rio Grande do Norte, com base nas informações do site da emissora. O capítulo prossegue com uma discussão sobre o conceito de televisão educativa no Brasil, tendo como base a Constituição brasileira, o código brasileiro de telecomunicação, e autores como Bucci (2000), Fradkin (2003), Pretto (1996), Carneiro (2003), Andrade (2005), entre outros. Por conseguinte, a autora apresenta uma reflexão sobre o que poder uma televisão pública, com base em autores como Lima (2010), Bucci (2011), Valente (2009), entre outros. Adotando para a pesquisa uma proposta híbrida: “a TVU RN uma TV educativa e pública, pois a televisão no Brasil, assim como o rádio e outros meios de comunicação é uma concessão do Estado, e portanto, um serviço público” (ACCIOLY, 2012, p. 101). Essa seção é encerrado com alguns enfoques teóricos sobre televisão, como Adorno e Horkheimer (1985) e McLuhan (1996), entre outros. A pesquisa constatou que a maioria dos alunos considera que a TVU RN contribui para a democratização da informação e a difusão do conhecimento científico produzido na Universidade, “e, ainda despertar o interesse de uma parte da comunidade acadêmica, mesmo assim não tornou ainda objeto de interesse de toda a academia” (ACCIOLY, 2012, p. 8).

A segunda tese encontrada de Souza (2009) trata da mídia televisiva, mas não é possível estabelecer uma relação de proximidades com esta pesquisa, porque a autora parte do diálogo como condição essencial para a plena efetivação da comunicação. A autora, por lado se apropria da proposta de diálogo de Paulo Freire para “pensar com”, e por outro lado compreende a mídia como meio técnico de informação e expressão está difundida na sociedade como sinônimo de meios de comunicação. A partir dessa dualidade proposta, a autora busca verificar se a mídia possibilita o diálogo, no seio do conceito de comunicação freirerano. Para tanto, Souza se apropria de elementos da etnometodologia, como análise de conversação e a reflexividade. Através de experiências com a mídia em ambientes educacionais, a autora corrobora as ideias de Paulo Freire e afirma, “[...] a mediação feita pelo mundo e buscando um viés para a utilização da mídia no sentido de proporcionar uma educação mais dialógica” (SOUZA, 2009, p. 8).

Em termos de dissertações de mestrado, foram encontradas quatro pesquisas: Rezende (2012), Freire Filho (2011), Ribeiro (2012), e Vasconcelos (2016). No quadro 2 são os números 3, 4 e 5 respectivamente.

A primeira pesquisa realizou um estudo acerca do telejornal “Jornal do Dia” da TV Ponta Negra, afiliada à Rede SBT de televisão e com sede em Natal/Rio Grande do Norte. O principal objetivo consistiu em examinar, de uma perspectiva crítica, o comportamento da seção política do referido telejornal respeitante à cobertura que vem efetuado acerca dos acontecimentos políticos do estado.

Detalhadamente, interessa-nos identificar os possíveis pressupostos ideológicos construídos por seu quadro político,

referentes não só aos políticos, partidos e principais instituições políticas do estado (casas legislativas, executivos e demais órgãos da administração pública), mas também à movimentação político-partidária no que tange ao âmbito estadual e municipal do RN. (REZENDE, 2012, p. 8).

O instrumental metodológico optou-se pelo uso da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (2007). Considerou-se a compreensão e a interpretação das notícias cotidianamente “teleplasmadas” (SARTORI, 2001).

A segunda dissertação teve como finalidade refletir sobre o cotidiano vicentino e suas práticas de sociabilidade nos primeiros anos da presença da televisão na cidade de São Vicente (RN), a partir das memórias dos protagonistas que presenciaram a inserção dos primeiros aparelhos de TV nos inícios da década de 1970. A pesquisa buscou compreender as mudanças mais significativas no cotidiano vicentino impulsionadas pela chegada da TV em algumas residências particulares. A pesquisa baseou-se em memória oral como metodologia principal, no intuito de interpretar as memórias narradas pelas pessoas. Na pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas em profundidade, visto que as narrativas dos entrevistados constituem o foco da pesquisa. O estudo observou a TV como uma mediadora essencial para a interação dos sujeitos no campo social, e também para o desvendamento de sua relação com as rotinas diárias dos vicentinos, alicerçadas em conjunturas e simbologias que regularam a conduta e reordenaram as práticas sociais e de sociabilidades desses sujeitos.

A terceira, de Vasconcelos (2016), com o título “O Transbordamento da mídia televisiva: uma análise do uso do VC no RNTV no telejornalismo”. A autora analisou as estratégias e inovações

empregadas para garantir o interesse do público. A partir de fundamentos teóricos e conceituais baseados em autores como Flores e Renó (2012), Scolari (2013), Shirky (2011) e Sodré (2013). O instrumental metodológico compôs-se por observação participante e entrevista, caracterizando-se como um estudo de caso. Verificou-se como se dá a seleção do público participante. A autora identificou a presença do fenômeno denominado “transbordamento” e, ainda, a inexistência de núcleo especializado em participação para intermediar essas falas.

Entre os trabalhos de graduação, foram identificados seis trabalhos, sendo sete monografias e um TCC – Documentário. A primeira de autoria de Rocha (1990)¹³ teve como o objetivo de alisar a produção local, e mostrar a opinião do telespectador e de profissionais de comunicação, a pesquisa contou com entrevistas e se propôs a fazer análises das emissoras comerciais do RN. Na primeira parte, foi realizada uma breve apresentação das emissoras do Estado, revelando que a primeira TV comercial chegou a Natal somente em 1987, ou seja, dezoito anos depois da primeira emissora (TVU), que é de caráter universitário. Inaugurada no dia 15 de agosto de 1987, a primeira emissora de TV comercial retransmite o sinal do Sistema Brasileiro de Televisão. Outras emissoras são mencionadas (TV Tropical, TV Ponta Negra e TV Potengi) sem uma efetiva cronologia das mesmas. Na segunda parte, a autora apresenta alguns aspectos profissionais e técnicos das emissoras do RN. Ressaltando a importância da formação e treinamento de novos profissionais para esta mídia, respeitando as peculiaridades da mesma. Na terceira parte do trabalho, autora faz análise da programação local das emissoras comerciais,

¹³ A televisão comercial do Rio Grande do Norte.

com certa parcialidade, em tópicos que vão desde “Ousadia”, “Tudo de cópia”, “Emissora padrão” até “Controle de qualidade”, entre outros. Na quarta parte do trabalho denominada “Linha política: relações governamentais com órgãos públicos”, a autora faz uma análise superficial das quatro emissoras comerciais (TV Cabugi, TV Ponta Negra, TV Tropical e TV Potengi) e revela de forma ingênua que,

O Rio Grande do Norte é o único Estado brasileiro onde, através das emissoras de televisão, oferece ao cidadão, uma noção mais completa da notícia, cada fato pode ser visto dos mais diversos ângulos e enfoques (ROCHA, 1990, p. 30).

Na quinta parte, a autora se propõe a analisar os compromissos das emissoras com a sociedade, a partir da percepção dos telespectadores e da integração com o interior do Estado. Na última parte, existe uma revelação dos “Bastidores” de uma emissora de televisão, com informações sobre a hierarquia e composição das equipes de produção (Quadro 2 – número 6).

A segunda (Quadro 2 – número 7), quatro pilares femininos da televisão é fruto de uma monografia, que apresenta a importância e a presença da mulher na televisão norte-rio-grande. Escrita a quatro mãos como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, virou publicação e lançada dentro da programação dos 23 anos da TV Ponta Negra, em 2010. As autoras contam a história da emissora afiliada do SBT, que começou sob o comando do ex-senador Carlos Alberto, e após sua morte, seguiu comandada pelas 4 mulheres herdeiras: Miriam de Sousa e as filhas Micarla, Rosy e Priscila de Sousa.

A terceira de autoria de Jeniffer de Souza Rocha, com o título “O telejornalismo no Rio Grande do Norte: uma análise

dos telejornais da InterTV Cabugi”, de 2014, trata-se de uma análise dos três telejornais da emissora. O objetivo da pesquisa foi traçar a linha editorial de cada telejornal e também comparar com a cabeça de rede, a qual é afiliada – a TV Globo. A metodologia empregada foi a análise de conteúdo e da história oral. A autora constatou que, apesar da produção diferenciada de cada um dos três telejornais, os perfis editoriais que os conduzem estão alinhados (Quadro 2 – número 8).

A quarta de Ranniery Fonseca de Sousa (2014), trata-se de uma pesquisa sobre a utilização do recurso de “ao vivo”, pelo telejornal Bom Dia RN, na qual o autor descreve o processo de seleção de notícias (Quadro 2 – número 9).

A quinta de 2014, de Ananda Braga Figueiredo, com o título “A recepção das primeiras notícias do dia: uma análise de conteúdo das informações transmitidas no Bom Dia RN”. A autora apresenta o telejornal como o primeiro a ser transmitido no Estado e analisa como são produzidas as primeiras notícias do dia (Quadro 2 – número 10).

As duas últimas monografias encontradas, a sexta e sétima diferentemente das anteriores que focam na emissora de maior audiência e de maior penetração no Estado. Sendo a sexta, com o título “Jornal do Dia a construção da notícia no telejornalismo regional: Um estudo de caso do jornalismo da TV Ponta Negra”, de José Adenilson Costa da Rocha (2015). O autor examinou os valores-notícia utilizados pelo *Jornal do Dia (JD)* da TV Ponta Negra, analisando quais fatos são significativos ou importantes para serem transformados em informações jornalísticas. A metodologia contou com levantamento bibliográfico e estudo de caso. Por meio da análise, foi possível identificar que o JD é constituído por matérias das editorias de política e economia, em que o factual predomina (Quadro 2 – número 11).

A sétima monografia localizada durante a pesquisa, trata do telejornalismo, da emissora que tem calcado sua produção jornalística em programas populares. Denominada: “Telejornalismo Popular do RN: Um Recorte da Política Executada Pelo Sistema Central de Mídia no Brasil” (SILVA, 2014) foge ao padrão encontrado nas anteriores, e apresenta uma reflexão crítica do telejornalismo (Quadro 2 – número 12).

O documentário intitulado “Vozes em Cena”, no qual os autores utilizaram depoimentos de profissionais que trabalhavam e que trabalharam na TVU de Natal, para contar um pouco da história da emissora, por meio da memória dos personagens. Bezerra, Brito e Moraes (2010) realizaram pesquisa e desenvolveram narrativa que mostra uma trajetória da primeira emissora do Rio Grande do Norte, na voz dos próprios participantes da mesma (Quadro 2 – número 13).

TV Ponta Negra: O início da TV comercial no RN (Partes 1 e 2); (Quadro 2 – número 14), um documentário produzido como trabalho de conclusão do Curso de Comunicação Social, Radialismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2008, por Celly Sayonara, Jeferson Rocha e Marcos Brandão, contando por meio de entrevistas a trajetória da referida emissora.

Dois artigos publicados em anais de congressos foram encontrados, o primeiro de autoria de Kneipp e Silva (2015)¹⁴, teve como objetivo levantar a trajetória de implantação da televisão no Rio Grande do Norte. As autoras buscaram levantar, por meio de pesquisa bibliográfica, documental, videográfica e entrevista mapear a chegada das emissoras no Estado e os seus respectivos desdobramentos. “A pesquisa visou registrar o passado da televisão Potiguar,

¹⁴ **Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação.**

com vistas em entender o presente da mesma” (KNEIPP; SILVA, 2015, p. 1). Os fundamentos conceituais articularam questões como coronelismo, coronelismo eletrônico, a mídia e a política. De acordo com as autoras, por meio da história e da memória foi possível encontrar um contexto, para explicar como se deu a efetivação da TV comercial no RN. A pesquisa buscou contribuir e suprir lacunas existentes na história da mídia nordestina. Considerou-se que o contexto político ficou evidenciado na referida trajetória (Quadro 2 – número 15).

Nº	Título do trabalho	Autor(res)	Ano	Natureza
1	Televisão universitária do RN (TVU): contribuições para a democratização da informação e a difusão do conhecimento científico.	Denise Cortez da Silva Accioly	2012	Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, Natal-RN.
2	Uma conversa na escola: o diálogo e a mídia.	Souza, Sandra Mara de Oliveira	2010	Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, Natal -RN.
3	Da política no vídeo à videopolítica: uma análise hermenêutica do programa Jornal do Dia (Natal/RN)	Danniel Brunno Herculano Rezende	2012	Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal-RN.
4	São Vicente (RN) nos primeiros anos da TV: Memória, Sociabilidade e Cotidiano.	Ana Paula de Araújo Ribeiro	2012	Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, Natal-RN.
5	O Transbordamento da mídia televisiva: uma análise do uso do VC no RNTV no telejornalismo.	Anna Paula de Andrade Vasconcelos	2016	Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, Natal-RN.
6	A televisão comercial do Rio Grande do Norte.	Letícia de Fátima Cabral Rocha	1990	Monografia – UFRN, Natal.

Nº	Título do trabalho	Autor(res)	Ano	Natureza
7	Quatro Pilares Femininos da Televisão.	Clarissa Marinho, Debora Oliveira	2010	Monografia/ Livro – UFRN.
8	O telejornalismo no Rio Grande do Norte: uma análise dos telejornais da InterTV Cabugi.	Jeniffer de Souza Rocha	2014	Monografia – UFRN, Natal.
9	O ao vivo no telejornalismo: uma análise do uso do recurso no Bom Dia RN.	Ranniery Fonseca de Sousa	2014	Monografia – UFRN, Natal.
10	A recepção das primeiras notícias do dia: uma análise de conteúdo das informações transmitidas no Bom Dia RN.	Ananda Braga Figueiredo	2014	Monografia – UFRN, Natal.
11	Jornal do Dia a construção da notícia no telejornalismo regional: Um estudo de caso do jornalismo da TV Ponta Negra.	José Adenilson Costa da Rocha	2015	Monografia – UFRN, Natal.

Nº	Título do trabalho	Autor(res)	Ano	Natureza
12	Telejornalismo Popular do RN: Um Recorte da Política Executada Pelo Sistema Central de Mídia no Brasil.	Fábio Borges da Silva	2014	Monografia – UFRN, Natal.
13	Documentário Vozes em Cena.	Allyne Anny Costa Bezerra, Érica Costa de Brito e Wesley de Moraes	2010	Trabalho de Conclusão de Curso – UFRN, Natal.
14	TV Ponta Negra: O início da TV comercial no RN (Partes 1 e 2).	Celly Sayonara, Jeferson Rocha; Marcos Brandão	2008	Trabalho de Conclusão de Curso – UFRN.
15	Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação.	KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos Kneipp; Luciana Salviano Marques Silva	2015	Texto completo em anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia; UFRGS – Porto Alegre – RS.

Quadro 2 – Produção acadêmica sobre Televisão no RN.

Fonte: Autoria própria.

Algumas publicações encontradas não foram listadas porque não se configuram como fruto de pesquisa acadêmica e são patrocinadas por emissoras, em datas comemorativas.

A proposta de um registro inicial

Ao final deste levantamento inicial, sobre o “estado da arte” ou “do conhecimento” a respeito da trajetória de implantação da televisão no Rio Grande do Norte, fica evidente a necessidade de incentivar as pesquisas relativas ao campo televisivo regional.

Um primeiro passo é a organização de uma publicação inicial para contar um pouco dos primórdios da televisão no Estado. Depois em um segundo momento poderá ser programada uma continuidade do trabalho, visto que as pesquisas no campo tendem a crescer depois do primeiro livro publicado. Por isso, essa primeira publicação será o volume 1 e terá como intertítulo – a fase analógica.

O título do livro: Trajetória da Televisão no Rio Grande do Norte – a fase analógica volume 1. O sumário preliminar contará com prefácio do professor Sérgio Mattos. Este primeiro volume está dividido em duas partes. Na Parte 1 – Antes da TV no RN, onde estão textos de pesquisadores de televisão, que buscam contextualizar a televisão no país. O primeiro texto trata do “estado da arte” ou “do conhecimento” da pesquisa sobre a televisão no RN. Depois um texto da professora Aline Grego que traz um panorama da fase em que o Rio Grande do Norte não tinha emissoras com produção local (22 anos de repetidoras). Na sequência um texto da professora Ana Carolina Pessoa Temer,

da Universidade Federal de Goiás apresenta uma reflexão sobre as possibilidades metodológicas da pesquisa em televisão (Repensando um método para conhecer a história das emissoras de televisão no Brasil). O professor e historiador Celio Losnak, da Unesp de Bauru História, faz algumas reflexões sobre a Memória e a Mídia.

Na Parte 2 – A TV no RN 1975-1990 estão textos produzidos pelos alunos de pós-graduação da UFRN, durante o curso da disciplina Trajetória, História e Memória da Mídia, no segundo semestre de 2015. O primeiro texto é de Ciro Pedroza sobre a primeira emissora do Estado – a TVU. Na sequência, Cristina D'Oliveira Vidal revela a trajetória da primeira emissora comercial do RN – a TV Ponta Negra. Depois Juliana Holanda e Alisson Campos Santos resgatam a emissora de maior audiência no Estado – a TV Cabugi (atual Inter TV Cabugi). Depois é a vez de Gustavo dos Santos Fernandes e Emanuel Leonardo dos Santos apresentarem o percurso da TV Potengi (Atual Band Natal). Para finalizar Juliana Hermenegildo mostra o processo de implantação da TV Tropical.

No volume 2 se pretende dar continuidade as pesquisas, com uma segunda publicação sobre as emissoras digitais, legislativas e da Internet do RN, com o subtítulo – a fase digital.

Considerações finais

Ao final foi possível considerar que o processo de implantação da televisão no RN esteve sempre atrelado aos políticos, que por meio de barganhas conseguiram as concessões das emissoras de TV.

A história da televisão no Rio Grande do Norte apresenta uma série de lacunas a serem preenchidas e em termos acadêmicos. Esta publicação compila e delimita como ocorreu a trajetória de implantação das emissoras de televisão, de 1972 até o início dos anos 1990, compreendendo os primórdios, denominada de fase analógica. Espera-se num segundo momento poder ampliar para outras possibilidades televisivas, como por exemplo, as Web TVs, TVs legislativas e as TVs a cabo.

Ao final desta primeira etapa da pesquisa foi possível revelar que o processo de implantação das emissoras de televisão no Rio Grande do Norte não seguiu o padrão de boa parte do país, que começou com emissoras comerciais. A primeira emissora do Estado foi educativa e pública. Esse fato revela, ainda, que as condições socioeconômicas da região inviabilizavam a implementação de uma mídia relativamente cara, como é a televisão. Este fato também corroborou com demora que o veículo televisão teve para ser implantado, visto que a primeira emissora do país foi implantada em 1950, mas a primeira emissora (que é pública) no RN só chegou 22 anos depois, e a primeira emissora comercial levou mais 15 anos para ser implantada.

Outro dado importante é que a produção científica relacionada a história da televisão no Estado carece de mais pesquisas e de produção de conhecimento, para que toda essa memória da história da TV possa estar armazenada e disponível, para que as gerações futuras possam conhecer, e refletir sobre essa mídia tão importante e hegemônica no Rio Grande do Norte.

Referências

ACCIOLY, Denise Cortez da Silva. **Televisão universitária do RN (TVU):** contribuições para a democratização da informação e a difusão do conhecimento científico. 2012. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2012.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDRADE, Arnon Alberto Mascarenhas de. Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar. **Revista Brasileira de Educação: 40 anos da Pós-Graduação em Educação**, Campinas, SP, n. 30, p. 133-138, set./dez. 2005.

BEZERRA, Allyne Anny; BRITO, Érica Costa de; MORAIS, Wesley de. **Documentário: Vozes em Cena.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social Habilitações Jornalismo e Radialismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BRANDÃO, Marcos; ROCHA, Jeferson; SAYONARA, Celly. **TV Ponta Negra, o início da TV comercial no RN parte 01 de 02.** Documentário. (Graduação em Comunicação Social Habilitações Radialismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-YCmvTEDpcE>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRANDÃO, Marcos; ROCHA, Jeferson; SAYONARA, Celly.

TV Ponta Negra, o início da TV comercial no RN parte 02.

Documentário. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e-ldWIuGPxo>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. Pesquisa brasileira de mídia 2015:

hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; DIAS, Maria Carmelita Pádua.

Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.

2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.**

São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. É possível fazer televisão pública no Brasil?

Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 88, dez. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Eugênio Bucci critica verba pública na imprensa.**

Disponível em: <[http://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Eugenio-Bucci-critica-verba-publica-na-imprensa.mp3\[/podcast\]](http://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Eugenio-Bucci-critica-verba-publica-na-imprensa.mp3[/podcast])>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício. **Comunicação e televisão:** desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Integração da TV na prática, na formação do professor: desejos, propostas, desconfianças, aprendizagens. In: REUNIÃO DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Textos...** Poços de Caldas, 2003.

CORREIA, Genira Chagas. A influência da radiodifusão no sistema democrático brasileiro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 79 - 97, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2235/1843>>. Acesso em: 15 mar. 2017. Acesso em: 24 abr. 2015.

COSTA, Sylvio; Brener, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. **Comunicação & Política**, v. 4, n. 2, p. 29-53, 1997.

FAGUNDES, José E.; MENDES, Marcília L. G. da Costa; CARRILHO, Daniela P. Mídia televisiva e poder político no RN. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 9., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Metodista, 2005. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Celacom_2005>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FIGUEIREDO, Ananda Braga. **A recepção das primeiras notícias do dia:** uma análise de conteúdo das informações transmitidas no Bom Dia RN. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FLORES, Jesús; PORTO, Denis. **Periodismo transmedia.** Madrid: Editorial Fragua, 2012.

FRADKIN, Alexandre. **História da Televisão Pública/Educativa.** 2003. Disponível em: <<http://fndc.org.br/download/historia-da-televisao-publica-educativa/documentos/113765/arquivo/historiatveducativa.doc>>. Acesso em: 7 maio 2015.

FREIRE FILHO, João; BORGES, Gabriela. **Estudos de televisão** – diálogos Brasil-Portugal. Porto Alegre: Sulina, 2011.

KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos; SILVA, Luciana Salviano Marques. Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS/ALCAR, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/trajetoria-da-tv-no-rn-a-historia-politica-da-comunicacao/view>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Editora AlfaOmega, 1980a.

LEAL, Victor N. O coronelismo e o coronelismo de cada um.

Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980b.

LIMA, Maria Erica de O. Nordeste: o desenvolvimento para além das oligarquias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP10LIMA.PDF>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

LIMA, Maria Erica de O.; VASCONCELOS, João Carlos A. de. Coronelismo televisivo em Natal. **Revista Univerciência**, São Paulo, v. 6, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/midiaregional/article/viewArticle/3862>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar.

Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)

– as autorizações de emissoras como moeda de barganha.

[S.l.]: Observatório da Imprensa/PROJOR, 2007.

Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 1 maio 2015.

LIMA, Venício. Venício Lima fala sobre a TV:

sessentona e desregulada. **Portal Vermelho**, 7 set. 2010.

Disponível em: <<http://vermelho.org.br/terceirizacao/noticia/136489-6>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MAGALHÃES, Claudio. **Televisão universitária:**

uma TV diferente. [S.l.]: ABTU, 2008.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira.**

Petrópolis: Vozes, 2010a.

_____. A pesquisa sobre tecnologia de Comunicação no Brasil e na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 299-308, jan./jun. 2010b.

McANANY, Emile; OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Projeto Saci:** embrião de um satélite educativo. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia Educacional, 1978. (Estudos e Pesquisas, 8).

McANANY, Emile. Algumas ligações dos Estudos de Comunicação dos EUA com o Brasil: memórias. In: HOHLFELDT, Antonio (Org.). **José Marques de Melo: construtor de utopias.** São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 89-102. (Coleção memórias, v. 1).

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1996.

MEDEIROS, Elias. Francisco Junior lança o livro RN TV a notícia no ar. **Portal O Momento**, 2014. Disponível em: <<http://www.portalomomento.com.br/noticias/cultura/3538#sthash.atTDp0OA.dpuf>>. Acesso em: 3 maio 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PIERANTI, Octávio Pena. A radiodifusão e os coronéis da mídia: uma discussão conceitual acerca do “coronelismo eletrônico”. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1005>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PORCELLO, Flávio. **TV universitária: limites e possibilidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. Campinas: Papirus, 1996.

PRIOLLI, Gabriel. **Televisão universitária: sonho da rede nacional virou realidade**. 2008. Disponível em: <<http://www.observatotiodeimprensa.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **A TV universitária como instrumento de difusão da cultura regional**. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa a massa de mídias**. São Paulo: Publisher, 2012.

REBOUÇAS, José de P. **A sobrevivência da crônica no jornal impresso de Mossoró/RN**. 2013. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013. Disponível em: <http://www.uern.br/controledepaginas/depto-comunicacao-social-producao-discente/arquivos/0301a_sobrevivencia_da_cronica_no_jornal_de_mossoro_rn.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

REZENDE, Dannel Brunno Herculano. **Da política no vídeo à videopolítica: um estudo hermenêutico do programa Jornal do Dia (Natal/RN)**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13675>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RIBEIRO, Ana Paula de Araújo. **São Vicente (RN) nos primeiros anos da TV: memória, sociabilidade e cotidiano**. 2012. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16410>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael M. (Orgs.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X Globo Universidade, 2008.

RIZZI, Daniel (Org.). **RN no AR: histórias das emissoras de TV no RN**. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=QpamS_bBg-Y>. Acesso em: 6 dez. 2015.

ROCHA, Jeniffer de Souza Rocha. **O telejornalismo no Rio Grande do Norte: uma análise dos telejornais da InterTV Cabugi**. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

ROCHA, José Adenilson Costa da. **Jornal do Dia e construção da notícia no telejornalismo regional**: um estudo de caso da TV Ponta Negra. 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ROCHA, Letícia de Fátima Cabral. **A televisão comercial do Rio Grande do Norte**. 1990. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

SARTORI, Giovanni. **La sociedade Multieténcia**: pluralismo, multiculturalismo y extranjeros. Madri: Santiliana, 2001.

SCOLARI, Carlos A. **Narrativas transmedia** – Cuando todos os medios cuentan. Barcelona: Planeta de Libros, 2013.

SENADO FEDERAL. **Decreto nº 90.809, de 11 de janeiro de 1985**. Outorga concessão à TV PONTA NEGRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=218343>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Em busca do voto perdido**. Natal: Editora Coojornat, 1982.

SILVA, Fábio Borges da. **Telejornalismo popular do RN:** um recorte da política executada pelo sistema central de mídia no Brasil. 2014. Monografia (Graduação em Radialismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria de comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUSA, Ranniery Fonseca de. **O ao vivo no telejornalismo:** uma análise do uso do recurso no Bom Dia RN. 2014. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOUZA, Sandra Mara de Oliveira. **Uma conversa na escola:** o diálogo e a mídia. 2010. 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14312>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2007.

TV UNIVERSITÁRIA RN. **História.** Disponível em: <<http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php>>. Acesso em: 7 maio 2015.

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiência em doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus/Intervozes, 2009. (Coleção Comunicação).

VASCONCELOS, Anna Paula de Andrade.

O transbordamento da mídia televisiva: uma análise
do uso do VC no RNTV no telejornalismo. 2016. Dissertação
(Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CAPÍTULO 2

Quando a televisão ainda era uma aventura no nordeste brasileiro

Aline Maria Grego Lins

A geração que nasceu na era digital, marcada pela ebulição das redes sociais e pela velocidade e possibilidades da internet, talvez tenha grande dificuldade em entender ou explicar o fato de a televisão brasileira ainda não ter nem 70 anos de vida, portanto, mais nova do que muitos dos seus avós. Nesse caso, se a referência forem as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a história pode ser ainda mais surpreendente. Assim, o presente artigo visa resgatar parte da história das repetidoras de televisões, instaladas em cidades e estados nordestinos que, durante quase três décadas, não detinham concessões para emissoras de televisão próprias. De modo especial, vamos destacar os casos de João Pessoa e Natal e, de forma ainda mais significativa, o caso da capital potiguar num tempo em que ter um canal de televisão era verdadeiramente uma aventura ou um sonho distante.

Eram os anos 50 no Brasil, início da segunda metade do século XX, quando o país teve contato, pela primeira vez, com uma invenção que iria mudar o dia a dia dos brasileiros: a televisão. A imagem em movimento, na maioria das exibições, imagens ao vivo, entrou nos lares dos brasileiros para nunca mais abandoná-los. A novidade e o fascínio provocados

pelo novo invento, contudo, não chegou ao mesmo tempo em todas as regiões do país.

No Nordeste, a espera ainda duraria dez anos, uma vez que o acesso à produção televisiva só aconteceria em 1960, quando começaram a ser instaladas as primeiras emissoras regionais. Primeiro em Pernambuco e, logo depois, nos estados da Bahia e do Ceará. Em outros estados, a espera ainda seria mais longa.

A dimensão continental do Brasil, a ausência de uma política governamental de comunicação igualitária para todo o país e o descompasso entre a visão empresarial regional e as possibilidades do novo veículo, as dificuldades de infraestrutura, inclusive no quesito eletrificação, estão entre os fatores que contribuíram para um cenário de diferenças e contradições no país, quando consideramos as instalações das emissoras de televisão no território brasileiro. É surpreendente constatar, por exemplo, que alguns estados nordestinos só passaram a ter um canal próprio de televisão há pouco mais de 40 anos, ou seja, quase 30 anos depois de inaugurada a primeira emissora de TV brasileira, a TV Tupi de São Paulo.

A TV Tupi, de Assis Chateaubriand, e a TV Jornal do Commercio, do Grupo F. Pessoa de Queiroz, foram as primeiras emissoras instaladas no Nordeste, ambas no Recife, e no mesmo mês de junho de 1960. Em novembro desse ano, começaram as transmissões da TV Itapoan, a primeira emissora baiana, instalada em Salvador, e a de Fortaleza, a TV Ceará. Exatamente três anos depois, em 1963, a primeira emissora do Maranhão, instalada na capital São Luís, a TV Difusora, iniciou suas transmissões. Os demais estados passaram a conviver com as imagens exibidas por antenas repetidoras, e levariam ainda alguns anos para contar com sinais próprios em seus territórios. Na verdade, mesmo nos estados cujas capitais já possuíam emissoras instaladas,

tinha em seus demais municípios e uma grande dependência das repetidoras e alguns, sequer, eram alcançados.

REPETIDORAS DE TV: qualidade técnica frágil, mas força nos sonhos...

Durante os cinco primeiros anos da década de 1960, os sinais que chegavam a vários estados nordestinos brasileiros eram retransmitidos, sobretudo para suas capitais, graças à instalação de antenas repetidoras, que levavam ao ar a programação da TV Tupi e da TV Jornal, do Recife, para cidades dos estados vizinhos, de modo especial a TV Jornal, que era mais bem equipada, com transmissores mais modernos e potentes do que a Tupi. Assim, os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, conseguiam assistir à programação das televisões pernambucas. Sergipe também captava em algumas cidades, sinais da vizinha TV Itapoan, da Bahia. Já o Piauí recebia sinais retransmitidos por emissoras do Ceará e também do Maranhão.

Esses sinais das repetidoras nem sempre eram de qualidade, na verdade, alguns apresentavam qualidade técnica bastante comprometida: “chuviscos”, fantasmas nas imagens e falhas no áudio estavam entre os problemas enfrentados, ainda assim, essa experiência para muitos nordestinos foi suficiente para alimentar o sonho de ver, em suas cidades, emissoras de televisão funcionando. O problema em receber imagens e programação através das repetidoras não se limitava, apenas, à questão técnica, no fundo, faltava a identidade dessa programação com as pessoas e a própria cultura dessas cidades e estados,

sendo que o descompasso e a ausência mais sentida acontecia, principalmente, no jornalismo, afinal, esses lugares não tinham, na TV, a produção de notícias sobre suas cidades.

Em 1966, é instalada a primeira emissora de TV no interior do Nordeste, a TV Borborema, canal 9, de Campina Grande. Diferente dos outros estados, a Paraíba começou a aventura da imagem em movimento na pequena caixa mágica não pela capital, mas por sua importante cidade do agreste. Para João Pessoa, restou seguir ainda alguns anos com a programação da TV Jornal do Recife, até metade da década de 1980, quando, finalmente, em 1986, inaugurou a TV Cabo Branco, que primeiro transmitiu a programação da Rede Bandeirantes, para, logo no ano seguinte, passar a ser afiliada da Rede Globo, parceria que dura até os dias atuais.

Mas, antes de João Pessoa, outras três capitais inauguraram suas emissoras e passaram a emitir seus próprios sinais na ainda década de 1970: Aracajú, TV Sergipe, instalada em 1971; Teresina, no Piauí, com a TV Clube, canal 4, instalada em dezembro de 1972; mesmo ano em que começaram as transmissões da televisão pública em Natal, a TV Universitária, da UFRN, foi engendrada, segundo Kneipp e Silva (2015, p. 4) com o objetivo de

[...] transmitir conteúdo educativo. A emissora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada inicialmente para atender ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) para ensino a distância nas redes de ensino básico e, por isso, sua produção consistia em tele aulas e programas educativos.

Mas, desde seu início, a TV Universitária potiguar enfrentou vários problemas técnicos, o que acabou não conquistando

uma audiência fiel da população para a emissora, que continuava, em sua maioria, a acompanhar a programação das repetidoras dos canais de televisão de Pernambuco, desta feita não apenas a TV Jornal do Commercio e TV Clube, mas a também, recém-inaugurada, Rede Globo Nordeste.

A TV Universitária, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi a segunda emissora no país diretamente vinculada a uma universidade pública. A primeira foi a TV Universitária do Recife, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, que, em 1967, iniciou suas transmissões. Apesar dos objetivos dessas televisões estarem ligados ao desenvolvimento e expansão da educação, as duas emissoras enfrentaram, ao longo de suas histórias, várias e graves crises, seja pela falta de recursos e de investimentos e renovação em seus equipamentos e em seu quadro de recursos humanos, seja porque acabaram sendo um reflexo das crises vivenciadas pelas próprias universidades públicas federais brasileiras, sobretudo, no final dos anos 1970 até os anos 1990.

De volta às demais capitais nordestinas e ainda a década de 1970, Maceió, capital do estado de Alagoas, foi a cidade a inaugurar, em 1975, a sua primeira televisão local: a TV Gazeta. Ao contrário da emissora de Natal, a televisão alagoana era comercial e considerada, na época, tecnicamente, a emissora melhor equipada no Nordeste. A TV Gazeta iniciou seus trabalhos já afiliada à Rede Globo e logo assumiu a liderança da audiência, uma vez que as repetidoras instaladas no estado não conseguiam reproduzir a mesma qualidade técnica em sua programação.

Nessa trajetória da implantação da televisão no Nordeste, os casos das capitais paraibana e potiguar chamam verdadeiramente a atenção, se comparadas aos demais estados nordestinos. João Pessoa porque, até a segunda metade da década de 1980,

não possuía ainda sua própria emissora, e Natal porque, nesse período, não havia instalado uma emissora comercial. Dessa forma, as duas cidades foram as capitais da Região que dependeram mais tempo das repetidoras de outras cidades e estados, uma situação que incomodava e muito, por exemplo, a Rede Globo, uma vez que elas eram as únicas capitais da Região em que a Rede não possuía afiliadas para transmitir sua programação o que, de certa maneira, significava também menos recursos captados pela área comercial da empresa. Esse cenário acabou gerando uma situação bem diferenciada para a Rede Globo Nordeste, que era obrigada a fazer a cobertura dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A Rede Globo Nordeste é uma das cinco emissoras que faz parte da Rede fundada por Roberto Marinho, as outras quatro são a TV Globo do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Minas Gerais. O nome estampado da região Nordeste, não foi à toa. De fato, quando iniciou suas atividades na capital pernambucana, a emissora emitia sinais para várias cidades da região, mas que isso, nos anos 1970 e quase toda década de 1980, a emissora cobria, jornalisticamente, alguns estados nordestinos para além de suas fronteiras em Pernambuco.

As equipes de redação, edição e reportagem da Globo Nordeste, emissora do Recife, trabalhavam com pautas não apenas para cobrir as cidades e comunidades pernambucanas, mas frequentemente produziam e desenvolviam pautas em alguns estados vizinhos. Não era raro um repórter chegar para trabalhar na redação, pela manhã, e receber uma pauta para fazer uma reportagem em João Pessoa ou, mais raramente, tomar um carro ou um avião para seguir para o Rio Grande do Norte.

Ao menos, uma vez por semana, uma equipe estava numa dessas cidades. Eu mesma cumpri essa rotina algumas vezes ¹.

Considerando as distâncias entre o Recife e as capitais de Natal e de João Pessoa, claro que as coberturas das equipes recifenses no estado da Paraíba eram bem mais frequentes do que as idas ao Rio Grande do Norte. Em razão disso, a capital potiguar acabou recebendo da Rede Globo Nordeste um tratamento diferenciado.

REDAÇÕES PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS: o caso Natal/RN

Para tentar reduzir a distância entre a programação da Rede Globo e os moradores de Natal, uma vez que, na década de 80, nenhuma emissora comercial havia conseguido a concessão para funcionamento de um canal, a saída encontrada pela Rede Globo foi abrir um escritório para o setor de jornalismo na cidade. Era prática na Globo manter nas cidades onde não possuía uma emissora, um escritório comercial. Essa prática facilitava a interlocução com os possíveis patrocinadores e com as empresas identificadas como potenciais clientes para a publicidade da emissora. A abordagem também não foi diferente em relação a João Pessoa.

¹ Aline Grego foi repórter da Rede Globo Nordeste de 1983 até 1987 e fez, durante o período em que atuou na emissora, várias reportagens na Paraíba e no Rio Grande do Norte, fato comum entre os integrantes da equipe nesse período. As denominadas UPJs, compostas por repórteres, cinegrafistas, auxiliares de VT e iluminadores, cobriam matérias e notícias não só nas Capitais (João Pessoa e Natal), como também em cidades do interior dos dois estados.

A inovação, no caso da capital do Rio Grande do Norte, foi justamente a abertura do setor de jornalismo e, mais do que isso, o envio de um jornalista correspondente para a cidade. A tarefa primordial desse jornalista seria, diariamente, enviar notícias do Rio Grande do Norte para os telejornais da Rede Globo Nordeste. O primeiro correspondente escolhido para ocupar esse cargo foi o então jornalista e, cinegrafista pernambucano, Roberto Cavalcanti², que já atuava na emissora do Recife e além de escrever, dominava, também, a produção de imagens, uma vez que era também cinegrafista (denominação da época)³. A habilidade de Roberto Cavalcanti para desenvolver as duas atividades certamente influenciou na escolha do seu nome. O convite partiu do então editor chefe e do subeditor, Roberto Menezes e Luciano Fraticelli, respectivamente, em setembro de 1977. A missão, segundo Roberto Cavalcanti, era desafiadora, mas ele não pensou duas vezes, aceitou de bate pronto (informação verbal)⁴.

O escritório do Jornalismo funcionava na Rua Mipibu, no centro comercial de Natal, no mesmo local onde também funcionava o departamento comercial da Rede Globo. Os dois setores, entretanto, funcionavam em salas diferentes. Segundo Roberto Cavalcanti, “as separações física e de serviços era (e ainda é) uma norma na TV Globo. Nada do jornalismo podia ser compartilhado com o comercial e vice-versa” (informação verbal).

² Roberto Cavalcanti foi um dos primeiros cinegrafistas contratados pela Rede Globo Nordeste para integrar a pequena equipe de jornalismo da emissora do Recife, inaugurada pelo presidente da Rede, Roberto Marinho, em abril de 1972.

³ Hoje esses profissionais são formalmente identificados como jornalistas cinematográficos.

⁴ Entrevista concedida pelo jornalista Roberto Cavalcanti a professora, pesquisadora e jornalista, Aline Grego, em Recife, em julho de 2016.

No setor do Jornalismo, Cavalcanti tinha à disposição, além da filmadora, apenas uma máquina de escrever, uma linha telefônica exclusiva para o jornalismo, uma mesa de trabalho e alguns armários, e mais a assinatura do Jornal Impresso Tribuna do Norte, que lia obrigatoriamente todas as manhãs, logo cedo, antes de fechar sua agenda do dia. Não tinha carro de apoio. Quando precisava deslocar-se na cidade, recorria ao táxi. Essas eram as condições da redação do correspondente em Natal.

O EUQUIPE

Se a prática jornalística vivenciada, hoje, em várias redações de empresas de comunicação no país e no mundo, a exemplo do repórter escrever, ele mesmo registrar o fato com fotografias e/ou com imagens em movimento, tudo num mesmo momento, é corriqueira⁵. Dessa forma, o jornalista garante a notícia tanto para as edições dos telejornais das emissoras ou jornais impressos, quanto para os portais de suas empresas, na década de 1970 além de ser raro era também um grande desafio para o profissional.

Não era nem um pouco comum nesse período o mesmo profissional do jornalismo dominar a produção da imagem em movimento e também a redação do texto, afinal, estamos falando de um período em que todo o processo era ainda analógico, utilizavam-se filmes em preto e branco, as imagens captadas pelas filmadoras exigiam um significativo

⁵ Essa prática, é preciso que se diga, é questionada pelos sindicatos, pois, na maioria das vezes, o profissional é remunerado por um único veículo, apesar de produzir para vários suportes da empresa (impresso, TV, rádio e portais na Web).

conhecimento técnico do cinegrafista, inclusive depois, na revelação do próprio filme. Se o filme velasse, a reportagem estava perdida, não tinha como recuperar as imagens.

Mas a responsabilidade de Roberto Cavalcanti não parava por aí, ele também trabalhava na retaguarda, identificando possíveis pautas, apurando os dados e produzindo as condições necessárias para a realização da reportagem. Era um único profissional fazendo o trabalho de toda uma equipe. A diferença em relação aos dias de hoje é que a presença do repórter (em passagens, abertura e/ou encerramento) não era tão recorrente como acontece atualmente. Basicamente eram imagens, entrevistas e texto para *off*.

A atividade multifacetada de Roberto Cavalcanti não enfrentou qualquer problema com os colegas jornalistas do Rio Grande do Norte, cuja força e mola principal era o jornalismo impresso. Segundo ele, “havia um clima de respeito e cordialidade. Nunca tive rusga com ninguém” (informação verbal). Pelo contrário, recebia apoio “todas as vezes que queria tirar uma dúvida sobre algum assunto, tema, com algum colega em Natal, o tratamento era de primeira linha” (informação verbal). Curiosamente, apesar da existência da TV Universitária da UFRN, Cavalcanti conta que nunca encontrou, na cobertura de fatos em Natal, um cinegrafista de outra emissora de televisão.

Segundo ele, a rotina diária era mais ou menos a seguinte: começava com a audição das notícias transmitidas pela Rádio Cabugi, logo pela manhã. Ele fazia o trajeto da sua casa para o escritório da Rede Globo já ouvindo a emissora. Depois, ao chegar ao escritório, lia o jornal, a Tribuna do Norte; conferia as informações que já havia apurado no dia anterior e preparava o roteiro com os fatos que considerava mais importantes ou relevantes a serem oferecidos à redação

dos telejornais da Rede Globo no Recife. Quando os acontecimentos mereciam imagens, ele registrava o fato com a câmera *Bell & Howell*, de 16 mm, usando filme preto & branco, sem som (informação verbal). O equipamento era considerado muito bom para a época. A TV Universitária da UFRN, por exemplo, usava a *Pailard Bolex*, que não tinha as mesmas qualidades técnicas. O material gravado, então, era enviado por “malote”, através da empresa de ônibus Nápoles, que fazia o roteiro entre as duas capitais, enquanto os textos eram encaminhados via fax.

Nos anos 1970, Natal era uma cidade com cerca de 400 mil habitantes, tranquila e que proporcionava a cobertura de alguns temas que interessavam aos noticiários da Rede. Esses temas, quase sempre, estavam ligados à vocação turística da cidade, às curiosidades – a exemplo do maior cajueiro do mundo – e, claro, ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), base responsável pelas experiências espaciais do nosso país. A prioridade, contudo, era para as matérias atemporais, isto é, que poderiam ser exibidas em qualquer dia ou edição dos diferentes telejornais, em razão do tempo necessário para o envio das gravações via malote. Na maioria das vezes, segundo Cavalcanti, quando o fato era datado e precisava ou deveria ser divulgado nas edições do mesmo dia em que ocorria, o que acontecia era ele enviar, via fax, os textos sobre a agenda e as informações de Natal e Região Metropolitana. Esses dados eram transformados, quase sempre, em notas ao vivo, que eram lidas pelo apresentador dos telejornais, no Recife (informação verbal).

O interior praticamente não era alvo das reportagens e da cobertura de Cavalcanti. Segundo ele, durante dois anos em Natal, os lugares mais distantes para os quais ele se deslocou para fazer cobertura foi a vizinha cidade de Parnamirim, local da Barreira do Inferno. E uma cobertura em Macau, terra do sal,

próximo a Mossoró, quando registrou a visita do então Ministro das Minas e Energia do governo Geisel, Shigeaki Ueki.

A presença mais frequente de imagens de e sobre Natal nos telejornais da Rede Globo Nordeste, no Recife, ocorriam nos finais de semana, quando eram exibidas as reportagens em que Cavalcanti destacava a beleza da capital potiguar, de maneira especial, as praias do belo litoral da cidade.

Em 1979, após atuar por dois anos na capital potiguar, Roberto Cavalcanti voltou para Recife, e retomou suas atividades na Globo Nordeste, principalmente, na função de cinegrafista. Desta feita, utilizando câmeras que gravavam com filme colorido, o Ectarkrome 7242 m 16 mm, produzido pela Kodak. No ano seguinte, ele já estaria trabalhando com a nova e “revolucionária invenção”, a câmera portátil a cores. A U-matic, câmera com gravador ligado por cabo, capaz de gravar som e imagem ao mesmo tempo e utilizava fita no lugar do filme.

Por sua vez, o setor de jornalismo de Natal é assumido por um jornalista do Rio Grande do Norte, Sávio Ximenes Hackradt, ele

fez parte da primeira direção do PCdoB no Rio Grande do Norte, quando participou ativamente na luta contra a ditadura militar. Sávio também foi um dos fundadores da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e do movimento pela anistia (PORTAL VERMELHO, 2010, documento on-line sem paginação).

Também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Norte e especializou-se em Marketing em Campanhas Eleitorais e passou a trabalhar em São Paulo, aonde chegou a ser o coordenador da Campanha de Mário Covas,

candidato do PSDB, em 1989. Depois, o próprio Sávio enveredou pela política, candidatando-se a alguns cargos políticos quando regressou para Natal, Rio Grande do Norte, em 2009.

Com a saída de Sávio, quem assumiu o escritório de Natal foi o jornalista e escritor, também do Rio Grande do Norte, Osair Vasconcelos, que atuou em vários veículos de comunicação do estado. É interessante registrar que tanto no período do Sávio, quanto do Osair, o número de reportagens gravadas em Natal foi intensificado, sobretudo na segunda metade dos anos 1980, graças aos adventos dos UPJs, unidades portáteis de jornalismo e o próprio deslocamento entre Recife e Natal, inclusive via aérea. É nessa década, sobretudo, que as equipes da Rede Globo Nordeste do Recife deslocam-se com mais frequência para a Paraíba e para o Rio Grande do Norte para gravar reportagens, às vezes com repórteres do Recife, por vezes, só a equipe técnica, que gravava, no caso de Natal, com Sávio e depois Osair.

As repetidoras das emissoras e a frequência de jornalistas e cinegrafistas do Recife cobrindo os fatos e acontecimentos nos dois estados vizinhos deixa de ser necessário só a partir de janeiro de 1987, quando, em João Pessoa, a TV Cabo Branco passa ser afiliada da Rede Globo. A emissora foi inaugurada em outubro de 1986, então, ligada a Rede Bandeirantes. No mesmo ano, em março, é inaugurada a primeira TV Comercial de Natal, a TV Ponta Negra, como afiliada do SBT. Só em setembro de 1987, com a inauguração da TV Cabugi, a Rede Globo, enfim, passa a contar com uma emissora afiliada.

As concessões das emissoras comerciais da Paraíba, em especial, em João Pessoa, e as do Rio Grande do Norte, caso de Natal e Mossoró, vão coincidir com o final da ditadura militar, quando o presidente João Batista Figueiredo, concedeu quase seiscentas e cinquenta consentimentos de canais de rádio e TV;

e o governo seguinte, eleito indiretamente, de José Sarney, que assinou mais de mil permissões de emissoras no mesmo contexto. Um “verdadeiro festival de concessões de rádio e televisão”, antes da promulgação da Constituição de 1988, conforme registrou Sérgio Mattos (2010, p. 125).

O fato é que, apenas quase 30 anos depois de inaugurada a primeira TV comercial do País, quase no apagar do século XX, que as capitais nordestinas João Pessoa e Natal, enfim, tiveram acesso a emissoras comerciais instaladas nas cidades, e a uma programação produzida, em parte, localmente, sobretudo, no âmbito do jornalismo, proporcionando, finalmente, um link com a identidade e interesse das populações/públicas das duas cidades.

Referências

A HISTÓRIA da televisão no RN. **História do Rio Grande do Norte**, out. 2012. Disponível em: <<http://historiarn.blogspot.com.br/2012/10/a-historia-da-televisao-no-rn.html>>.

Acesso em: 10 jul. 2016.

KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos; SILVA, Luciana Salviano Marques. Trajetória da TV no RN: a história política da Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA – REDE ALCAR, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Alcar, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/trajetoria-da-tv-no-rn-a-historia-politica-da-comunicacao/view>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LINS, Aline Maria Grego. A TV jornal e os anos 60: glórias e crises de uma emissora local. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/A%20TV%20JORNAL%20E%20OS%20ANOS%2060%20GLORIAS%20E%20CRISES%20DE%20UMA%20EMISSORA%20LOCAL.doc>> . Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. A Alfabetização do olhar e a trajetória da televisão em Pernambuco. In: MATTOS, Geísa; Jaguaribe, Elisabete; QUEZADO, Ana (Orgs.). **Nordeste, memórias e narrativas da mídia**. Fortaleza: Iris/Expressão Gráfica, 2010. p. 244-257. v. 1.

LINS, Aline Maria Grego; BEZERRA, Claudio; SILVA, Juliano Domingues da (Orgs.). **Mídia e cultura contemporânea**. Porto Alegre: FI, 2016. 197 p. (Série Mercado, 1). Disponível em: <<http://docs11.minhateca.com.br/1011073729,BR,0,0,M%C3%ADdia-e-Cultura-Contempor%C3%A2nea-serie-Mercado---Vol-01.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LINS, Aline Maria Grego; MELO, Marcelo Mário de. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco (Recife): guardião da memória da produção midiática. In: MELO, José Marques de; COSTA, Rosa Maria Dalla; FONSECA, Jovina (Orgs.). **Paradigmas brasileiros em Ciências da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2012. p. 179-188. (Coleção Memórias, 5).

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil: 50 anos de história**. Salvador: PAS/Edições Ianamá, 2000.

_____. **História da televisão brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PORTAL VERMELHO. **De assessor de campanhas a candidato**. 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/137648-1>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

REDE GLOBO. TV Paraíba. **Tvs Cabo Branco e Paraíba fazem parte da história de sucesso da Globo**. 2015. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/tvparaiba/noticia/2015/04/tvs-cabo-branco-e-paraiba-fazem-parte-da-historia-de-sucesso-da-globo2.html>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **A história**

da TV na Paraíba. Disponível em: <[http://cgretalhos.](http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/08/historia-da-tv-paraiba.html#.V6x3KPkrLIW)

[blogspot.com.br/2009/08/historia-da-tv-paraiba.](http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/08/historia-da-tv-paraiba.html#.V6x3KPkrLIW)

[html#.V6x3KPkrLIW](http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/08/historia-da-tv-paraiba.html#.V6x3KPkrLIW)>. Acesso em: 8 jul. 2016.

SÉRIE de reportagens “História da televisão na Paraíba”: década

de 1960. 2012. Disponível em: <[http://www.televisaonaparaiba.](http://www.televisaonaparaiba.com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Televis%C3%A3o%20na%20Para%C3%ADba)

[com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Televis%C3%A3o%20](http://www.televisaonaparaiba.com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Televis%C3%A3o%20na%20Para%C3%ADba)

[na%20Para%C3%ADba](http://www.televisaonaparaiba.com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Televis%C3%A3o%20na%20Para%C3%ADba)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. TV

Universitária. **A TVU RN: história.** Disponível em: <[http://www.](http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php)

[tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php](http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php)>. Acesso em: 6 jul. 2016.

Repensando um método para conhecer a história das emissoras de televisão no Brasil

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

O principal objetivo deste trabalho é buscar caminhos – metodologias/métodos – para reconstruir a história das emissoras de televisão no Brasil. Não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que, em função das condições infraestruturais do país, a sua tendência a improvisação e ao jeitinho e o um desprezo nem sempre explícito dos gestores do Estado para com os veículos de mídia¹, é comum que a documentação que poderia ajudar a fazer esse levantamento tenha sido quase toda perdida, ou até mesmo intencionalmente destruída. Em numerosos casos, os documentos que dizem respeito ao processo histórico de implantação e funcionamento de uma emissora de televisão incluem os papéis obrigatórios para o seu funcionamento – a autorização do órgão federal competente, registros da propriedade física e documentos fiscais –,

¹ O termo mídias surge a partir da tradução do latim do plural de médium, que significa meio. Considerando essa origem, os termos mídia e midiática possuem os mesmos significados, pois surgem a partir da pronúncia em inglês deste termo. Em que pese pensar a etimologia da palavra, o significado adotado nos estudos sobre comunicação remete aos meios de comunicação técnicos ou eletroeletrônicos.

além de uns poucos filmes, fotos e notas nos jornais locais, em geral nas datas festivas e colunas sociais.

Dessa forma, embora os documentos legais preservados e o conjunto de pistas complementar sejam contribuições importantes, ainda assim não oferecem embasamento suficiente para uma percepção mais completa da implantação e do desenvolvimento da história de uma emissora de televisão, principalmente se buscamos pensar, por meio desta história, o próprio impacto desse veículo na história local e regional.

De fato, ainda que se reconheça a importância das mídias nos processos de propaganda comercial e política, ainda persiste a dificuldade para entender a televisão como um ator social de grande prestígio, cuja compreensão é fundamental para entender as consequências da circulação de informações e, portanto, a própria organização da sociedade. A compreensão da inserção social da televisão sofre ainda com a dificuldade de lidar com as diferentes dimensões desta mídia, ao mesmo tempo produtora de conteúdos simbólicos, empresa e aparato técnico, além da dificuldade de entender a própria condição de lugar de fala diferenciado deste veículo – nem somente entretenimento, mas também não apenas espetáculo, espaço de um novo modelo de visualidade e de conhecimento. Esses diversos aspectos dessa mídia geram desconfianças nos pesquisadores acadêmicos que, adentrando em um processo marcado por contradições e verdades incompletas, tendem a atribuir à televisão uma importância menor ou mesmo imputar apenas dimensões negativas.

Essa relação tem ecos em várias questões, inclusive no tema da responsabilidade social das mídias que, em nome de uma pretensa liberdade empresarial (muitas vezes revestidas pela respeitabilidade dos termos liberdade de imprensa ou liberdade de expressão), trabalham em busca da ética

desprezando a sua importância ou sua ação como agente de mudanças sociais. Cabe a academia, portanto, apontar os tensionamentos que envolveram os caminhos trilhados pela televisão e suas consequências no desenvolvimento da vida social.

Para se delinear a amplitude dessas relações, busca-se, portanto, uma metodologia que considerando essa tripla dimensão, igualmente permita compreender que a soma das partes diz mais do que o seu resultado aparente ou imediato, ao mesmo tempo entendendo que nesta relação não existe uma história em si, mas histórias e percepções que permitem a compreensão das dinâmicas sociais que nas quais uma emissora de televisão, ou mesmo do veículo televisão, em si mesma, é um elemento complexo, mas também determinante.

Pretende-se, desta forma, entender este veículo como elemento modificador das relações sociais, políticas e econômicas que age no sentido de “reorganizar” as relações sociais na cidade e na região na qual seu sinal se estende, compreendendo que a televisão não existe em abstrato:

Ela não levita, não paira acima do sistema político, social ou econômico. [...] Ela integra o processo de produção e reflete internamente suas relações, sua divisão do trabalho, na sua qualidade de componente da indústria cultural. (CAPARELLI, 1982, p. 11).

Neste contexto, destaca-se inicialmente que a implantação da TV no Brasil se relaciona com a consolidação do modelo de crescimento econômico baseado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis, ampliando o mercado de bens de consumo e consolidando os valores das classes dominantes. No Brasil, assim como em outros países latino-americanos,

a televisão trabalha para obliterar as distâncias simbólicas, seja entre as diferentes classes sociais, mas também entre as regiões (o centro e as periferias), tendo uma importância ainda maior nas regiões que, em função do afastamento dos grandes centros e de diferentes condições econômicas e/ou infraestruturais, se integram tardiamente nos processos desenvolvimentistas que caracterizam a modernidade.

A proposta envolve compreender a televisão em um duplo sentido: enquanto promessa de mudanças, pois sua sobrevivência depende da ampliação do mercado de bens de consumo e da universalização de comportamentos e valores cosmopolitas que, nesse caso, correspondem aos valores das classes dominantes; mas também como agente de mudanças em si mesma, uma vez que se articula com os fatores sociais, econômicos e políticos que influem no desenvolvimento das relações sociais, a partir de um processo de encadeamentos no qual cada ação gera reações e essas reações, por sua vez, novas ações, formando uma corrente.

Objetiva-se, portanto, propor e refletir sobre uma metodologia que possa desvendar como os elos que envolvem a presença desta mídia em uma cidade ou região se encadeiam, analisando seus pontos fracos e seus desdobramentos, e os ecos que reverberam incessantemente até a atualidade.

Trata-se, portanto, da formatação de uma metodologia que envolva um estudo histórico, mas não limitado à citação dos fatos, mas ansiando compreender os elementos envolvidos e a relação que mantêm entre si.

Quando a metodologia é a questão

Ao falarmos em estudar as mídias, em termos amplos, deve-se remeter aos estudos sobre comunicação – e igualmente entrar em um amplo debate sobre o próprio conceito de comunicação e do campo da comunicação. Essa questão tem motivado pesquisadores que, entre diferentes argumentos, questionam se é possível estudar cientificamente uma ação humana, é a própria base sobre a qual se constrói a sociabilidade humana, ou em outros termos, o elemento que define a própria humanidade.

Mas se a espécie humana está orientada para uma vida em sociedade, também está orientada para as coisas: precisamos de objetos – coisas físicas – para sobreviver. De fato, o ser humano é um animal que produz meta-ferramentas – ferramentas que produzem ferramentas – e produzindo ferramentas, criar ferramentas de comunicação – mídia – aparatos técnicos e tecnológicos que ampliam e aceleram a circulação de mensagens, alterando as possibilidades dos processos comunicacionais. O impacto destes meios que levam à reflexão para a comunicação e para a academia, demandando novos estudos sobre os processos comunicacionais e suas influências.

O desafio de trazer a visão científica para a compreensão da comunicação se insere, a partir desse ponto, no próprio desafio de se buscar uma metodologia que se inserisse no contexto das ciências sociais/ciências humanas. Nesse sentido, o primeiro passo é o próprio conhecimento da palavra *ciência*, que traduz do latim o sentido de *conhecer/saber*. No seu sentido mais moderno, esse saber adquire uma diferente nuance, trata-se de um saber racional (fundamentado na razão e na lógica) e,

em princípio, obtido pelo método científico, cuja base é a observação e/ou experimentação, cuja base é o método científico.

O surgimento do método científico remonta o século XII, no período do Renascimento, quando os estudiosos europeus começaram a ter contato com o conhecimento e culturas além de suas fronteiras, e passam a observar os trabalhos de antigos pensadores, como Aristóteles, Ptolomeu e Euclides. Estudiosos como Roger Bacon (1214-1292) começaram questionar a aceitação cega de certas ideias bastante divulgadas, defendendo a experimentação como fonte de conhecimento. Essa relação é retomada por Francis Bacon (1561-1626), que dá início ao que mais tarde Descartes denomina método científico. Este método, portanto, surge a partir da percepção de que os sentidos devem ser questionados e na percepção de que apenas a investigação científica poderia garantir o desenvolvimento do homem e o seu domínio sobre a natureza.

O método científico de Descartes, conhecido como *Determinismo Mecanicista*, predominou até o início do século XX, com larga escala nos estudos sobre as chamadas ciências exatas e biológicas, no entanto, a inclusão dos estudos sobre o comportamento humano gerou novos debates sobre a possibilidade de uma objetividade científica nas Ciências Naturais. Segue-se então um debate sobre a autonomia metodológica das Ciências do Homem ou Ciências do Espírito, defendida principalmente por Wilhelm Dilthey (1833-1911), o qual entende que o método científico físico-matemático produz um conhecimento explicativo, enquanto o método científico histórico estaria vinculado a um conhecimento compreensivo e, portanto, o principal modo de acessar esse conhecimento seria por meio da compreensão:

nas ciências humanas, descrever o objeto não é suficiente, é necessário entender o seu sentido.²

Essa relação vai se desdobrar em percepções científicas diferenciadas: Émile Durkheim (1858-1917) desenvolve uma proposta de Sociologia à maneira das Ciências Naturais, defendendo a necessidade de olhar os fatos sociais “como se fossem coisa” e fazer uso das estatísticas para verificar as relações entre diferentes fenômenos sociais. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) buscaram no evolucionismo (desenvolvido, a princípio, para as Ciências Naturais) para a interpretação da história e das sociedades, supondo que estas passavam de fases mais primitivas e atrasadas para outras mais modernas e desenvolvidas. Essa ideia marcou boa parte da produção das Ciências Sociais e das humanidades nos últimos 200 anos. Já o sociólogo, historiador e economista Max Weber (1864-1920) acreditava que as sociedades deviam ser interpretadas a partir da cultura e da religião das principais civilizações e de comparações históricas. Além disso, ele dizia que a definição de modelos de organização social e política deveriam servir de referência para a análise empírica de casos históricos concretos, criando, assim, uma “sociologia compreensiva”.

A prática das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, cuja base é a investigação da realidade social e a busca de novas respostas e novos conhecimentos, em situações e problemas concretos, levou a uma sobreposição e até mesmo ao entrelaçamento destas visões. Particularmente nos estudos sobre a comunicação, que chega depois ao espaço acadêmico,

² Citando depoimento do cientista, Simon Schwartzman (IETS). In: PROFICIÊNCIA: Informações sobre profissões em Ciências. **O método Científico nas Ciências Humanas e Sociais**. 2016. Disponível em: <http://www.proficiencia.org.br/article.php3?id_article=490>. Acesso em: 12 jan. 2016.

essa trama torna-se ainda mais complexa³, uma vez que a construção fundamentação deste campo – considerado por alguns autores ainda em processo – busca apoio em conceitos e metodologias utilizadas em outras ciências.

Em que pesa a contribuição das teorias e metodologias utilizadas nestes processos diante da complexidade dos processos comunicacionais e, em particular dos processos comunicacionais midiáticos, muitas vezes gerou novas dúvidas. Neste contexto, no qual um dos desafios é a produção/reflexão sobre o próprio conhecimento, buscaram-se também novos olhares – novas metodologias.

A proposta que aqui se apresenta parte do princípio de que as múltiplas faces dos veículos mediáticos exigem não apenas uma abordagem que se apoie em entrelaçamentos de conhecimentos e metodologias, mas também em um constante tensionamento do próprio conhecimento, de tal forma que se abstraia dos seus estudos novos conhecimentos ou percepções que fujam do senso comum; e consequentemente agreguem algo efetivamente novo e importante ao conhecimento já existente na área.

Neste sentido, a reflexão metodológica na pesquisa sobre as mídias, e particularmente sobre a televisão, deve se iniciar pela compreensão do pesquisador que se trata de um objeto que está à vista de todos, e cujo fazer é moldado coletivamente ou mesmo socialmente. A partir dessa percepção, deve-se assumir uma posição de humildade, assentada pela compreensão de que a totalidade do conhecimento sobre os veículos de comunicação é inatingível e que as respostas “conclusivas” poderão mudar frente ao surgimento de novos dados ou novas abordagens.

³ Sodré (2014, p. 19-110) entende que a Comunicação é uma ciência pós-disciplinar, pois sua compreensão exige uma inteligibilidade redescritiva que não se encaixa nos paradigmas mais comumente utilizados nos estudos científicos.

Trata-se, portanto, de um processo no qual cabe ao pesquisador algo mais do que dar respostas, seu trabalho é fazer análises densas, refletir antes de responder, considerar e contextualizar antes de afirmar (TEMER, 2014, p. 24).

Reflexões sobre a produção e os conteúdos televisivos

Os estudos sobre a história dos meios têm um histórico significativo. Particularmente os estudos sobre o jornalismo, sua história e seus efeitos têm um significativo espaço na academia, mas o apelo para entender a televisão enquanto veículo midiático está transformando a visão do mundo é menos presente. Estas relações se justificam porque as mediações realizadas pela televisão são particularmente complexas, pois o meio tem conteúdos particularmente diferenciados, que sobrevivem a partir da tensão que se estabelece entre a necessidade de reprodução/valorização continuada das normas sociais, e um vínculo constante com as transformações permanentes da vida social⁴, aceitando a imprevisibilidade e a continuidade dessas transformações.

Diante desse cenário, um aspecto importante a ser considerado é que, na maioria das sociedades democráticas, os responsáveis e proprietários das empresas de televisão são homens de negócios e empresários; ou, no caso das emisoras públicas ou dependentes do financiamento do estado,

⁴ Transformações permanentes na vida social, ou simplesmente mudanças sociais designa qualquer mudança do sistema social ao longo do tempo, o que inclui alterações na infraestrutura, na estrutura e na superestrutura, como uma evolução/involução do sistema social, mas também revoluções e outras mudanças bruscas.

gestores cujo maior interesse é manter a ordem e a estabilidade. Uma vez que a televisão é negócio, ela atende principalmente as motivações primárias de seus receptores potenciais, que é a ocupação das horas mortas com conteúdos voltados para o lazer, a diversão. Dessa forma, o material exibido pela televisão raramente inclui sutilezas, pelo contrário, sua marca “[...] uma absoluta obviedade e redundância na mensagem espetacular...” (GONZÁLEZ REQUENA, 1995, p. 82). Com a mágica da redundância e do brilho superficial, a televisão tende a transformar diferentes conteúdos em espetáculo: notícias trágicas, receitas para o cotidiano das donas de casa, apresentações musicais, e mais recentemente, a vida das pessoas comuns colocadas frente às câmeras pelos incontáveis realitys shows, tudo é apresentado como algo espetacular.

A fórmula simples oculta, no entanto, que os produtores dos conteúdos televisivos, em suas diferentes instâncias – desde os gestores de alto nível até os produtores de textos, atores, apresentadores etc. – convivem e são tensionados por um veículo cuja sobrevivência é interdependente das mudanças sociais em dois sentidos: funcionalmente, porque sua continuidade depende de um permanente ajuste às condições da sociedade, ao devir sociopolítico e às mudanças técnicas-tecnológicas; e institucionalmente, porque as mudanças sociais afetam as relações entre a sociedade e os sistemas de comunicação. (MARTÍN-SERRANO, 1985, p. 44).

Essa estratégia para conquistar um maior público tem também diferentes consequências que reforçam a percepção de que a especificidade do discurso televisivo e sua eficácia se constituem precisamente em função da condição de espetáculo. A superficialidade com que os temas são tratados afeta a recepção de quem desfruta o conteúdo

sem necessariamente memorizar os dados. Os receptores tendem a prestar maior atenção aos conteúdos voltados para o entretenimento e para diversão, pouco se concentrando nos programas culturais, informações políticas, econômicas e sociais, mas igualmente pouco percebem sobre a condição normativa da televisão, que lança modismos e comportamentos, afeta opiniões e valores.

De fato, o que sobrevive na memória dos receptores de televisão são mais sensações e menos dados, mais emoções que informações, mais imagem que texto: a televisão impressiona mais do que esclarece, mas ao fazer isso, deixa uma marca permanente na história, afetando o seu próprio contexto.

Sobre História e outros conceitos

Uma vez que esta é a proposta de uma metodologia que pretende buscar uma compreensão ampla da televisão e seus efeitos, o seu desenvolvimento, torna-se necessária a delimitação de alguns conceitos.

A visão de história utilizada para essa proposta de trabalho é aquela desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, os quais reconhecem a história como um processo criador por meio do qual o homem se faz a si mesmo, a partir de uma visão dialética⁵ da criação, satisfação e recriação contínuas das suas necessidades.

A partir dessa percepção, entende-se que a consciência humana é condicionada pela relação dialética entre o indivíduo

⁵ Dialética é “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. (KONDER, 1985, p. 8).

e os objetos do seu mundo, na qual o homem constrói o formato desse mundo, mas, ao mesmo tempo, é afetado por ele. A percepção do mundo material é condicionada pela sociedade (GIDDENS, 1990, p. 52), mas tem uma relação intrínseca com o trabalho que cada indivíduo desenvolve: “Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”. (MARX; ENGELS, 1984, p. 43). Dessa forma, os autores ainda constataam:

A história não é senão a sucessão de diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, força de produção que lhe são legados por todas que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e por outro lado modifica velhas circunstâncias como uma atividade completamente mudada. (MARX; ENGELS, 1984, p. 43).

A partir da percepção de Marx e Engels, os indivíduos são dependentes das condições materiais da sua produção, o trabalho é uma atividade transformadora não só da natureza, mas do próprio homem: os homens são “produtores da história”, mas embora essa produção se dê no cotidiano, e seja consciente e planejada, ela modifica seu produtor.

Para estudar as mídias – e particularmente a televisão –, consequentemente envolve o conhecimento/análise da formação técnica e das suas condições materiais de produção. Uma vez que a televisão é uma convergência de tecnologias e de aparatos tecnológicos, a presença de condicionantes técnicos, a posse de tecnologias e o domínio técnico que seus produtores possuem é também um elemento definidor de sua produção, influência e história. Destaca-se, no entanto,

que essa relação deve ser pensada como elemento que afeta a relação entre o trabalhador e o seu trabalho, ou mais ainda, sobre as consequências do seu trabalho.

Neste sentido, convém destacar que o crescimento das mídias – tanto no que diz respeito a sua estrutura quanto a sua importância social e política – está diretamente relacionada ao modelo capitalista industrial que define a sociedade contemporânea. Mas se a vida social, econômica e política na contemporaneidade são dependentes e as novas necessidades de circulação de informações, as instituições mediadoras – empresas que controlam as mídias – são também forças sociais e políticas (atores sociais) cujos produtos causam impactos na vida social e interferem em múltiplos aspectos da vida social.

Embora as mídias são produtoras de conteúdos, temos também que considerá-las a partir de suas relações simbióticas do telejornalismo com as empresas grande porte (com o grande capital), mas também como um espaço de atividade profissional no qual grupos de especialistas, em geral com formação profissional em diferentes áreas que requerem conhecimentos práticos e teóricos para ampliar os efeitos e a eficiência dos processos comunicativos (jornalistas, atores, produtores, cenógrafos, cinegrafistas, técnicos em imagens e som etc.), utilizam aparatos técnicos/tecnológicos para a difusão de conteúdos simbólicos. O alcance deste conteúdo é variado, e de forma prática impossível de ser medido com exatidão⁶.

De fato, o desenvolvimento das mídias abriu espaço para a consolidação de novos públicos, novos grupos sociais, novos comportamentos – inclusive de grupos que contestam

⁶ Ainda que se possa dimensionar o seu impacto em períodos ou situações específicas.

e demonizam sua existência. Esses novos públicos não devem, no entanto, ser confundidos com grupos presos a tradições arcaicas e aparentemente anacrônicas, e menos ainda com uma massa amorfa, incapaz de apreciar e tirar proveitos de informações as quais antes não tinham o mesmo acesso.

É importante também destacar que o crescimento das mídias está diretamente relacionado ao modelo capitalista industrial que define a sociedade contemporânea. Mas se a vida social, a vida econômica e política na contemporaneidade são dependentes e as novas necessidades de circulação de informações, as instituições mediadoras – empresas que controlam as mídias – são também forças sociais e políticas (atores sociais) cujos produtos causam impactos na vida social interfere em múltiplos aspectos da vida sociais, o que por sua vez, afeta o status de seus controladores.

Particularmente no caso da televisão brasileira, que se instala em condição de lugar de fala diferenciado em uma sociedade pouco letrada, dependente da cultura oral, ao mesmo tempo em que é financiada por interesses particulares de um Estado centralizador e autoritário, as consequências são particularmente importantes.

Histórias, documentos e fatos

O pesquisador em geral está preso entre a grandiosidade de suas ambições e os limites impostos pelo tempo disponível para pesquisa. Assim, antes mesmo da pesquisa se iniciar é necessária uma autoanálise delimitando o espaço/tempo a ser pesquisado. Essa relação envolve mais uma vez uma postura de humildade do pesquisador, o reconhecimento de que

não é possível desvendar todo o processo em uma única pesquisa, que é necessário equalizar os esforços em função de prazos e disponibilidade de esforços.

Tendo em vista este ponto de partida e considerando que a proposta é uma metodologia em forma de trama, o que se deve igualmente buscar é a superação da dicotomia estudo quantitativo versus qualitativo, compreendendo que a quantidade é uma qualidade em si mesma e que, portanto, pode ser usada sempre que puder fornecer parâmetros que contribuam para esclarecer o conjunto de dados. A partir deste ponto, é necessário buscar técnicas que permitam o levantamento de dados que inter-relacionem pelo menos os três aspectos determinantes das emissoras de televisão – produtora de conteúdos simbólicos, empresa e aparato técnico. Em função disso, alguns passos devem ser considerados.

O primeiro levantamento de dados diz respeito ao acesso aos documentos, sejam os documentos legais da própria empresa, sejam os conteúdos – produtos – que a emissora veiculou em diferentes momentos de seu funcionamento. Esse ponto é significativo porque, com a provável exceção de alguns documentos obrigatórios, que em geral revelam a relação da empresa com o Estado e as questões relativas a propriedade (da concessão e dos espaços físicos), poucos documentos são arquivados e um número menor ainda colocado ao alcance dos pesquisadores. Mesmo nas empresas públicas, que atualmente estão submetidas às pressões (e leis) para a transparência de suas ações, o desconhecimento soma-se à inexistência dos documentos, que não foram conservados ou resguardados dos danos decorrentes do abandono.

Essa falta de cuidado, intencional ou não, também atinge o material produzido pelas emissoras de televisão.

Embora se possa vincular essa ausência de arquivos a própria origem da televisão, cujas transmissões iniciais eram ao vivo, extensas pesquisas realizadas nas primeiras emissoras de televisão brasileiras revelam alguns poucos filmes guardados, documentários episódicos feitos pela própria TV sobre a sua história e as fotos da época, eventualmente em poder da empresa, mas também sob a guarda de ex-funcionários e até de curiosos, em um conjunto que está longe de representar a variedade, extensão e importância do material produzido. Dessa forma, embora se trate de um material importante, que deve ser considerado durante o trabalho de pesquisa, o pesquisador não deve se limitar a ele.

Uma forma de ampliar esse material, ou pelo menos compreender parcialmente o seu alcance e significado simbólico envolve uma busca em outras mídias, particularmente os jornais impressos, arquivos públicos e setores ligados à preservação de documentos históricos. A consulta aos jornais impressos, em particular fornece dados importantes para um levantamento dos principais fatos da cidade e da região, fornecendo o pano de fundo determinante para o seu desenvolvimento.

Também é importante recordar que a importância da televisão abria espaço para que diferentes momentos de sua programação fosse anunciada ou comentada nestes veículos. Durante muitos anos a programação da televisão era parte obrigatória do caderno de entretenimento, que eventualmente trazia destaques sobre estreias ou sucessos. Um pesquisador eficiente pode monitorar essa programação, que em geral sofre alterações em função dos dias da semana, mas que também muda ano a ano, por meio de uma análise de conteúdo, que permita entender os gêneros e formatos mais presentes e, a partir desse ponto, entender o caráter

da própria emissora. Já os elementos destacados fornecem dados importantes, pois pontuam mudanças e adaptações internas do conteúdo da emissora.

Na análise da programação, o fator determinante é o volume de dados. Se a inclusão da programação for diária, e o período de pesquisa mais ampliado, é interessante que o pesquisador determine uma semana padrão (uma semana considerada típica, ou seja, em princípio isenta de elementos comemorativos ou diferenciais na programação) como base da pesquisa. Neste caso, a periodicidade da semana padrão a ser pesquisada (uma por mês, uma por semana etc.) vai ser definida em função da amplitude do material de pesquisa e dos objetivos do pesquisador.

A consulta à programação também oferece indícios – que posteriormente devem ser confirmados nas entrevistas – sobre a produção local, questão particularmente importante para a compreensão das emissoras locais e regionais. Nestes casos, deve-se igualmente buscar um critério que delimite a produção local, em geral considerando que estes programas que envolvem equipes locais; ainda que essas equipes se desloquem para a realização do trabalho – como seria o caso de uma transmissão de um jogo de futebol fora da cidade – ou que se utilize nesse processo de filmes ou outros materiais informativos comprados ou obtidos fora da emissora. Como contrapartida, o critério para a produção nacional diz respeito aos programas que envolvam equipes de emissoras nacionais; ainda que essas equipes se desloquem para fora do país na realização do trabalho.

Ainda sobre a consulta de fontes documentais/jornais impressos é válido destacar que os profissionais que trabalham nas emissoras locais, muitas vezes elevados à condição de celebridades, ganham destaques nas “colunas sociais”,

que ao comentá-los expõem dados sobre seu trabalho e relacionamentos profissionais ou até mesmo o funcionamento das emissoras.

Uma vez colhido esses dados, e considerando que o objetivo é ter um panorama amplo, é importante fazer tabelas que relacionem fatos, programas/programações e pessoas, elementos que serão fundamentais para as decisões relativas às entrevistas e para a análise do material obtido.

As entrevistas

A importância histórica da televisão e seu impacto social muitas vezes nos leva a colocar em segundo plano a noção de que se trata de uma tecnologia relativamente nova. No caso brasileiro, e particularmente quando a pesquisa envolve emissoras menores ou que se localizam fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo (onde foram implantadas as primeiras emissoras), as pessoas que participaram da implantação das emissoras de televisão ainda estão disponíveis para entrevistas, reconstruir sua história através de suas memórias ou o levantamento de sua história oral.

A definição dos entrevistados deve ter como base os dados obtidos nas pesquisas anteriores, mas evidentemente será um reflexo dos objetivos da pesquisa. Trabalhos sobre a história política, por exemplo, devem valorizar os jornalistas, enquanto os técnicos podem ocupar espaço de destaque nas questões sobre programação ou produção cultural. No entanto, uma vez que a disponibilidade de entrevistados é normalmente reduzida, é comum que as entrevistas incluam diferentes profissionais.

Em termos conceituais, a base das entrevistas é a história oral, o que

[...] implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. (BOM MEIHY, 1996, p. 10).

A moderna história oral nasceu em 1947, na Universidade de Columbia (EUA) mas só ganhou impulso no Brasil depois da chamada abertura política, em 1983. Seu objetivo é buscar na experiência dos indivíduos aspectos de sua vida sem deixar de lado um compromisso com o contexto social, reconhecendo a memória como instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade.

Nos casos específicos sobre história das emissoras de televisão, usa-se preferencialmente a modalidade chamada história oral temática, que implica no uso da documentação oral a mesma maneira que as fontes escritas. Dessa forma, o pesquisador vale-se

[...] do produto das entrevistas como mais um documento, compatível com a necessidade de busca de esclarecimentos, o grau de atuação dos entrevistados como condutor dos trabalhos fica mais explícito (BOM MEIHY, 1996, p. 41).

Ainda assim cabe a pesquisadores considerar que “[...] a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1994, p. 53), uma “imagem - lembrança” é subjetiva e imprecisa. O pesquisador deve, portanto, “[...] descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1988, p. 197).

Limitados por estas considerações, a técnica de entrevista semiestruturada apresenta algumas vantagens, pois ao mesmo tempo em que o entrevistador pode organizar roteiros diferentes

em função do período em que a pessoa trabalhou na emissora ou mesmo em função da atividade que desenvolvia, abre espaço para contribuições espontâneas ou não previstas.

Finalmente, é importante destacar que a memória humana é “desorganizada”, e se prende a detalhes que fogem ao controle (e ao conhecimento) do pesquisador. Principalmente quando envolve um passado não muito recente, datas e até fatos tendem a se misturar. A história oral permite confrontar o entrevistado com os dados de outras fontes, solicitar explicações, acrescentar, detalhar, mas para que essa relação seja mais rica, é importante utilizar tabelas com dados colhidos inicialmente nos jornais e outros documentos para “ancorar” essas memórias.

O tratamento – a análise – das entrevistas também deve se centrar nesta preocupação, cabendo ao pesquisador desenvolver estratégias para destacar os pontos principais ao mesmo tempo em que determina o período no qual ele ocorreu. Ainda assim, muito do resultado desse trabalho dá-se não só em função do que foi dito, mas também do que não foi dito. Os olhares que dizem, as histórias que são citadas, mas não contadas, e assim por diante.

O contrário de uma conclusão

Colocados todos os pontos, é válido destacar ainda que as mídias são ao mesmo tempo veículo de utilidade de interesse do público, resultado do avanço da tecnologia, e expressão da criatividade humana. Sua própria existência e manutenção é resultado de uma trama complexa de interesses: “[...] não são bons nem ruins em si mesmo”. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14). Cabe aos pesquisadores que buscam entender a televisão

contribuir para desfazer alguns nós de uma trama que não é facilmente desvendada, sobretudo, deixando claro “[...] a serviço de quem os meios de comunicação se acham” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14).

Por fim, é necessário compreender que se trata também de um trabalho permanentemente incompleto. É preciso sempre lembrar, portanto, que estudar a televisão, ou a história social das emissoras de televisão por meio das pistas que ela nos deixa, e sendo muitas, elas são tão diáfanas e dispersas quanto às partículas de poeira presentes no ar: é possível percebê-las, mas nem sempre é entender seu movimento ou mesmo capturá-las.

Uma vez que trabalha com pistas, com dados nem sempre disponíveis, com partes de um todo incompleto, cada pesquisa deve antes de buscar uma conclusão, apontar novos caminhos, esclarecer, acrescentar, mas não se fechar em totalidades e conclusões definitivas, pois elas somente serão definitivas até que algo mais seja analisado, descoberto, acrescentado. O próprio desvendamento da história traz para seus produtores, gestores e receptores, novas lembranças, novas conclusões e, conseqüentemente, novas histórias.

Referências

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de história oral.**

São Paulo: Loyola, 1996.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos.

São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAPARELLI, S. **Televisão e capitalismo no Brasil.**

Porto Alegre: L&P, 1982.

FREIRE, Paulo; GUIRMARÃES, Sergio. **Sobre educação:** diálogos.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v. 2.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social.** 3. ed.

Lisboa: Presença, 1990.

GONZÁLEZ REQUENA, Jesús. **El discurso televisivo:**

espetáculo da posmodernidad. Madri: Ediciones Cátedra, 1995.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 11. ed.

São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTÍN SERRANO, Manuel. La mediación de los medios de comunicación. In: MORANGAS, M. de. **Sociología de la comunicación de masas I:** escuelas y autores.

Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1985. p. 24-50.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:**

teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

PROFICIÊNCIA: Informações sobre profissões em Ciências.

O método científico nas Ciências Humanas e Sociais.

2016. Disponível em: <http://www.proficiencia.org.br/article.php?id_article=490>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TEMER, Ana Carlolina Pêsoa. **Flertando com o caos**: comunicação, jornalismo e televisão. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

História, Memória e Mídia: algumas reflexões metodológicas

Célio J. Losnak

Introdução

Nos anos 1940, Marc Bloch (2001) propõe a tese de que a “ciência dos homens no tempo”, e esse tempo como elemento de inteligibilidade do real, é o ponto de partida para a definição da História como conhecimento. A tese é um desafio lançado ao pesquisador da área à medida que os estudos historiográficos estão, continuamente, refletindo sobre os dilemas do historiador e seu tempo, ambiente das possibilidades e limites na abordagem do passado e do presente em constante tensão com questões contemporâneas. Diante dessas referências, este texto objetiva sintetizar algumas reflexões básicas no âmbito da pesquisa histórica e delinear questões vinculadas ao tema da comunicação.

Na teia de fatos, fontes e métodos

A abordagem metodológica é um tema importante que aproxima a todos interessados no estudo da História, ao mesmo tempo em que suscita incessante debate em torno nos meios mais eficientes e seguros de se trabalhar o objeto e responder

aos seus desafios. A partir da terceira década do século XX, desenvolveram-se inúmeras tendências propositoras de alternativas (por exemplo, História dos Annales, Nova História e seus desdobramentos, bem como inúmeros vieses marxistas) ao que estava consolidado na área e todas elas contribuíram para a diversificação de abordagens. E algumas questões ainda são atuais, por exemplo, em torno dos fatos e das fontes.

Em uma de suas conferências dos anos 1960, E. H. Carr (1982) resume elementos importantes e ainda desafiadores. Um deles é a força do fato histórico. No século XIX, foi muito difundido o culto ao fato por meio da ideia de que o passado deveria ser mostrado “como realmente se passou”, explicitando integralmente o evento (CARR, 1982, p. 12), cabendo ao pesquisador averiguar a veracidade e a complexidade do acontecido. O pressuposto dessa perspectiva é de que haveria a anterioridade do fato histórico com objetividade inquestionável, desde que bem demonstrada a veracidade, naturalizando-o, considerando que ele se imporia ao pesquisador pela evidência empírica, ocorrendo a transposição mecânica do real para a narrativa histórica, cabendo ao historiador o papel isento de reconhecer o desempenho dos agentes históricos. Posteriormente, a partir da objetividade naturalizada, haveria o trabalho do intelectual de atribuir elementos analíticos a esses fatos, interpretá-los, torná-los cognoscíveis ao presente, revelando espaço de autonomia do pesquisador apenas ao manejar as interpretações da dinâmica histórica já consolidada pelos agentes concretos.

Essas ponderações, que não são exclusivas de E. H. Carr, e destaca-se Marc Bloch (2001) nessa tendência, incitam dúvidas para a pesquisa como, por exemplo: diante da concepção de que o evento não tem unicidade, não haveria necessidade

de preocupar-se com o factual, a série de informações exatas sobre agentes e suas ações, nomes, datas, duração e as tramas do acontecimento? Desde que constatada a veracidade de todos os elementos e, portanto, a materialidade inquestionável do evento, eles seriam o ponto de partida do trabalho analítico? Carr (1982, p. 11-29) pondera que é imprescindível o trabalho preliminar de checar a veracidade dos documentos, a precisão das informações, os detalhes do evento (a autoria das ações, o espaço de ocorrência, a temporalidade cronológica, a origem e autoria das fontes), mas é preciso relativizar e matizar esses princípios metodológicos restritos ao factual.

O caminho proposto por Carr (1982) para superar a armadilha de que os fatos estão dados e “falam por si” é reconhecer que o historiador os insere em uma ordem de significados. Dessa maneira, entre as séries de acontecimentos na sociedade, o pesquisador seleciona aqueles eventos considerados mais significativos para compor a narrativa analítica, tanto do passado como do presente e atribui a eles o estatuto de fato histórico. Há critérios de escolha, atividade que expressa a intervenção do historiador, segundo sua perspectiva, no processo de conhecimento ao selecionar os elementos componentes da narrativa (agentes, espaços, ações, tempos, fontes, problemas, temas), formando uma ordem de sentido temporal, uma lógica interpretativa delineadora de uma faceta da ação humana no tempo. Essa escolha é orientada pelo tema e o período a serem trabalhados pelos referenciais teórico-metodológicos do autor. Esses referenciais estão no bojo do universo cultural e político do pesquisador e perpassam elementos de classe, grupos específicos, da academia e de diversas perspectivas contemporâneas. No trabalho da seleção e da elaboração da narração, tempos e universos sociais diferentes estão em diálogo. Fundamentando-

-se nesse pensamento, Le Goff (1984, p. 167) cita a afirmação de Lucien Febvre que expressa muito bem essa questão: “Só há um *facto* ou *facto* histórico no interior de uma história-problema”¹.

O papel ativo na definição do fato histórico não é exclusividade do historiador. Alguns estudos apontam para o problema de que os atores históricos elaboram interpretações de suas próprias ações (CARR, 1982; CHESNEAUX, 1995; PORTELLI, 1996, 1997). E em situações politicamente conflituosas, ou de diferenças culturais há confronto interpretativo, em torno de um evento ou de eventos, e abarcando também a escolha de determinadas ações, atores e espaços sociais como representativas de um momento e, portanto, delineando um acontecimento segundo a leitura dos próprios agentes, muitas vezes em confronto, e consolidando uma memória específica. Nesse sentido, haveria na luta social a disputa pela nomeação dos acontecimentos, dos sentidos atribuídos a eles, pela hierarquização dos agentes e perspectivas de futuro que permanecem por meio da força de elaboração, da reprodução e difusão dessa memória.

Chesneaux (1995) enfatizou o papel político desempenhado pelo historiador e propôs que a atuação deste estivesse voltada para o desvendamento das relações de poder, da dominação e exploração das classes populares e dos trabalhadores. Ainda

¹ O trabalho do historiador consiste em diversas intervenções na realidade. Samuel (1997, p. 45) sintetiza uma interpretação sobre essas operações: “Por um lado, a história fragmenta e divide o que no original pode ter-se apresentado como inteiro, abstraindo aqui um pequeno detalhe descritivo, lá uma cena memorável. Por outro lado, a história compõe. Integra o que no original pode ter sido divergente, sintetiza diferentes classes de informação e contrapõe diferentes ordens de experiência. Traz o meio-esquecido de volta à vida, de uma forma muito parecida à dos pensamentos oníricos. E cria uma narrativa consecutiva a partir dos fragmentos, impondo ordem ao caos e produzindo imagens muito mais claras do que qualquer realidade poderia ser”.

que o engajamento político do autor possa parecer excessivamente antiacadêmico na atualidade, seu texto ainda é atual por desvelar e realçar as subjetividades políticas presentes no processo de conhecimento, incluindo a seleção dos fatos históricos. Para o autor, seria papel fundamental reconhecer que documentos, registros e depoimentos informadores do passado tendem a estar imersos em conflituosas relações políticas entre dominantes e dominados, por isso, apresentam seleções de eventos segundo perspectivas dos conflitos.

Essas considerações entreabrem a possibilidade de reconhecer a subjetividade do que foi considerado previamente, pelas abordagens tradicionais e positivistas, fato histórico: ele permaneceu na memória e na documentação como tal, e essa permanência é resultante da luta social, da ação de indivíduos, grupos ou classes que recortaram os acontecimentos segundo suas perspectivas políticas, sociais e culturais. E assim a transparência do fato histórico se desvanece. Aquilo que supostamente chegaria íntegro ao historiador já seria resultante de seleções, de interpretações e de jogos de força visando à inscrição de determinadas ações, espaços e atores no tempo. Em meio a multiplicidade de ações dos agentes históricos, algumas são atribuídas relevância, por expressarem ruptura ou continuidade; posteriormente, elas são selecionadas pelos estudiosos para tornarem-se objeto do conhecimento. Ao reconhecer ou não esses pressupostos, o pesquisador marcará seu trabalho. Consciente dos condicionamentos, ele buscará desvendar a trama e superar limitações, inconsciente ou discordante, reproduzirá acriticamente a parcialidade presente no cerne do objeto.

Outra faceta da complexidade do fato é que há na História uma miríade de eventos. Aqueles considerados tradicionais, tais

como do âmbito da ação política, comportam atores individuais, coletivos e estruturais (grupos, classes, governantes, Estado, por exemplo) e podem ter a veracidade certificada, mas ainda assim são passíveis de comportar interpretações em torno da sua centralidade em determinadas tramas e da ênfase na ação de agentes históricos. E há também acontecimentos no âmbito da cultura, como a circulação de ideias, valores e tradições e a produção de obras que podem se reportar a eventos cotidianos ou inusitados, em forma de rituais, eventos, contos, boatos, fofocas, produção literária, intelectual e as denominadas de midiáticas (DARNTON, 1988, 2014). Portanto, existe o reconhecimento de que as ações históricas não se restringem ao âmbito político, comportam uma vasta gama de perspectivas e podem ocorrer em diversos espaços sociais, têm dimensões além do evento de curta duração, remetem-se a atores diferenciados e dialogam com outras ações. Definir o protagonismo dos diversos agentes históricos demanda pressupostos teórico-políticos e apurada experiência no trato com as fontes.

Bloch (2001) dissertou sobre os desafios de trabalhar com as fontes, muitas vezes material seletivamente preservado por instituições e arquivos, condicionando o elenco de informações disponíveis ao futuro e desenhando a realidade cristalizada. Carr (1982) também crítica o culto aos documentos históricos. O autor ainda contraria a tese da transparência da fonte, da sua neutralidade social, do sentido de unicidade em relação ao seu tempo. Já Darnton (1988, p. 205) observa que é equivocado considerar os documentos “como pepitas brutas de realidade irredutível” e que bastaria essas pepitas serem encontradas, selecionadas e dispostas para explicitar “sólida reconstituição do passado”.

Carr (1982) ainda explora a tese da fonte como um produto social, resultante de ações dos agentes históricos imersos nas tensões sociais de seu tempo, expressando perspectivas políticas, culturais e sociais. Bloch (2001) e Carr (1982) dissertam sobre a variedade significativa de fontes, e cada tipo demanda uma metodologia própria de trabalho, mas todas elas remetem-se ao lugar social de sua produção e não são evidências transparentes dos acontecimentos. Essas fontes devem ser consideradas expressão das intenções de seus agentes, tanto de divulgação como de ocultamento de questões, voluntárias e involuntárias de seus produtores (crenças, interpretações, interesses, estratégias), revelando a imagem que eles podem ter de si e de suas ações, bem como de seus interlocutores. Podemos dizer que algumas fontes são produzidas com a intenção de marcar uma imagem de seu autor, e até elaborar uma memória de si, outras buscam perpetuar práticas e representações, ou emergem em meio à imaginação social ou a problemas de comunicação; há aquelas que visam à persuasão ou comunicação, há também aquelas criadas segundo padrões formais e procedimentos compartilhados que condicionam o conteúdo. Todas elas informam o pesquisador apenas quando indagadas sobre um problema. A miríade de fontes potencialmente disponíveis remete-se ao universo das ações sociais em ampla complexidade. Os atores históricos agem, produzem material testemunhal e interpretam suas ações, a de seus interlocutores e a trama em que estão inseridos.

Embora teoricamente seja fácil entender as proposições e reflexões expostas, nem sempre o é no calor da pesquisa, no estreito vínculo formado entre autor e objeto, na capacidade de identificar elos entre teoria e prática do trabalho histórico. Os temas já consolidados possibilitam disponibilizar

um estoque de informações sobre o factual levantadas, checadas e avaliadas, liberando o pesquisador do trabalho inicial de reconstrução dos detalhes factuais para verticalizar na análise. Em contrapartida, quando um tema ainda não foi explorado em espaços e tempos específicos, bem como os acervos disponíveis são lacunares ou até inexistentes, é tarefa hercúlea mapear agentes, trajetórias, ações e produções para permitir a problematização.

Diante das primeiras dificuldades, pesquisadores podem inicialmente limitar-se a dar conta do levantamento documental e factual, muitas vezes tarefa árdua, e deixar a análise para os vindouros. Essas considerações levam-nos à indagação de qual é o liame entre limitações teóricas e limitações de fontes e de informações sobre o objeto (seja pela ausência de fontes, seja pela carência de pesquisas anteriores). Ainda que as limitações de fontes e de informações sobrecarreguem a atuação do pesquisador, e demandem tempo e dedicação, a reconstrução factual é insuficiente, há necessidade de indagar sobre a temática tecida pela articulação dos fatos, agentes e espaços escolhidos que, por sua vez, delineia a narrativa. Não podemos ficar reféns do episódico, do olhar imediato ilusório do concreto e na teia das personificações autônomas.

Abordando o tema da comunicação, Barbosa e Ribeiro (2009) elaboraram um mapeamento de trabalhos de História da Mídia e do Jornalismo produzidos em cursos de pós-graduação e apresentados em eventos científicos da área, na década dos anos 2000, e identificaram os principais vieses metodológicos dos textos. Destacamos alguns pontos explicitados pelas autoras demonstradores de fragilidades na abordagem histórica e que se enquadram nas polêmicas abordadas até aqui. Algumas características predominantes desses trabalhos produzidos,

segundo Barbosa e Ribeiro (2009) são: viés memorialístico, enfatizando a narrativa testemunhal e factual; quando lançam mão de depoimentos orais, não há problematização das fontes e, muitas vezes, estão centrados em ações de profissionais de destaque; abordagem priorizando grandes feitos daqueles profissionais considerados importantes; textos descritivos e factuais centrados no episódico com tímido viés analítico; narrativa temporalmente linear sem contrapor continuidades e rupturas; trabalhos monográficos sobre veículos isolados em relação ao seu tempo; acrescente-se o crescimento da publicação de livros de memórias narradas por jornalistas e apresentados “como índices absolutos de sua verdade histórica” (BARBOSA; RIBEIRO, 2009, p. 5). Ainda segundo as autoras, os historiadores de formação não estão imunes a problemas, por estarem voltados para objetivos diferentes e, nesses trabalhos, eles tendem a valorizar o contexto do veículo, a proposta ideológica e deixar em segundo plano as questões propriamente jornalísticas e de produção midiática.

Constatamos que a comunicação é um fenômeno muito amplo e, por isso, não podemos correr riscos de engessar a metodologia de pesquisa com algo tão vasto e diverso. Focar apenas nos meios de comunicação modernos restringem o leque, mas ainda assim não resolve totalmente o problema, pois cada mídia tem sua especificidade. Entretanto, essas características não invalidam a necessidade de demarcamos alguns elementos de aproximação entre história, comunicação e mídia. Os problemas encontrados em parte das pesquisas de “história da mídia e do jornalismo” expressavam os desafios do trabalho do historiador com as fontes e a definição do acontecimento histórico adequada ao objeto em foco. O apoio seguro

para superar os desafios de desvendamento das fontes e a consciência da trama dos eventos é o aprofundamento teórico.

Um dos caminhos propostos por Carr (1982) para superar as lacunas das fontes e manejar as diversas limitações e subjetividades das informações oriundas do passado é manter sensível diálogo entre fatos selecionados e interpretação. A teoria alimenta o olhar reflexivo perscrutando as fontes, as vozes dos agentes e a diversidade de vieses, mas cabe também ao historiador eventualmente refinar os pressupostos teórico-metodológicos à medida que eles podem entrar em confronto com o que o objeto desvela. Desse modo, a teoria não deve ser uma forma rígida em que enquadramos a materialidade social. Cada objeto pode demandar questões ligeiramente específicas de outros. Carr (1982) ainda considera que no processo de redação ocorre amadurecimento da retroalimentação entre teoria e objeto, fato e interpretação.

O diálogo com os pares é outra etapa de amadurecimento da interpretação. Cada área do conhecimento possui seus métodos e pressupostos teóricos considerados específicos. Elaborados ao longo da consolidação da área como disciplina, constantemente pensados, repensados e refinados, alterados conforme as novas demandas de temas, o objeto próprio da disciplina e o método de trabalho que compõem elementos identitários, definidores do grupo, mantenedor dos elos entre pesquisadores. São estes que partilham objetos e métodos, sancionam as regras de produção, avaliam os produtos de conhecimento, criam e mantêm critérios de formação e promoção de novos membros (CERTEAU, 1988; CHESNEAUX, 1995).

Exercer a dinâmica da área implica na instituição de hierarquias, na afirmação de autoridades e de poderes constituídos. Quando se trata da História da Mídia e História da Comunicação,

buscamos a interface entre duas áreas disciplinares com tradições diferentes e que precisarão ser confrontadas e associadas para dar conta dos desafios da pesquisa. Mas dúvidas surgem: quais caminhos metodológicos seguir? Buscar apoio em pesquisadores da outra área ou adentrar-se nela e incorporar toda sua tradição? Qual é o liame e quais são os riscos entre a diluição das compartimentações disciplinares e a perda das referências originais de formação? Quais os pares e autoridades sancionadas para a avaliação das abordagens e para falar em nome delas? Quais as origens dos referenciais e critérios de avaliação dos trabalhos? Incertezas teóricas da área de origem, ou o inverso, o rigor da sua tradição, não poderiam restringir a abertura para com os saberes de outras áreas?² Penso que

² Pontes e Silva (2010) relatam sobre pesquisa com trabalhos de pós-graduação em comunicação no Brasil, que se debruçaram sobre História do Jornalismo e foram defendidos até 2006, para identificar procedimentos teórico-metodológicos que implicariam em conceitos pressupostos de jornalismo utilizados e estariam, ou não, no âmbito do jornalismo como campo de saber. Os autores mapeiam os trabalhos e identificam cinco grandes tendências: o jornalismo é considerado um documento histórico informador de fatos, contextos e épocas; é expressão de memória profissional, intelectual e empresarial; o foco é o trabalho jornalístico nos veículos, identificando rotinas, estratégias, gêneros, organizações, produção da notícia e relação com o público; o jornalismo é identificado como ator social que interfere em determinada realidade; o jornalismo é entendido como um “lugar de questionamento teórico metodológico” (p. 184-186). As considerações dos autores é de que há muitos casos com recortes limitados do jornalismo, ou este não é trabalhado segundo suas “premissas teóricas”, escanteando-as, afastando-se do campo, priorizando contribuições de outras ciências. Como problema central, eles ponderam sobre a insuficiência teórica: o “jornalismo não é pensado como Teoria ou como lugar teórico possível para se pensar o fenômeno do jornalismo” (p. 187). Consideramos que essa questão é um grande desafio, a despeito da polêmica corrente e defendida por alguns segmentos em torno da intenção de tornar o jornalismo estrito uma ciência.

são desafios da interdisciplinaridade ainda pouco discutidos de maneira clara, pelo menos entre história e comunicação.

Todas essas questões podem ser vistas como desafios da memória constituída por cada ciência, mas a memória também é uma fonte e um objeto do historiador.

Memória e História

A memória vem sendo objeto de intenso debate nas últimas décadas, inicialmente entre os historiadores e sociólogos, e se expandido por diversas áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. De maneira ampla, ela aparece como fonte do conhecimento histórico, mas as reflexões metodológicas mais recentes chamam a atenção para necessidade de considerá-la também um objeto.

Como fonte, os historiadores clássicos já a utilizavam. As narrações testemunhais informavam sobre acontecimentos passados e presentes e possibilitavam o acesso aos eventos não vivenciados pelo pesquisador. Segundo Burke (2000, p. 69), esses autores, tais como Cícero e Heródoto, afirmavam que “[...] escreviam para manter viva a memória de grandes feitos e grandes fatos” e, nessa perspectiva, o historiador era o guardião da memória, preservando-a e divulgando-a.

Halbwachs (2006) demonstra a perpetuação de conhecimentos, valores, experiências, tradições por meio da comunicação oral no início do século XX. A relação cotidiana dos pais com os filhos, a convivência das crianças com os avós, parentes, vizinhos e professores se baseavam na transmissão do universo mental dos mais velhos, formando as crianças e preparando-as para a vida em sociedade. A transmissão das

regras sociais e da experiência acumulada formava os jovens e permitia que eles tivessem acesso ao que não fora vivido. Halbwachs (2006) chama a atenção para o contato entre avós e netos, crianças e pajens. Por meio dessas relações ocorria um entrosamento de gerações, na medida em que as crianças incorporavam vivências ocorridas décadas anteriores ao nascimento dos pequenos. O autor também explora o contato do jovem com períodos não vividos por meio do acesso a fotografias da família, revistas e jornais guardados nos acervos familiares, a decoração e mobília da casa dos idosos que mantinham estilos antigos, a arquitetura preservada nas áreas mais tradicionais que se remetiam a estilos de vida passados, a profissões antigas quase extintas que também informavam sobre necessidades e hábitos de décadas anteriores.

Destacamos dessa descrição dois elementos importantes de entendimento da memória como manancial de informação quase onipresente ainda hoje: a) como fundamento de perpetuação da sociedade e, portanto, perpassando relações sociais, incluindo as cotidianas e do espaço privado, e instituições; b) mantida por suportes orais e materiais. As possibilidades de trabalho da memória como fonte se apresentam amplas, considerando a permanência de práticas e de regras em diversas instâncias sociais, como mídias e relações de comunicação, e disponibilidade de materiais como suporte das memórias disponíveis.

As reflexões de Halbwachs (2006) apontam para a possibilidade de presença da memória em todos os tipos de fontes e incita os historiadores a pensarem sobre seu trabalho. Uma questão importante é a atuação do individual e coletivo. Além disso, Halbwachs (2009) considera que a memória somente permanece no indivíduo por meio da socialização. A relação

com um grupo social, o compartilhamento das experiências e a troca de informações é que permitem aos indivíduos elaborar e manter suas lembranças, daí o conceito de memória coletiva e a inexistência para o autor da memória produzida individualmente.

Portelli (1996, p. 127) trabalha a memória como objeto, discorda de Halbwachs e afirma que “[...] a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas e não grupos se lembram”. Para o autor, “a memória é social e pode ser compartilhada”, mas ela “só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais”. Ela se torna “coletiva quando é abstraída e separada da individual”, é “mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições”, se manifesta no mito e no folclore, na autoridade delegada e nas instituições.

Outros aspectos e objeto de reflexão são a tensão e a polarização entre memória e história. Halbwachs (2006) considerou a história abstrata, geral, nacional, universal, um sobrevoo às múltiplas memórias coletivas, enquanto a memória coletiva estaria circunscrita a um grupo. Pierre Nora (1993, p. 9) seguiu linha semelhante e defendeu que a memória é “afetiva e mágica... ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções”, está baseada no “concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”; por estar ligada aos grupos, “ela é por natureza múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Enquanto a “história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico”, tem vocação para o universal, é abstrata, “é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

Samuel (1997, p. 44) afirma que “talvez seja um legado do romantismo que memória e história quase sempre sejam colocadas em campos opostos”. O romantismo possuía como pressuposto para a memória “um senso de perda”, com certos autores apresentando-a “no reino do intuitivo e do instintivo”, da mesma maneira que a mente foi representada “como um labirinto, um local subterrâneo cheio de corredores sinuosos e passagens ocultas”. Nesse mesmo texto, Samuel (1997) identifica em obra de Le Goff (*Memória e História*) a inferiorização da memória em relação à história, por esta segunda ser considerada científica, racional, abstrata, crítica, impessoal, geral, enquanto a memória seria apenas fonte para o estudo da história. Especificamente no texto *História*, Le Goff (1984, p. 166) considera a memória coletiva “essencialmente mítica, deformada, anacrônica,...” e, em contraponto, Samuel (1997, p. 44) defende que a memória não é “receptáculo passivo”, e

[...] sim uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas seu negativo... [...] uma forma de construir conhecimento.

A lembrança e o esquecimento são dois elementos básicos do processo da memória. Lembrar é definir um ponto, um foco do passado, selecionando o real entre inúmeros elementos possíveis. Atores, ações e espaços lembrados delineiam uma trama, desenhando o sentido da lembrança e a autoimagem de quem se lembra ou da instituição criadora da memória (PORTELLI, 1997; CHESNEAUX, 1995). Essa operação silencia em relação a outros atores sócio-históricos, espaços e ações.

O não escolhido está esquecido, as vozes estão silenciadas. A lembrança de indivíduos, orientada por diversas questões no tempo e no espaço (censura política, traumas e dores psíquicas, predominância no presente de grupos e classe sociais, tradições culturais e políticas, valores) recorta o passado e elabora uma imagem dele (BOSI, 1987; POLLACK, 1989, 1992; PORTELLI, 1996, 1997). Nessa perspectiva, o trabalho com a memória, como fonte ou objeto, exige reflexão sobre os sentidos da lembrança e do esquecimento, análise da narrativa elaborada pelos depoentes ou dos autores de materiais/documentos e identificação das diferentes versões. A memória dominante ou oficial elabora e busca manter versões únicas, ocultando exclusões e divisões, reproduzindo significados e conservando o *status quo* (CHESNEAUX, 1995). As memórias daqueles que distantes de centros de poder estão ocultas, silenciadas, sem vozes, também podem ser publicizadas por narrativas variadas desde que seus autores sejam ouvidos com sensibilidades. É por esse viés que se fortaleceu a história oral.

Uma estratégia metodológica para confrontar a memória e fontes dominantes tem sido o uso de fontes orais. Paul Thompson (1992) defende que a história oral pode trazer à tona a voz de segmentos das classes populares e grupos subalternos, utilizando evidências em outras direções, abrindo novas áreas de investigação, novos enfoques e alternativos aos dos poderosos, multiplicando os pontos de vista, atenuando a parcialidade dos trabalhos acadêmicos centrados nas ações e valores dos dominantes. Dessa maneira, o contato com os informantes propicia acesso ao cotidiano, bastidores de instituições e a outras fontes, tais como fotografias, diários, livros recorte de jornais.

Para Samuel (1990, p. 237) os depoimentos ajudam a “expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador... ‘o tecido celular ressecado’ que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos” ao trabalhar com história local, e apresentar uma realidade complexa e multifacetada.

Uma questão importante é como trabalhar objetivamente com as memórias emergentes nos depoimentos. Para Portelli (1997, p. 32), “a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas em preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir”. A história oral “nos conta menos sobre os eventos que sobre significados” (1997, p. 31). Para o autor, há uma tensão e retroalimentação entre fato e representação.

Representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (PORTELLI, 1996, p. 111).

E a intersubjetividade atinge também a fonte escrita. O autor observa que muitos documentos escritos se originaram de fontes orais ao mesmo tempo em que “a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita” (PORTELLI, 1997, p. 32-33). Nessa perspectiva, as fontes podem dialogar, cabendo ao historiador estabelecer relações, identificando contrapontos entre versões de depoentes, entre estes e fontes impressas, audiovisuais e outros materiais midiáticos. Particularmente em relação à história da mídia, para identificar múltiplos pontos de vista dos atores sócio-históricos por meio das fontes orais,

um caminho é contrapô-las aos textos escritos (documentos oficiais, jornais, relatórios econômicos, memórias impressas), contrapor as várias memórias oriundas de profissionais de diversas posições hierárquicas, sobre os vínculos entre eles, confrontar os produtos com as lembranças dos profissionais que estiveram envolvidos na sua produção e com as memórias do público em relação à recepção e aos fatos referentes. Outro caminho possível é indagar sobre relações entre a produção de um veículo com outros veículos diferentes no tempo e no espaço e pensar sobre a especificidade da produção regional.

Sobre a centralidade da produção midiática no país

Nas últimas décadas do século XX, multiplicaram-se os temas da História do Brasil, mas houve também a ampliação do reconhecimento de lugares em que a dinâmica histórica ocorre. Com essa abertura surgiram indagações sobre o deslocamento dos acontecimentos em relação à continuidade temporal que perpassava a centralidade política e econômica do país.

Segundo essa abordagem tradicional, os acontecimentos significativos do período colonial ocorreram predominantemente no Nordeste, em torno da produção açucareira, posteriormente, deslocaram-se para as Minas Gerais, em decorrência da intensificação da exploração do ouro; a partir do século XIX, a política estava sediada no Rio de Janeiro e o café determinou o motor dos acontecimentos, particularmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. É possível observar que nessa narrativa tradicional há constante deslocamento espacial dos acontecimentos. A despeito

da diversidade de ocorrência de tramas históricas em diversas regiões e estados do país, os eventos da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX e, a partir do início do século XX, de São Paulo, eram trabalhados como centrais na narrativa, enquanto aqueles ocorridos em outros espaços apareciam como secundários ou marginais. No Estado-nação, a região torna-se “não apenas uma parte, mas uma parte subordinada de uma entidade política maior” (WILLIAMS, 2007, p. 351) e o adjetivo regional corresponde, em sua maioria, “ao pressuposto de domínio e subordinação”, embora o conceito de literatura regional tenha elemento de distinção, mas, por outro lado, provinciano e regional tendem a se aproximar pela “relativa inferioridade em relação a um suposto centro” (WILLIAMS, 2007, p. 352).

A hierarquização dos fatos/agentes/espacos atribui importância diferente a eles na constituição da história do país. Alguns desses elementos são considerados do centro dinâmico e têm o estatuto do nacional, por serem totalizadores e tecerem a História Nacional (JANOTTI, 1990), outros teriam importância apenas localizada.

Segundo Janotti (1990, p. 90), a partir dos anos 1960 e 1970 as abordagens essencialmente regionalistas foram atenuadas, principalmente em decorrência das análises marxistas que privilegiavam no contemporâneo a “unificação do mercado interno pelo capitalismo e o Estado [...]”. Apesar de ser mantida a divisão entre centro econômico e regiões, situadas fora do centro, passam a ser explorados os vínculos intrínsecos às relações de interação entre os espaços diferenciados por meio de uma mesma ordem. As relações econômicas entre regiões constituem um todo articulado.

Em pesquisa dos anos 1980, Takeya (1990), docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, analisou

a inserção que a historiografia fez do Nordeste na economia brasileira da República Velha. Segundo a pesquisadora Takeya (1990, p. 162), além da escassez bibliográfica sobre o tema, os trabalhos privilegiavam o Sudeste “como lócus de análise” da industrialização, relegando o Nordeste ao universo agrário e mantiveram enfoque exclusivo na produção açucareira, característica marcante no período colonial. Em oposição, a autora explora a importância da produção algodoeira para a região e para o Rio Grande do Norte, principalmente no período entre 1860 e 1940 (TAKEYA, 1990). A grande questão para ela é que, nas primeiras décadas do século XX, a cotonicultura desempenhou papel fundamental na economia do estado, esteve ligada à produção têxtil regional, foi importante fornecedora de matéria-prima para a indústria têxtil do Sudeste até cerca de 1930, quando São Paulo passou a deter o maior volume de algodão colhido, revelando a integração entre as regiões por meio de uma “divisão intranacional do trabalho” (TAKEYA, 1990, p. 171).

Nessa mesma linha, Amado (1990) pondera que a tensão entre regional e nacional é um desafio aos pesquisadores e, ao mesmo tempo, revela várias possibilidades. Uma delas é que “o estudo do regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional” (AMADO, 1990, p. 12). Esse fato permite dimensionar as teses gerais, pois enquanto o nacional “ressalta as semelhanças” e o abstrato, por ser geral e dominante, o regional aponta para “as diferenças, a multiplicidade” (AMADO, 1990, p. 13) e a diversidade de especificidades. Acrescentamos que em vários fenômenos, tanto no âmbito da economia como da política e cultura, o nacional e dominante se consolidam a partir da reprodução e da variação do que ocorre no interior e no regional. Embora possa parecer que os

polos dominantes das dinâmicas social/política/econômica/cultural tenham força estrutural em relação ao regional, seria redutor desconsiderar a ação decisiva deste último para manutenção dessas dinâmicas. Devemos considerar que as relações ocorrem por duas vias de mútua determinação. Assim, a indiferença ao regional e local simplifica a diversidade da vida social, mantém na memória a ideia da homogeneidade, reforçando-a e deslegitimando as possibilidades de quebra dessa hegemonia.

Para introduzir o tema na área da comunicação, opto por iniciar tratando sobre a imprensa e recorrendo ao clássico trabalho de Sodré (1999), *História da Imprensa do Brasil*, no qual o autor apresenta no título a pretensão de contemplar o âmbito nacional da produção impressa brasileira. É possível identificar limitações de tempo e de trabalho para dar conta da envergadura da pesquisa, e poderíamos considerar a insuficiência de arquivos. Por escolhas e facilidades, o autor centrou atenção na imprensa produzida na cidade do Rio de Janeiro. Ele apresentou jornais, revistas e jornalistas de São Paulo, Salvador, Recife e de outras capitais, mas o corpo do livro se debruça, prioritariamente, sobre a imprensa carioca que por ser produzida na capital federal teria representatividade do nacional. Uma questão a indagar é sobre o grau da representatividade para o país da produção carioca. Por acompanhar o centro das decisões políticas, e certa convergência de informação em torno dos planos de política econômica, a imprensa carioca publicaria informações e notícias de interesses a todos os brasileiros por serem ocorrências de âmbito nacional. É uma questão que quase todos concordariam. Mas ainda assim fica a dúvida da possibilidade de abarcar toda a necessidade de informação e comunicação das cidades, capitais ou não, dos estados e das regiões mais

distantes. Somente poderemos comprovar a dominância no país da grande imprensa dos grandes centros com pesquisas específicas de veículos de cidades interioranas e capitais de estados membros da federação.

Em outra perspectiva, além do conteúdo, também é importante indagar sobre a semelhança e dessemelhança dos processos de produção, perfil dos profissionais, vínculos com publicidade e empresariado, a política e a sociedade local. Esses elementos não seriam importantes para conhecermos a história da imprensa no Brasil? O único caminho para conhecer a imprensa brasileira seria identificar o que é comum? Mas o que seria esse comum? Ou haveria também espaço para identificar especificidades e diversidades? Quais elementos possibilitariam a existência de veículos nos mais variados tipos de cidades? Quais as demandas comunicacionais que os sustentariam?

Lima Barreto (2010a) nos brindou com uma vívida, ácida e bem-humorada interpretação da atuação jornalística interiorana do início do século XX no conto *O Jornalista*, mas também entreabriu para uma ligeira comparação com o jornalismo da capital. Retrutada em modorronto vilarejo do interior do estado do Rio de Janeiro, a trama aborda o embate entre dois editores que depois de discordâncias, no *O Arauto*, separam-se e cada um passa a dirigir o seu jornal. Um bacharel e autoridade, outro secretário da câmara, com sobrenome nobiliárquico e pretensamente versado nas belas letras. Em curto texto, o autor cria um retrato da imprensa interiorana e a ridiculariza, por não ter assunto a ser publicado, copiar publicações da capital, espelhar estilos de textos e assuntos, pretender representar o progresso, ser dirigida por profissionais medíocres, ignorantes, mesquinhos e ambiciosos pelo domínio da opinião pública do lugar,

buscando prestígio social por meio da representatividade baseada no domínio da cultura letrada.

Para aqueles que já pesquisaram a imprensa do interior, é evidente a sagacidade de Lima Barreto em retratar perfis, correspondentes às práticas reais do jornalismo nas cidades pequenas, ainda que apresentadas de maneira caricatural. O quadro retratado pela postura marginal e distante em que Barreto se situa em relação à produção impressa dominante do período alimenta a pertinência da pesquisa para checar as suas observações e identificar as determinações da representatividade social desses jornais.

Algumas das características retratadas em *O Jornalista* já haviam sido trabalhadas pelo autor em obra anterior ao explorar os bastidores de um jornal carioca. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (2010b), publicado parcialmente na *Revista Floreal*, em 1907, e finalizado em livro, em 1909, um senhor descendente de negros relembra o período da juventude em que trabalhara como contínuo em um importante diário da capital federal e essa memória desenha a caricatura de um jornal da grande imprensa da primeira década do século XX. Ao descrever o conjunto de profissionais do *O Globo*, e que seria referenciado no *Correio da Manhã*, Barreto (2010b) atribui perfis caracterizados por competência, oportunismo, vaidade, pedantismo, mediocridade, conservadorismo, arrogância, desonestidade, hipocrisia, covardia, tirania, animalidade, incompetência, brutalidade, exibicionismo, habilidade de redação. O jornal é caracterizado como reprodutor de clichês, vil, explorador do sensacionalismo em busca de audiência, polemista, negociador de conteúdo e enfoque dos textos com governos, anunciantes e empresas e, muitas vezes, as relações são de extorsão.

Costa (2005, p. 58-67) defende que Barreto transitou entre, de um lado, a submissão ao mercado, trabalhando em grandes jornais e revistas de variedades, e de outro, circulando pelas livrarias menores e distantes dos literatos famosos, fazendo parte da boêmia marginal inconformada, frequentando locais socialmente baixos, atuando em jornais operários, defendendo textos independentes, com linguagem despojada e personagens comuns.

Inspirada em reflexão de Bourdieu, Costa (2005) ainda sugere a possibilidade de Barreto viver em tensão entre sentimentos de frustração pela incompreensão por parte do público e dos pares, e o fracasso profissional. O amargor do insucesso poderia alimentar o distanciamento crítico do autor diante da literatura e do jornalismo dominantes. Em introdução analítica à publicação recente de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (BARRETO, 2010b), Alfredo Bosi (2010, p. 24-27) avalia que há um posicionamento dúbio do personagem “mulatinho”. Há intensa insatisfação com o que vê e ouve, mas precisa se controlar para não extravasar a “cólera”. Isaías aprende estratégias de conveniência para manter a fonte de sobrevivência que alimenta a vaidade de ténue prestígio que o cargo lhe oferece e que fascinaria os comuns leitores. Mas a figura ambígua e oscilante do observador social “é símbolo vivo da condição contraditória do intelectual mestiço humilhado e ofendido” (BOSI, 2010, p. 35). O literato/jornalista era um observador privilegiado, experienciava o jornal por dentro, mas sentia-se por fora, possibilitando-lhe um olhar distanciado.

Os dois quadros retratados por Barreto dos jornais do início do século XX como figura de um problema metodológico para a pesquisa sobre História da Mídia é o que esse livro busca apresentar. O autor desenha dois jornais com

dimensões diferentes, mas ambos expressando microcosmos sociais e instituições representativas e retratadoras das dinâmicas correntes nas duas cidades, o vilarejo de Sant’Ana dos Pescadores e a capital federal. Bosi (2010, p. 26) avalia que Isaías Caminha delinea o jornal como “uma escola viva de experiência do mundo, a reedição diária darwiniana *struggle for life*”. Observo que ainda que no *O Arauto* houvesse a simples reprodução de modelos da capital (cópia de textos, sensacionismo, entrevista com famosos), sua figura nos incita propor que desvendássemos o posicionamento dos veículos no jogo de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e jornalísticas da localidade, permitindo identificar especificidades próprias que tenderiam a estar ocultas pelas abordagens generalizantes. Embora os dois jornais ficcionais atingissem contingente de leitores em diferentes escalas, seus referentes apresentariam autonomia à medida que possuiriam lógicas próprias da produção jornalística, mas essa produção teria reconhecimento social e os periódicos seriam sancionados pelos leitores e poderiam ser reconhecidos como canais de relações entre grupos, classes e instituições, ainda que, muitas vezes, expressassem relações de dominação.

Podemos considerar que os veículos da pequena cidade e o da capital, e segundo sua escala, se desenvolveram abarcando inúmeras estratégias, tais como inserindo-se nas relações políticas com os partidos e com o Estado, veiculando propagandas de produtos, serviços e valores, associando-se a interesses econômicos, publicizando estratégias de busca de legitimidade social por intelectuais, empresários, políticos, artistas, personagens da vida mundana e os próprios jornalistas, contribuindo para consolidação de interpretações que se tornariam dominantes e de opinião pública, reproduzindo

valores consolidados, silenciando, ocultando e deslegitimando determinados atores e práticas sociais, dando visibilidade a atores e grupos em emergência, disputando público e legitimidade com seus concorrentes (LOSNAK, 2004).

A suposta reprodução de um modelo nos fascina e nos aprisiona. O retrato que Barreto faz do jornalzinho *O Arauto* é orientado, entre outras questões, pelo pressuposto da existência de referências criadas em locais centrais físicos, por exemplo, capitais, países de primeiro mundo, e espaços sociais, tais como seleta inteligência e artistas notáveis, que circulam e atraem por força e originalidade, cabendo aos inferiores a cópia, mesmo que deslocada e imprópria ao meio em que é implantado. Em outra perspectiva, a centralidade da sociedade na capital determina a centralidade dos impressos produzidos ali e enubla aqueles destoaantes. Atribuir importância inferior a alguns veículos implica em inferiorizar seus produtores e público. Limitamo-nos aqui a fazer apenas três considerações introdutórias, observando o caso das mídias, particularmente o jornalismo impresso, mas que podem servir como referência para pensar outras mídias, por exemplo, a televisão nos espaços interioranos e regionais.

A primeira é que o jornalismo foi formado em determinada estrutura que condicionou seu funcionamento e lentamente sofreu alterações e foi se formando e se moldando como um ator social que se construiu na performance temporal da própria existência (passando pelos recursos tecnológicos, como a impressão e reprodução de imagem, a linguagem visual – por meio do uso de fontes, recursos gráficos e organização dos textos e páginas, uso do desenho e fotografia –, conceito de informação e notícia a serem veiculadas e atores a serem representados, métodos de obtenção da informação, tanto referente

às tecnologias de comunicação como estratégias de contato com as fontes, organização do trabalho e especialidades, conforme a ampliação da complexidade da organização, formas de relacionamento com o público e valoração desse relacionamento, estratégias mercadológicas relativas a anunciantes, vendas ao público e marketing da própria empresa). A dinâmica de funcionamento do jornal exposta nesses exemplos foi produzida, nos últimos duzentos anos, não apenas em um ou dois lugares, mas em vários pontos, compondo uma autoria coletiva da mídia moderna, mas talvez com certa centralidade em algumas capitais (Londres, Paris, Nova York, Rio de Janeiro, por exemplo), pois uma das forças do jornalismo é a sua circulação e as novidades (STEPHENS, 2007).

Nessa perspectiva, a estrutura corrente da mídia consolidada em determinado período é referência para os novos veículos e, portanto, temos um modelo compartilhado por jornais e leitores, permitindo o consenso e reconhecimento dos periódicos enquanto tais. Mas as origens não estão em apenas um lugar e não estão em um tempo primal. Bloch (2001) nos adverte sobre o engano da busca incessante pelas origens como se estivessem em tempo e lugar específicos e originais. Mesmo que fizéssemos o mapeamento de elementos criados em cada lugar e transformados em outros, percorrendo veículos, cidades e países, iríamos identificar autorias múltiplas e articuladas em tempo e espaço diferentes e semelhantes. Chauí (1982, p. 17) observa que a origem da sociedade histórica não pode ser determinada como “um fato empírico nem como um fato ideal” e sim como “trabalho” de formação dessa sociedade e perpetuação em diversos aspectos.

A segunda questão é ponderar em que medida os jornalistas da capital do país, nas primeiras décadas do século XX, também

não se miravam em produções impressas de importantes cidades europeias. Barreto tinha literatos de sua preferência (ingleses, franceses e russos), e identifica-se com o bovarismo de Flaubert (COSTA, 2005). Em determinado momento do *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, quando as memórias percorrem características sensacionalistas dos jornais cariocas, o autor cita dois importantes diários franceses do final do século XIX e início do XX, *Le Matin* e *Le Journal* (TRAQUINA, 2005, p. 70-71), como exemplo de “imprensa popular” que não é “tão indigente de leitura, de atrativos outros que não o vulgar noticiário, como os jornais do Rio...” (BARRETO, 2010b, p. 197-198). Estaria o autor escolhendo seus modelos ou fazendo comparação analítica? A ausência de originalidade é comumente atribuída ao interiorano e regional e não ao da capital. O que está em jogo nessa hierarquização?

A terceira questão é como pensar a prática do *O Arauto* de cortar “algumas coisas de valia dos jornais do Rio” (BARRETO, 2010a, p. 29) e a referência de bom exemplo de jornal popular buscado pelo autor nos diários parisienses? Optamos por citar a análise de Certeau sobre o conceito de leitura do escrito e a transposição que ele faz da prática para “a forma urbanística, industrial, comercial ou televisiva” (CERTEAU, 1994, p. 261). O autor critica a tese da leitura como ato passivo, pressupondo a hierarquização entre quem escreve, o criador, e quem lê, o assimilador. Certeau (1994) partilha da tese de que o texto se completa a partir da ação do leitor que realiza a leitura do léxico e do escriturístico. A memória cultural do público permitiria a decifração do semântico e conduziria a relação autônoma do leitor em relação ao criador do texto. Penso que esta é uma ideia importante para observar como os profissionais de mídia seguem os padrões do processo de trabalho e

de funcionamento da organização, observam as produções de outros lugares e autores, mas elaboram seus produtos de acordo com a leitura dessas referências, os limites da sua organização específica, as relações com o público e a sociedade a ser representada pelo veículo.

Considerações finais

As considerações do último item visam à valorização de propostas de pesquisa como a deste livro. Penso que há várias virtudes e riquezas deste volume ao reconstruir a História da televisão no Rio Grande do Norte. Além da importância das pesquisas sobre a televisão nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, é fundamental entender como as redes de televisão se estendem por todo o Brasil, articulam esta à grande estrutura de rede televisiva do país, e são apropriadas pelas estruturas políticas e grupos dominantes, são resultantes da criação de profissionais que elaboram saberes sobre a área, integram-se à cultura regional e retratam os segmentos populares e as elites com certos vieses.

Referências

AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. da. (Coord.) **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990. p. 7-15.

BARBOSA, M.; RIBEIRO, A. P. Goulart. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2009.

BARRETO, L. O jornalista. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org. e Intr.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 527-531.

_____. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Peguim Classic e Companhia das Letras, 2010b.

BLOCH, M. **A Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSI, A. Introdução: figuras do eu nas recordações de Isaias Caminha. In: BARRETO, L. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Peguim Classic e Companhia das Letras, 2010. p. 9-36.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

BURKE, P. A História como memória social. In:

_____. **Variedades de História Cultural.**

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CARR, E. H. **Que é História?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P.

História: novos problemas. 3. ed. Rio de Janeiro:

Francisco Alves, 1988. p. 17-48.

_____. Ler: uma operação de caça. In: _____. **A invenção**

do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 259-273.

CHAUÍ, M. Crítica e ideologia. In: _____. **Cultura e democracia.**

3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982. p. 15-38.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?**

Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, C. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil**

1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, R. **O grande massacre dos gatos e outros episódios**

da história cultural francesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do**

século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2. ed.

São Paulo: Centauro, 2006.

JANOTTI, M. de L. M. Historiografia: uma questão regional?

In: SILVA, M. A. da. (Coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990. p. 81-101.

LE GOFF, J. Memória. **Enciclopédia Einaudi**: Memória-História.

[S.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. v. 1.

LOSNAK, C. J. **Polifonia urbana**: imagens e representações

– Bauru 1950/1980. Bauru: EDUSC, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

Projeto História, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos**

Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**,

Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTES, F. S.; SILVA, G. Percursos metodológicos e

teóricos da pesquisa em história do jornalismo nas teses

dos programas de comunicação do Brasil. **Brazilian**

Journalism Research, v. 6, n. 1, p. 179-194, 2010.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana:

29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In:

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**.

Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**:

Cultura e Representação, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História: História em Quadro Negro**, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SAMUEL, R. Teatros de memória. **Projeto História: Cultura e Representação**, São Paulo, v. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPHENS, M. **A history of news**. 3. ed. New York: Orford University Press, 2007.

TAKEYA, D. M. A cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In: SILVA, M. A. da. (Coord.) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990. p. 161-172.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WILLIAMS, R. Regional. In: _____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 350-353.

PARTE 2

A TELEVISÃO POTIGUAR

Ciro José Peixoto Pedroza

Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra

Alisson Campos Santos / Juliana Sampaio Pedroso de Holanda

Gustavo dos Santos Fernandes / Emanuel Leonardo dos Santos

Juliana Hermenegildo

Ver + Aprender + Fazer = TVU/Canal 5: Anotações para uma história da primeira Televisão do Rio Grande do Norte

Ciro José Peixoto Pedroza

*Pode existir vida inteligente na televisão
– basta o dono colocar acima do interesse
comercial o interesse público. A televisão é
apenas progresso. Seja civilização.*
(Fernando Barbosa Lima)

Introdução

Para chegar à maioria dos estados brasileiros, a Televisão seguiu o mesmo modelo estabelecido, em 1950, pelo pioneiro Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968), dos *Diários e Emissoras Associadas*¹, com sua *TV Difusora Tupi de São Paulo*. Numa de suas visitas a Nova York, dois anos antes, Chatô pretendia conhecer o funcionamento da rede de emissoras de rádios da National Broadcasting Company (NBC) e a fábrica de equipamentos da RCA Victor e deparou-se, por acaso,

¹ Conglomerado de mídia que chegou a reunir 36 emissoras de rádio, 18 canais de TV, 34 jornais, uma agência de notícias e a revista O Cruzeiro, de circulação nacional (CAPARELLI, 1982).

com uma novidade: o primeiro projeto de transmissão de sons e imagens a distância, “tudo preto e branco, mal iluminado, com áudio rachado, funcionamento a válvulas” (AMORIM, 2005, p. 20). Chatô enxergou ali o futuro...

O empresário pagou uma entrada de 500 mil dólares à RCA Victor “dinheiro que ele não tinha e que nem se sabe quanto valeria hoje” (AMORIM, 2005, p. 20), e despachou para o porto de Santos um navio com 30 toneladas de equipamento de transmissão. Chatô também contratou o engenheiro Walther Obermuller, da NBC, para instalar a parafernália, mas descobriu, durante uma conversa com o técnico, em pleno voo de volta para o Brasil, que de nada adiantaria seu investimento se não houvessem receptores para receber o sinal de sua emissora. O jeitinho brasileiro entrou em cena e Chatô resolveu o problema à sua maneira, contrabandeando 200 aparelhos de TV (AMORIM, 2005), que foram instalados em lojas e pontos de aglomeração, no centro de São Paulo (BARBOSA, 2010), área coberta pelo limitado alcance da primeira transmissão.

Chateaubriand importou dos Estados Unidos, junto com a tecnologia pioneira, o modelo de negócio desenvolvido pelas emissoras de lá. E assim nasceu a nossa televisão, privada e comercial, financiada pelos anúncios de quatro grandes empresas anunciantes², que já investiam nas publicações e nas emissoras de rádio de Chateaubriand. O Rio Grande do Norte, entretanto, foi uma exceção. Aqui, a televisão já nasceu pública.

A novidade que já se fazia presente nas salas de muitos lares de brasileiros que viviam nas grandes capitais, desembarcou na terra natal do folclorista Luís da Câmara Cascudo

² A Companhia Antártica Paulista, o Grupo Sul América Seguros, o Moinho Santista e a Organização Francisco Pignatari, fabricante da prata Wolff (BARBOSA, 2010).

(1898-1986), em dezembro de 1972, após quatro anos de pesquisas, pelas mãos de um outro visionário, esse de espírito público, o cearense Fernando Mendonça³, criador do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), organismo do governo federal destinado ao desenvolvimento da tecnologia aeroespacial entre nós.

A televisão foi apenas a parte visível desse grande projeto nacional, que nasceu anos antes com a instalação da Base de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, no distrito de Pium, ao sul da capital, de onde foram lançados foguetes, protótipos e satélites rumo ao céu azul de Natal. Os primeiros sinais de TV captados em Natal, no entanto, a partir de 1959, foram gerados em Recife, pela *TV Rádio Clube de Pernambuco* (Tupi) e chegaram a alguns poucos lares da capital do Rio Grande do Norte por obra e graça de outro visionário, o comerciante Luiz Cavalcanti, dono da Casa das Máquinas, que montou um sistema de retransmissão terrestre que trazia o sinal de Recife para Natal.

Como num replay do primeiro e decisivo encontro de Chateaubriand com a novidade, na fábrica da RCA, naqueles primeiros tempos da televisão em Natal, “a imagem em preto e branco deixava muito a desejar” (SANTANA; SILVA, 1997, p. 95). Depois vieram as retransmissões da *TV Jornal do Comércio*,

³ Fernando Mendonça nasceu em Guaramiranga/CE, em 2 de dezembro de 1924. Piloto da Aeronáutica e engenheiro eletrônico, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), especializa-se em satélites artificiais. Na Universidade Stanford (EUA), recebe o título de PhD no campo de Radiociência e, como pesquisador, participou do programa científico da NASA. Representou a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (embrião do INPE) nos Estados Unidos e auxiliou o Estado Maior da Força Aérea na criação da Base de Lançamento de Foguetes da Força Aérea no Rio Grande do Norte. Primeiro diretor-geral do INPE (1963-1976), ele instalou a base da Barreira do Inferno, em Natal, com equipamento doado pela NASA. (Disponível em: <<http://www.inpe.br/FernandoMendonca/biografia.php>>. Acesso em: 21 abr. 2016).

no início dos anos 1960 e da TV *Globo* de Recife, em 1977, ano em que Mossoró se tornou a primeira cidade a receber, simultaneamente, as retransmissões da TV Rádio Clube de Pernambuco (TV Tupi de Recife) e da TV Verdes Mares (Rede Globo), de Fortaleza.

Uma escola na TV

A exemplo da própria tecnologia de TV, importada dos Estados Unidos por Chateaubriand, o uso de satélites para transmitir sinais de televisão com fins educacionais também veio de lá. Na temporada em que estudou na Stanford University⁴, Fernando Mendonça conheceu os experimentos nesse novo campo e resolveu trazê-los para cá. No Brasil, o sistema se utilizaria dos satélites de telecomunicação para ensinar conteúdos das quatro primeiras séries do ensino básico a crianças de escolas públicas, por meio de programas de TV produzidos exclusivamente com esse fim⁵.

⁴ O Advanced System for Communications and Education in National Development (Ascend), realizado pela Stanford University, nos Estados Unidos, que prestou consultoria ao INPE, “alertava sobre a eficácia de um protótipo de sistema de utilização do audiovisual com a finalidade de educação primária”. A adoção de educação por satélite foi vista como uma solução no contexto dos anos 70, quando o número de analfabetos no Brasil era considerado um entrave à modernização do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. [...] Em 1976, registrou um total de 1.241 programas de rádio e TV, realizados com recepção em 510 escolas de 71 municípios” (PROJETO SACI, 2001, documento on-line sem paginação).

⁵ O Rio Grande do Norte sempre se mostrou como um território fértil para experimentar inovações no campo da educação. O educador Paulo Freire aplicou seu método pioneiro de alfabetização de 40 horas em Angicos, no sertão central do estado, durante o governo Aluísio Alves, em 1960. Em Natal, o programa de alfabetização *De pé no chão também se aprende a ler*, desenvolvido pelo prefeito Djalma Maranhão foi outro exemplo.

Dentro desse esforço de se criar um programa de tele-
ducação no país, instalou-se em Natal, no dia 2 de dezembro
de 1972, a *Televisão Universitária do Rio Grande do Norte (Canal 5)*⁶,
cercada de cajueiros em flor no ermo do recém-instalado
Campus Universitário da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte (UFRN), no bairro de Lagoa Nova, na zona sul de Natal.
Inicialmente, toda a operação da emissora se deu de forma remota,
via satélite, direto da sede do INPE, em São José dos Campos,
no Vale do Ribeira, interior de São Paulo, onde funcionava
o Projeto de Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
(SACI). Espalhados pelas escolas da rede pública de ensino do Rio
Grande do Norte, 500 aparelhos recebiam as teleaulas retrans-
mitidas pela TVU, a partir de Natal, para antenas parabólicas
instaladas no interior do estado (MOTTA, 2003).

Pelo arranjo de gestão formatado na parceria entre
o INPE e a UFRN, a concessão do Canal 5, autorizada pelo
Decreto Presidencial nº 71.464/1972, pertencia à universidade.
Ao instituto, coube assumir os investimentos em equipa-
mentos, qualificação de pessoal, desenvolvimento de formatos,
produção de conteúdo e, num segundo momento, transfe-
rência de tecnologia e do controle do sistema. Em princípio,
o projeto reuniria o INPE, a UFRN, o Instituto Nacional
de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Fundação Centro Brasileiro
de Televisão Educativa (FCBTVE), do Rio de Janeiro – a quem
caberia fornecer o *know how*. A FCBTVE, no entanto, acabou

No campo da educação pela mídia, as pioneiras *Escolas Radiofônicas*, ligadas
ao Movimento de Educação de Base da igreja católica, comandados por Dom
Eugênio de Araújo Sales, são o maior exemplo disso.

⁶ A Televisão Universitária de Pernambuco, instalada em 1968, foi a primeira
TV educativa e a primeira TV Universitária a se instalar no Brasil (LIMA, 2011,
p. 121).

desistindo do embarque antes da primeira chamada para o voo pioneiro e provocou um atraso nos planos originais.

A aventura de construção da primeira emissora geradora de televisão do Rio Grande do Norte começou nos primeiros meses de 1972, quando uma legião estrangeira formada por técnicos vindos de várias partes do país – sobretudo de São Paulo – desembarcou em Natal. A missão era implantar, sob o comando de Adauto Gouveia da Motta⁷, um projeto pioneiro no país, que se propunha a ensinar crianças a ler, a escrever e a contar, por meio da televisão.

Nasceu, então, a primeira emissora de TV do Rio Grande do Norte, fruto da união de interesses e de meios da universidade – que detinha uma concessão de TV, mas não tinha meios de operá-la – e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que precisava de um território com população carente – de recursos materiais e de conhecimento – para desenvolver um experimento inédito no Brasil, utilizando-se de um satélite ATS-F da NASA para levar conhecimento a professores e estudantes (MOTTA, 2003).

A escolha do Rio Grande do Norte para essa experiência pioneira se deu, entre outros motivos, porque “as condições aqui eram tão difíceis que os resultados bem poderiam ser projetados para as regiões mais pobres do país” (ANDRADE, 2005, p. 134). E o primeiro grande obstáculo a ser transposto naquele momento de dúvidas e descobertas foi justamente a ausência

⁷ Cearense de Camocim, major da Aeronáutica, físico, economista, engenheiro eletricitista e jornalista, recebeu treinamento na NASA para operar foguetes e dirigir operações de lançamento com aplicações científicas e tecnológicas. Trabalhou na implantação da Base de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno e foi seu primeiro diretor de operações. Instalou o INPE em Natal e coordenou o Projeto SACI, e a instalação da TV Universitária do Rio Grande do Norte (MOTTA, 2003).

de pessoal qualificado no país para a produção de programas de rádio e TV com fins pedagógicos.

Diante da desistência da FCBTVE de participar da iniciativa pioneira, os coordenadores do projeto de teleeducação no INPE foram buscar, na Inglaterra, *expertise* numa instituição especializada em televisão educativa Inglesa. O passo seguinte, a partir de 1971, foi compartilhar esse conhecimento com um grupo pioneiro de comunicadores e educadores de várias universidades brasileiras, com a realização de cursos de qualificação e de pós-graduação em Produção de Televisão Educativa e até um mestrado em Tecnologia Educacional, para formar os primeiros quadros dedicados à produção de programas de televisão voltados para a educação de crianças (ANDRADE, 2005).

Qualificada a equipe seminal de produção e viabilizada a transmissão dos conteúdos por meio de programas educativos que se utilizavam de personagens, interpretados por atores, para ajudar no processo de aprendizagem das crianças, eis que a experiência pioneira de teleeducação no Brasil começa a ganhar forma, inicialmente fornecendo “aulas pré-gravadas, transmitidas via satélite, com suporte em material impresso” (PROJETO SACI, 2001, documento on-line sem paginação), que passaram a ser transmitidas, a partir de dezembro de 1972, desde a sede do Projeto SACI.

A programação de aulas e programas infantis geradas de São Paulo eram captadas pelas parabólicas montadas no Campus da UFRN e retransmitidas por meio de um transmissor instalado no morro do Tirol e de uma estrutura de transmissão de TV terrestre com torres estrategicamente localizadas em serras (algumas ainda hoje utilizadas pelas emissoras comerciais), que recebiam o sinal em UHF e por meio do Canal 5 retransmitiam para as escolas públicas

do interior do estado. Algumas delas, instaladas em regiões onde ainda não havia energia elétrica, recebiam o sinal em aparelhos de TV movidos a bateria.

Pouco tempo depois das primeiras transmissões regulares da programação gerada pelo projeto SACI, sem que ainda houvesse tempo de auferir os primeiros resultados da iniciativa, ela passou a sofrer pressões, dentro do governo federal e das próprias universidades, como revela Arnon Andrade (2005, p. 134):

O INPE, um órgão ligado à Presidência da República e de interesse dos setores de segurança do governo militar, era visto com suspeita pelas universidades. Mas, ao mesmo tempo, já era considerado um centro de excelência em pós-graduação e a implantação do mestrado em educação provocava um duplo sentimento de receio e de respeito.

Oficialmente, o motivo alegado pelos que defendiam o fim do projeto SACI era seu alto custo com a produção, transmissão e recepção dos programas. Não demorou para que eclodisse a primeira grande crise na história da recém-nascida teleducação brasileira, com reflexos diretos sobre o futuro do Canal 5. Em 1975, o projeto foi interrompido por decisão do Governo Federal e era preciso encontrar uma solução para que todo o investimento feito, até então, não se perdesse no meio do descaminho.

Alguns fatores acabaram conspirando a favor de uma solução para se preservar, não apenas o legado, mas também o próprio ideário que originou o Projeto SACI. A saída encontrada para a sobrevivência do programa foi transferir o controle dele para a UFRN, que ganhou um novo parceiro: o governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Pelo acordo firmado entre o INPE e seus novos parceiros, deu-se uma espécie de estadualização do Projeto SACI, que passou a se denominar Sistema Estadual de Teleducção do Rio Grande do Norte (SITERN) e herdou toda a estrutura utilizada, até então, pelo INPE. Outro obstáculo superado foi a qualificação técnica do pessoal assumiu o projeto em nível local, como relata Arnon Andrade:

Em meados de 1975, o Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL), financiou o treinamento de funcionários da UFRN e da Secretaria de Educação que trabalhariam na TV-Universitária e no Sistema de Teleducção do Rio Grande do Norte (SITERN) (ANDRADE, 2005, p. 135).

Uma das primeiras mudanças introduzidas pelo novo programa de teleducção do Rio Grande do Norte, por exigência do governo do Estado, foi a ampliação do público-alvo, inicialmente focado nos alunos da rede pública de ensino, o SITERN passou a incluir, também, os professores leigos existentes na rede estadual de ensino. Para ajudar aos parceiros locais na implantação do novo programa, desembarcou em Natal, em pleno feriado da proclamação da República de 1975, uma tropa de elite formada por jovens profissionais de rádio e TV, especialistas em teleducção, que já atuavam na produção dos programas do Projeto SACI⁸, em São José dos Campos. Chegaram com a missão de qualificar, dentro de cinco meses,

⁸ Arnon Andrade, Maurício Pandolphi, João Batista Campanholi, José de Castro, Carlos Meireles, Paulinha Pires, Norio Higachi, Carlos Nunes, José Casé, Ivaldo Lima, Mário Cândido, entre outros.

os profissionais locais que, dali em diante, assumiria a produção e a programação do Canal 5 (PANDOLPHI, 2014).

Com os vínculos institucionais rompidos com o INPE, a TVU deixa a sede do instituto, no silêncio do Campus Universitário, e se instala num prédio histórico no centro da cidade. O edifício, construído no início do século passado, estava abandonado desde a transferência da Escola Industrial para uma nova sede, no bairro de Lagoa Nova.

Concluída a fase de transferência de tecnologia e de transição administrativa, do INPE para a UFRN/Governo do Estado, a TV Universitária foi substituindo, aos poucos, a partir de 1976, as reprises dos programas produzidos originalmente pela equipe do projeto SACI, em São Paulo, por conteúdo elaborado em Natal, pela nova equipe do SITERN. Dela faziam parte alguns profissionais egressos da experiência original do projeto SACI – técnicos que vieram para qualificar os novos membros do programa e, depois de integrados à vida da província, resolveram ficar – e por um grupo de professores e profissionais ligados à UFRN e ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, que foram qualificados para trabalhar no SITERN. Nesse momento, o professor Arnon Andrade, que foi o coordenador pedagógico do projeto SACI, assume a direção da TVU e o comando da área operacional do SITERN.

No plano nacional, as pressões contra o programa de tele-
ducação desenvolvido pelo INPE aumentam, sobretudo dentro do Ministério de Educação e Cultura, que já investia numa estrutura de Televisão Educativa, concentrada no Rio de Janeiro. Em 1978, o instituto encerra as atividades do Projeto SACI, sob a justificativa dos altos custos de manutenção dos satélites e das

diferenças culturais entre o perfil dos programas dirigidos às várias regiões do Brasil (PROJETO SACI, 2001).

No plano local, o Canal 5 aproveitou-se da estrutura de produção criada para a realização das teleaulas do SITERN e foi ampliando sua grade com programas produzidos por suas equipes em Natal e no interior do estado, que passaram a mostrar ao público telespectador um Rio Grande do Norte antes nunca visto na TV, com direito a imagens, histórias e vozes marcadas pelo acento forte do sotaque potiguar.

Uma escola de TV

Inicialmente, a nova TV Universitária do Rio Grande do Norte veiculava suas aulas ilustradas por encenações interpretadas por um grupo de atores potiguares, vindos, em sua maioria, do teatro amador, sob a direção de Carlos Furtado⁹. Aos poucos, novas atrações foram dividindo o espaço da programação do Canal 5 com as teleaulas. Vozes conhecidas no rádio começaram a mostrar seu rosto diante das câmeras da TVU e emprestar sua credibilidade e sua audiência aos programas de entretenimento (Carlos Alberto de Sousa e Edson de Oliveira), aos noticiários (Samuel Fernandes, Nilson Freire, Tânia Mendes, Liênio Trigueiro, Ismael Mendes), à cobertura esportiva (José Ari) e até à Santa Missa, celebrada ao vivo pelo padre João Penha Filho, capelão da UFRN.

Pouco a pouco, a TV Universitária foi rompendo o limite circunscrito da teleducação, para mostrar e discutir temas de interesse do cidadão, da capital e do interior do estado,

⁹ Ivonete Albano, Kinha Costa, Ana Francisca, Júnio Santos, dentre outros.

com seu jornalismo local (noticiário e debates). E não foram poucas as dificuldades, nem menores as resistências a serem vencidas para que o Canal 5 conquistasse audiência e respeito da opinião pública, a começar pela deficiência técnica (poucos equipamentos e pessoal qualificado), pela falta de recursos financeiros para custear as produções e a própria resistência do telespectador em enxergar sua realidade na TV. O público potiguar acostumara-se a consumir – e a tomar como modelo – a programação nacional ou alguns programas produzidos em Recife, o que dificultava a aceitação de um padrão estético novo, diferente, local. E foi na TV Universitária (Canal 5) que o natalense começou a se ver na TV e isso causou um estranhamento enorme. A comparação entre o padrão nacional e o padrão local era inevitável e as diferenças se tornavam ainda mais acentuadas. Repórteres e apresentadores inexperientes no fazer televisivo, pobres em visual e conteúdo, entrevistados que desconheciam a linguagem do veículo, e a própria fala arrastada destoava do padrão de TV ao qual o natalense estava acostumado a assistir, entre chuviscos e ruídos. Logo a TVU passou a ser alvo de crítica por parte do pequeno e influente público telespectador, que não conseguia enxergar nas transmissões da TVU um exemplo de superação diante da enorme dificuldade de se fazer TV em Natal, trinta anos atrás.

Com o passar do tempo, esse narcisismo às avessas foi sendo superado e o público acostumou-se com o que via e ouvia nas transmissões da TVU, ou seja, com sua própria imagem e semelhança. O interesse pelo conteúdo local veiculado pelo Canal 5 foi se impondo, apesar de seu viés institucional e do tom oficialismo de seu noticiário. Aos poucos, a TVU consolidou-se como um espaço público aberto à discussão dos temas do dia a

dia da cidade e do estado e onde se poderia assistir ao melhor da produção cultural local.

Durante mais de quinze anos, até a chegada da primeira emissora comercial no estado, a TV Universitária veiculou milhares de horas de produção própria mostrando os lugares, as paisagens e as pessoas do Rio Grande do Norte e tornou-se a referência como um canal cuja marca era a programação local. Nesse período, realizaram-se transmissões regulares de futebol, narradas com o estilo inusitado de José Ari (*A-con-te-ceu, tor-ci-da po-ti-guar!*) e exibidas no dia seguinte ao jogo, além de transmissões de jogos nacionais e internacionais, em rede com a TV Cultura de São Paulo (PANDOLPHI, 2014).

Os programas de entrevista, como o *Memória Viva*, criado pelo professor Carlos Lyra, que também dirigiu a TV na década de 1980, e é apresentado até hoje. Sem esquecer os musicais, dirigidos por Enoch Domingos (*Canto Geral e MPB-5*) e o *Canta Nordeste*, com Edson de Oliveira e o *Viajando o Sertão*, que levou poetas populares para desfilar seus versos e repentes, entoados ao som monocórdico de suas violas, direto das feiras para um espaço nobre da TV.

A hoje professora Josimey Costa, que também dirigiu a TVU, marcou época com seu programa semanal *Leitura Dinâmica*, abrindo espaço para registrar e discutir a produção literária potiguar com a presença em estúdio de poetas e escritores. Nada, porém, marcou tanto a história do Canal 5 quanto as transmissões exclusivas da lista dos aprovados no vestibular da UFRN, como recorda Maurício Pandolphi (2014, p. 113):

Naquela época esse evento tinha muito mais importância que tem hoje e quase paralisava Natal. Depois que a televisão se mudara para a rua Princesa Isabel, no centro da capital

potiguar, eram distribuídos televisores na frente da emissora, em plena rua, para que a multidão de candidatos que para lá se dirigia pudesse assistir à divulgação dos nomes dos aprovados. A medida visava também evitar que os vestibulandos ansiosos tentassem invadir o prédio.

Entre os programas realizados com a participação de comunicadores já reconhecidos no rádio, destacam-se os apresentados pelo radialista Carlos Alberto de Sousa (que depois veio a ser o pioneiro da TV comercial no Rio Grande do Norte), Edson de Oliveira que, na condição de *Embaixador do Forró*, abriu os estúdios da Televisão Universitária para receber pessoas do povo e artistas da cidade em seu *Canta Nordeste*. Se, em termos de estética, a TVU provocou certo desconforto aos olhos do telespectador acostumado ao padrão nacional das grandes emissoras, por outro, acabou conquistando audiência justamente por levar a seus estúdios e dar vez e voz ao povo do Rio Grande do Norte. Rostos reconhecidos da vida cotidiana de Natal, que até resistiram aos primeiros convites, sentiram a força da programação local ao serem reconhecidos nas ruas, todas as vezes em que apareciam no Canal 5.

Outra contribuição importante da TVU para o desenvolvimento do mercado da comunicação do Rio Grande do Norte foi a atuação de muitos de seus profissionais na produção de filmes publicitários, divulgando os produtos e as marcas de empresas do estado. Inicialmente, esse material era gravado e editado na própria emissora pública, por iniciativa do diretor de TV Júlio Brígido (*Kojak*), entre outros. Comercial pronto, logo ele era encaminhado para as geradoras sediadas em Recife. Depois, no fim da era das retransmissões, muitos dos profissionais do

Canal 5 foram requisitados para atuar em empresas especializadas na produção de comerciais para TV e de programas eleitorais, dentro e fora do estado. A própria estrutura da TV Universitária já serviu à realização de uma campanha eleitoral, como revela Pandolphí (2014, p. 194), que coordenou a equipe de produção:

Em 1986 trabalhei durante uns vinte dias, de graça, na campanha do Partido dos Trabalhadores, que gravava seus programas televisivos para a Propaganda Eleitoral Gratuita nos estúdios da TVU.

Na década de 1980, com a queda de investimentos por parte do governo do estado em seu programa de teleeducação, a TVU entrou em crise e reduziu drasticamente sua estrutura de retransmissão no interior, assim como sua capacidade de produção de programas. Mais uma vez, sentiu-se no ar aquele mesmo clima de incerteza que tomou conta do Canal 5 quando, anos antes, o INPE encerrou as atividades do Projeto SACI. O resultado prático dessa decisão foi o afastamento dos profissionais, mantidos pelo governo do estado para produzir as teleaulas do SITERN, que respondiam pelo grosso da produção da emissora e custeavam, indiretamente, a realização de outros programas de entretenimento e de jornalismo. E, enquanto não se enxergava uma saída para a crise, a solução foi reprisar teleaulas e programas já exibidos.

A salvação, mais uma vez, caiu do céu e veio, curiosamente, daquela que se constituiu no maior foco de resistência ao projeto de teleeducação do INPE, a TV Educativa do Rio de Janeiro. Nessa época, o mesmo governo federal que encerrara as atividades do Projeto SACI, inaugurou o SINRED, um sistema que

passou a reunir todas as emissoras educativas educativas vinculadas ao Governo Federal, sob o comando da TVE, que gerava uma programação única para todo país, via satélite, a partir do Rio de Janeiro. Imersa na crise, a TV Universitária do Rio Grande do Norte fez da retransmissão dos programas da TVE do Rio de Janeiro a tábua de salvação para sua grade de programação, que continuou mesclada com alguns poucos programas locais, entre eles os telejornais.

Cenas de um próximo futuro

Em abril de 2005, a TVU começa uma nova fase, com a volta de suas operações para uma sede nova, no mesmo Campus da UFRN de onde saíra, anos antes. Nas novas instalações, com novos equipamentos e uma equipe reduzida, mas experiente, o Canal 5 deixou a crise para trás. Passou a operar em rede, retransmitindo alguns programas da TV Cultura de São Paulo e da TV Brasil. Desde 2007, a TV Universitária opera com um novo transmissor de 10 KW, instalado no morro de Nova Descoberta.

Apesar desse vínculo institucional e de manter em seus quadros – e entre seus diretores – vários professores e jornalistas egressos da UFRN e de receber, todos os semestres, dezenas de bolsistas dos cursos de Jornalismo e Radialismo, a TVU nunca teve uma vinculação direta com o curso de Comunicação Social, nem mesmo como extensão de suas atividades de ensino, pesquisa e qualificação dos alunos e profissionais interessados na área da televisão. Sua gestão sempre esteve subordinada diretamente à reitoria da universidade e isso explica, de certo modo, os avanços e retrocessos

da emissora ao longo de sua história, dependendo do interesse do perfil do reitor de plantão e do interesse e conhecimento do poder desse meio de comunicação por sua equipe de auxiliares.

Mesmo assim, foi lá que a população natalense e as fontes produtoras de informação e conhecimento aprenderam a ver TV, assim como praticamente todos os profissionais de TV no Rio Grande do Norte aprenderam as técnicas do fazer televisivo em seus estúdios, equipes de jornalismo, ilhas de edição e salas de produção, fato que foi determinante para a formação do público telespectador e para a construção de um jeito potiguar de ver + saber + fazer TV.

Se em 1972, o Canal 5 entrou para a história da teleducação e da própria televisão brasileira, quando realizou sua primeira transmissão via satélite, direto da sede do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), em São José dos Campos. Em 15 de março de 2015, 47 anos depois, a Televisão Universitária do Rio Grande do Norte inscreveu-se novamente na história da TV brasileira ao se tornar a primeira emissora pública, ligada a uma universidade federal, a transmitir sua programação em um canal digital (5.1), antecipando-se em dois anos ao prazo definido pelo Governo Federal para o desligamento das transmissões de TV por meio de sinal analógico. O processo de digitalização da TVU custou R\$ 1,3 milhões e demorou quatro anos para ser concluído.

A maior contribuição da TV Universitária para o desenvolvimento desse meio no Rio Grande do Norte se deu em outro campo: o da qualificação das pessoas. Desde que nasceu, há mais de 40 anos, a TV Universitária do Rio Grande do Norte tem funcionado como um centro de referência na formação de novos talentos, sobretudo no campo do telejornalismo. É diante (e por trás) de suas câmeras que dezenas de jovens aspirantes ao jornalismo

vencem a timidez e o nervosismo natural de mostrar-se na TV, submetendo-se a um rito de passagem baseado na prática cotidiana do fazer televisivo em seu sentido mais pleno. Entre passagens de vídeo, *stand-ups* gravados e narrações de *offs* cheio de redundância, eles vão se formando (e se firmando) até amadurecerem o suficiente para aparecerem seguros e sabedores de seu ofício, nas telas das outras emissoras de Natal e de outras cidades.

E são raros os profissionais de nossa TV¹⁰ que não tenham percorrido esse labirinto de aprendizagem formado pelos estúdios e bastidores do Canal 5. São jornalistas, apresentadores e locutores, operadores de câmeras e seus assistentes, cenógrafos e iluminadores, maquiadores, sonoplastas, técnicos de manutenção, editores de imagem, roteiristas e diretores de cena, repórteres, produtores e editores de texto, entre outros, que aprenderam a fazer TV na prática, com o exemplo dos profissionais da emissora e o exercício da experimentação.

Tanto foi assim que, quando a primeira emissora comercial do Rio Grande do Norte, a TV Ponta Negra (Canal 13), iniciou suas operações na tarde de 15 de março de 1987, transmitindo a posse do novo governador do Estado, o verdadeiro espetáculo televisivo se deu num canto da cena em que as câmeras não puderam

¹⁰ O repórter Alan Severiano, correspondente da TV Globo nos Estados Unidos é um dos exemplos disso, assim como Maurício e Célia Pandolphi, Aldemar de Almeida, Sávio Hackradt, Vânia Marinho, Josimey Costa, Jânio Vidal, Jácio Fiúza, Rogério Cadengue, Ricardo Rosado, Edilson Braga, Osair Vasconcelos, Ronaldo Martins, Edmar e Assis Carlos, José Garção, Josceliano Maciel, Ricardo Moura, José Milton, Remo Macedo, Osni Damásio, Marcílio Maciel, Bernadete Lago, Sonia Padilha, Flávio Rezende, os irmãos Rildécio e Rilder Medeiros, Neusa e Tota Farache, Vanilda Vasconcelos, Conceição Silva, Diana Nunes, Norma Lúcia, Sirleide Pereira, Michele Rincón, Paulo Araújo, Francisco Junior e Antonio Araújo, entre outros tantos profissionais de várias gerações do telejornalismo local formados pela TVU.

captar e mostrar ao público: os bastidores da transmissão. Foi ali que se deu o verdadeiro espetáculo de competência técnica e capacidade de superação apresentado pelos técnicos e produtores que levaram aos lares dos telespectadores potiguares, principalmente, na região metropolitana de Natal, os sons e as imagens da primeira transmissão de uma televisão comercial no Estado, decorridos exatos 37 anos da transmissão pioneira da TV de Chateaubriand e a 15 anos da inauguração da TV Universitária do Rio Grande do Norte.

Na TV Ponta Negra, muitos dos repórteres e apresentadores, cinegrafistas, editores e produtores que atuaram desde as primeiras transmissões, formaram-se nos corredores do Canal 5. E foram eles que esboçaram certa resistência quando uma equipe de técnicos do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) desembarcou em Natal, vinda de São Paulo, para ajudar na instalação da nova emissora da rede, porque se consideravam “capazes de fazer a cobertura” sem ajuda externa (ROCHA, 1990, p. 9). E esse enredo se repetiu outras vezes, sempre que uma nova emissora entrou no ar, ao longo desses quase 30 anos de TV comercial no Rio Grande do Norte.

Enquanto formava um público novo com sua programação temperada pelo sotaque e pelos rostos da cidade, a Televisão Universitária do Rio Grande do Norte formava, em seus bastidores, uma geração inteira de técnicos e profissionais qualificados para fazer TV, nomes que até hoje figuram nos créditos dos programas de todas as emissoras do Rio Grande do Norte e de outros estados, bem como nos anais da história da nossa televisão e de nossa produção audiovisual.

Esse mesmo exército de operadores de câmera e de VT, editores de texto e de imagens, cenógrafos e iluminadores, maquiadores e sonoplastas, engenheiros e técnicos, produtores,

repórteres e apresentadores que mantêm a programação da TV Universitária no ar há mais de 40 anos, é o mesmo que está presente nos bastidores de todas as emissoras comerciais do Rio Grande do Norte. Da pioneira TV Ponta Negra à própria afiliada da Rede Globo, que foi buscar nos quadros da TVU pessoal qualificado para montar as primeiras equipes na TV Cabugi, em 1987, além das demais emissoras, como a TV Tropical (Rede Manchete e Rede Record), cujo diretor, jornalista Jânio Maria Carlos Vidal, já dirigiu a TVU.

Indiscutivelmente, a contribuição da Televisão Universitária do Rio Grande do Norte ultrapassou em muito o caráter meramente pedagógico de sala de aula a que se propunha quando foi criada em 1972. Não apenas por seu papel pioneiro na educação, num tempo em que se desconhecia essa prática, nem tampouco pela quantidade de crianças, professores e adultos que conseguiu ensinar alguma coisa. A maior contribuição da TVU ao povo do Rio Grande do Norte deu-se de forma indireta e desprestigiada, com a qualificação de mão de obra especializada, essencial ao desenvolvimento da televisão entre nós. Assim, além de ensinar tantos profissionais a fazer TV, o Canal 5 também nos ensinou a ver TV e, principalmente, a nos ver na TV.

Referências

ACCIOLY, Denise Cortez da Silva. **A difusão do conhecimento científico produzido pela universidade transmitido pela Televisão Universitária**. Recife: Intercom, 2011.

_____. **Televisão Universitária do RN (TVU):** contribuição para a democratização da informação e a difusão do conhecimento científico produzido pela universidade. 2012. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

AMORIM, Carlos. Travessias e travessuras de uma indústria caótica. In: RODRIGUES, Ernesto (Org.). **No próximo bloco... o jornalismo brasileiro na TV e na internet**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005. p. 19-38.

ANDRADE, Arnon A. M. de. Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 133-138, set./dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 dez. 2015.

BARBOSA, Marialva. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana P.; SACRAMENTO, I.; ROXO, M. (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 15-35.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM editores, 1982.

COUTINHO, Iluska (Org.) **A informação na TV Pública.**

Florianópolis: Editora Insular, 2013.

DTV. TV Universitária (RN) inaugura canal digital nesta

sexta-feira, 15. 2015. Disponível em: <www.dtv.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/183-tv-universitaria-rn-inaugura-canal-digital-nesta-sexta-feira-15>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GOUVEIA, Adauto. **Esboço histórico da pesquisa aeroespacial**

no Brasil. São José dos Campos: INPE, 2003. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/jeferson/2003/07.02.08.39/doc/htmlpublicacao/p-1.html>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

HOMEM, Roberto. **As alegrias e os caminhos tenebrosos**

de Júnio. 2008. Disponível em: <<http://zonasulnatal.blogspot.com.br/2008/09/entrevista-junio-santos.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto SACI:** relatório

de exame de progresso. 1974. Disponível em: <<http://marte3.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1905/2005/07.26.00.04/doc/518compressed.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

LIMA, Fernando Barbosa. **Nossas câmeras são nossos olhos.**

Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

LIMA, Vilma Silva. **As regras da TV Universitária:**

lutas para a constituição de um campo. 2011. 247f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LOPES, Ivonete da Silva. **TV Brasil e a construção da Rede Nacional de Televisão Pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MAIA, Celly; ROCHA, Jefferson; SOARES, Marcos. **O início da TV Comercial no RN**. Documentário produzido como requisito parcial para conclusão do Curso de Comunicação Social, Radialismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2008.1. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=-YCmvTEDpCE>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MARINHO, Clarissa; OLIVEIRA, Débora. **Quatro pilares femininos da televisão**. Natal: Jaércio Carlos Edições, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia, audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MOTTA, Adauto Gouveia. **Esboço histórico da pesquisa espacial no Brasil**. Natal: Foco Editora, 2003.

NUNES, Pedro (Org.). **Mídias digitais & interatividade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

PAIVA, Marlúcia Menezes. As primeiras iniciativas da Teleducação no Brasil: os projetos SACI e EXERN. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 271-293, jul./dez. 2013. Disponível em: <www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/428>. Acesso em: 31 jan. 2017.

PANDOLPHI, Maurício. **Também se fala com os pés: memórias de um jornalista feliz**. Natal: Sebo Vermelho, 2014.

PROJETO SACI. In: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário interativo da educação brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midia-mix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/projeto-saci/>>. Acesso em: 6 dez. 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor;
ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

ROCHA, Lúcia de Fátima Cabral. **A televisão comercial do Rio Grande do Norte**. 1990. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

RODRIGUES, Ernesto (Org.). **No próximo bloco...o jornalismo brasileiro na TV e na internet**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005.

SANTANA, Marta de Oliveira; SILVA, Tádzio Yuri França. **Vésper**: a pedra fundamental na moderna propaganda do Rio Grande do Norte. Natal: Edições UnP, 1997.

SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana. **Televisão digital**: desafios para a comunicação. Livro da COMPÓS 2009. Porto Alegre: Sulina, 2009.

VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

A primeira emissora comercial do Rio Grande do Norte: uma história da TV Ponta Negra

Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra

A importância de pesquisar a história da comunicação

Esta pesquisa nasceu da inquietude de contribuir para registrar e divulgar a história de televisão comercial do Rio Grande do Norte para a sociedade acadêmica. Na metodologia deste trabalho, utilizamos como estratégia, além da pesquisa bibliográfica – incluindo aí Trabalhos de Conclusão de Curso –, verificamos artigos, documentos, entrevistas, vídeos e documentários já realizados que tenham abordado o tema, entrevistamos pessoas que pudessem auxiliar na elaboração desse relato, além de autores que dialogassem com a proposta apresentada.

Nos apropriamos da história oral, a história do “tempo presente” e também reconhecida como “história viva” (MEIHY, 2005, p. 17). Utilizando dessas técnicas, transcriamos aqui, o conteúdo trabalhado em entrevistas realizadas

durante a pesquisa. Em especial, a entrevista realizada com Mícarla de Sousa¹.

Para destacar esse momento, compartilhamos com as ideias de Ribeiro (2008, p. 18) ao afirmar que

[...] é fundamental para o desenvolvimento da história da comunicação que se debata, de forma ampla, a necessidade da construção de uma perspectiva e de estratégias metodológicas que articulem, de forma profícua, diferentes campos do saber.

E para tratar de história, utilizaremos ainda os conceitos de Le Goff “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 411). O autor trata da importância da memória, individual ou coletiva e considera esta última, não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 1990). Para esse recorte, compactuamos com os conceitos do autor, da memória como instrumento para se contar a história que não foi registrada.

Ainda se tratando da história da televisão no Rio Grande do Norte, é importante lembrar que Kneipp e Silva (2015) já destacaram não só como se deram as primeiras transmissões, mas o impacto disso na população do Rio Grande do Norte. As pessoas passaram a se ver na televisão.

A primeira emissora no estado foi a TVU (Televisão Universitária), implementada em dezembro de 1972. A emissora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma TV pública, tinha a proposta de transmitir conteúdo educativo

¹ Jornalista, herdeira da TV Ponta Negra. Esteve na equipe da emissora desde o início, em 1987 até se afastar para assumir a prefeitura de Natal em 2008.

e foi criada inicialmente para atender ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) através do ensino a distância nas redes de ensino básico.

No período da ditadura militar², as concessões para emissoras locais de rádio e televisão eram concedidas a famílias com história e ligações políticas. E com a TV Ponta Negra não foi diferente.

A TV Ponta Negra de Natal

A TV Ponta Negra está sediada em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Opera no canal 13 VHF e em 29 anos de funcionamento, a TV Ponta Negra conquistou uma identidade forte com o telespectador. Talvez pela ousadia que sempre esteve associada à sua marca, conseguiu grandes feitos em sua história. Para tentar situar o que podemos considerar conquistas importantes dentro da existência da TV Ponta Negra, destacamos que a emissora, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão³, tem conquistado desde 2012 o primeiro lugar na audiência local⁴ no horário das 12h às 14h, desbancando as mais de duas décadas de liderança da TV Cabugi (hoje InterTV Cabugi), afiliada da Rede Globo.

² Período de 1964 a 1985 em que militares conduziram o país.

³ Rede de emissoras de televisão abertas, fundada 1981 pelo apresentador e empresário Silvio Santos.

⁴ Pesquisas IBOPE de audiência realizadas em 2012, 2013, 2014 e 2015. No Rio Grande do Norte, as emissoras de TV compram em conjunto, duas pesquisas por ano. Há oito pesquisas, a TV Ponta Negra lidera a audiência no horário da programação local das 12h às 14h.

Atualmente, além de retransmitir a programação nacional do SBT, a TV Ponta Negra produz os seguintes programas⁵ de segunda a sexta-feira: Notícias da Manhã; Jornal do Estado; Tudo de Bom; Arena; Patrulha da Cidade; Jornal do Dia. Aos sábados a grade local exibe (produzidos pela emissora) o Programa Mais; Primeiro Plano e Versátil, com Toinho Silveira. A emissora também comercializa espaços da programação aos fins de semana para exibição de programas independentes.

Após um período de testes, a TV Ponta Negra iniciou definitivamente suas transmissões em 15 de março de 1987. Desde o início, seja por estar afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (que permitia “liberdade” na grade de programação), seja pelos programas populares, de auditório com a participação do público, trouxe características bem próprias. Muito disso pode ser atribuído à personalidade de Carlos Alberto e à bagagem que ele trouxe do rádio.

E para contar a história da emissora, podemos começar pela história do fundador, o radialista Carlos Alberto de Sousa. Filho de pai ferroviário e mãe costureira, Carlos Alberto foi vereador, deputado estadual e deputado federal. Também foi eleito senador em 1982, mandato em que se destacou por ter presidido a CPI do Atentado Riocentro e ter sido líder do Governo Figueiredo.

A concessão da TV Ponta Negra foi outorgada – quando Carlos Alberto era senador – por João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, em 11 de janeiro de 1985 (KNEIPP; SILVA, 2015). Conforme citamos anteriormente, Carlos Alberto de Sousa era senador na época e aliado político do então presidente.

Em entrevista para esta pesquisa, Micarla de Sousa, filha de Carlos Alberto, relatou que na época já existiam concessões

⁵ Disponível em: <<http://www.tvpontanegra.com.br/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

tanto para a família Alves⁶ quanto para família Maia⁷, grupos que polarizavam a política no Rio Grande do Norte.

Em 1983, o então presidente Figueiredo veio ao Rio Grande do Norte durante a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves (ARAÚJO, 2004). A visita no município de Açu, trouxe o presidente a Natal. Hospedado na capital potiguar, Figueiredo teve acesso a uma reportagem de cunho político no jornal Diário de Natal⁸. De acordo com Micarla de Sousa (informação verbal)⁹, o texto “batia forte no meu pai”. Quando se encontraram, o presidente estava com o periódico na mão e teria afirmado que Carlos Alberto precisava de “algo para se defender” (informação verbal)¹⁰ – dos grupos Alves e Maia: “A gente morava em Brasília na época e eu lembro de meu pai ligando pra gente muito feliz porque ele achava que o presidente iria liberar a concessão de uma rádio AM, que era o sonho do meu pai” (informação verbal). Ao retornar ao Distrito Federal, Carlos Alberto soube que a concessão seria de uma televisão, e não de uma rádio. Araújo (2004) relata que isso ocorreu porque já havia acontecido a licitação para as concessões de rádio.

Mas esse foi apenas o primeiro obstáculo. Araújo (2004) ainda relata que com a eleição de Tancredo Neves para a presidência do país

⁶ Grupo político familiar que teve como maior nome de expressão Aluísio Alves.

⁷ Grupo político familiar atualmente pelo senador José Agripino Maia, presidente nacional do partido Democratas.

⁸ Jornal do grupo Diários Associados que circulou no Rio Grande do Norte de 18 de setembro de 1939 a 2 de outubro de 2012.

⁹ Todas as falas de Micarla de Sousa neste trabalho estão na entrevista concedida a Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra e à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 12 de maio de 2016.

¹⁰ Entrevista concedida a Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra e à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 12 de maio de 2016.

e a posse de José Sarney, depois de algumas mudanças, Antônio Carlos Magalhães assumiu o Ministério das Telecomunicações. Uma das primeiras ações de ACM no cargo foi suspender todas as concessões doadas no Governo Figueiredo para que fosse realizada uma revisão. Incluía-se aí, a concessão da TV Ponta Negra. Após dois anos de espera, em 1986 é que finalmente a concessão da TV Ponta Negra foi liberada. A primogênita do senador Carlos Alberto prossegue:

Todos os outros (grupos políticos) já tinham concessões há bastante tempo. Mas achavam que era muito difícil colocar uma televisão. Eram televisões que existiam no papel, mas que não existiam de fato. Existiam de direito, mas não existiam de fato (informação verbal).

Quase 15 anos depois da chegada da primeira emissora de TV ao Rio Grande do Norte, iria entrar no ar a primeira emissora com uma programação comercial e voltada aos assuntos do estado. E Carlos Alberto colocou como desafio instalar a TV Ponta Negra em três meses. Para isso, marcou visitas às estações de televisão nacionais para decidir qual seria transmitida através da TVPN.

Conversou com o empresário e apresentador Silvio Santos, do Sistema Brasileiro de Televisão; com Roberto Marinho, da Rede Globo, mas as restrições impostas pela emissora global, não inspiraram Carlos Alberto. Araújo (2004) ainda relata que foi um compromisso do radialista com o ex-presidente Figueiredo de não se filiar à Rede Globo, que na época, fazia duras críticas ao presidente. Carlos Alberto se reuniu ainda com Adolfo Bloch, da TV Manchete, mas achou que esta era muito elitizada e não se identificou.

Decidido a tornar a TV Ponta Negra afiliada ao SBT, Carlos Alberto contou com o apoio da emissora. Não só de equipamentos, mas também de apoio técnico. Silvio Santos teria sido receptivo e disposto a colaborar mesmo que isso não significasse que a emissora potiguar se filiasse à rede do Sistema. E o início foi com as antenas da TVS Brasília e um transmissor que o SBT teria comprado no nome do SBT e que os sócios da TVPN ficaram pagando ao Sistema (informação verbal), uma câmera U-matic¹¹, sem vt portátil e veio com dois vts grandes. Essa foi a estrutura para fazer programas ao vivo, reportagens e programas de auditório.

Assim, o estado potiguar ganhava a primeira televisão comercial do Rio Grande do Norte, a primeira a veicular programas e propagandas locais, sem depender das repetidoras que não mostravam a realidade do Rio Grande do Norte.

A gente não tinha dinheiro para nem alugar uma casa, nem construir uma casa, para ser a televisão. Então como o Governo do Estado doava áreas em cima do morro do Tirol para se colocar o transmissor, foi ali a primeira sede da TV Ponta Negra. Foi construída a sede para o transmissor, só que não foi só o transmissor, foram os 'estúdios', foi tudo da TV Ponta Negra ali. [...] Era tão pequeno, o espaço era 3m x 3m, do auditório. Então aí o que meu pai falava pra gente: 'põe a câmera do lado de fora'. Então a gente abria a porta e punha a câmera do lado de fora, para dar profundidade [...] Era tudo pintado de branco para dar amplitude (informação verbal).

¹¹ Formato de fita de vídeo analógico de gravação.

O início da transmissão da TV Ponta Negra foi com a posse do então governador Geraldo Melo. Mas para os primeiros funcionários da empresa, a solução foi bem “caseira, foi tudo muito braçal”, como segue relatando Micarla de Sousa:

Os únicos profissionais de televisão que existiam no Rio Grande do Norte eram os profissionais da TVU. Eram funcionários públicos que não iriam deixar de serem funcionários públicos com toda estabilidade de um funcionário público para ser um funcionário de uma televisão que estava começando, vamos partir desse pressuposto. [...] Ele (Carlos Alberto) não tinha como contratar, a gente não tinha dinheiro para contratar. Ele pegou cinco primos dele, da fazenda ‘Ariosa’, em Angicos e ele trouxe esses primos e distribuiu as funções da TV. Então o que era tratorista se transformou em cinegrafista, o que era o vaqueiro se transformou no operador de vt. [...] Eram cinco primos dele, cinco primos Gomes. [...] E esses cinco vieram do interior para fazer a TV Ponta Negra. O que meu pai fez: começou a contratar o pessoal da TVU como ‘freela’ para que eles treinassem esses primos dele. E aí a partir desses primos, esse primo conhecia alguém que era balconista de uma farmácia e que veio trabalhar como editor. Era todo mundo, ninguém vinha de televisão [...] (informação verbal)¹².

Carlos Alberto tinha a ideia de colocar vídeo nos programas de rádio que já faziam sucesso. Patrulha Policial (Patrulha da Cidade era o programa de maior audiência na Rádio Cabugi), o Povo na TV (que fazia sucesso em SP) e um embrião de jornalismo no SBT,

¹² Entrevista concedida a Cristina D'Oliveira Vidal Bezerra e à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 12 de maio de 2016.

o Noticentro, que tinha o formato dos noticiaristas de rádio trazerem os fatos do dia. Além destes, havia Jornal da Cidade, e claro, marca importante na história da emissora, os programas de auditório e que privilegiavam os artistas da terra.

O Programa Carlos Alberto trazia quadros variados como O Sorriso Alegre de uma Criança; O Sonho da Minha Vida (uma versão potiguar do Porta da Esperança, programa de Silvio Santos), Para Quem Você Bate Palmas – mais uma adaptação, do sucesso de Flávio Cavalcanti, Para Quem Você Tira o Chapéu –, Show de Sucessos, Geração 2000 e o Jornal 2000.

Como a emissora só dispunha de uma câmera, as reportagens externas eram raras nesse período. Num telejornal de meia hora, usava uma reportagem no máximo. Nos demais eram notas cobertas com fotografias. Afinal, se tirasse a câmera para fazer a externa, não se teria câmera para o estúdio.

Uma vez iniciadas as atividades da emissora, podemos trazer uma outra fase da TV Ponta Negra. Ele perdeu a eleição e se dedicou à empresa, que de 1990 a 1994 registrou um grande crescimento. No ano de 1994, Carlos Alberto foi eleito deputado federal e Micarla de Sousa assumiu a superintendência da empresa. O pai ainda acompanhava tudo de perto, nos fins de semana quando estava em Natal. A inexperiência administrativa foi apontada por Micarla de Sousa (informação verbal) como um fator de dificuldades no primeiro ano. “Eu dizia: pai eu entendo de jornalismo, eu não entendo de pagar conta, de negociar com banco e clientes” (informação verbal). Mas a jornalista considera que a experiência, sob orientação do pai, foi fundamental para uma outra etapa, que iniciou com a morte de Carlos Alberto de Sousa, em dezembro de 1998.

Micarla já era superintendente, e juntamente com a mãe e as irmãs, continuaram a gerir a empresa. A principal dificuldade

se deu porque vários grupos políticos ou de empresários queriam comprar a emissora. “Se comentava que a gente ia vender [...] A queda de faturamento foi brusca” (informação verbal). Aos 28 anos, Micarla assumiu a frente do grupo e numa tentativa de reação para manter a empresa, em março de 1999 as gestoras decidiram fazer uma festa para o mercado, comemorando o aniversário da emissora, mesmo sem ter orçamento e verba para isso. O evento teve, segundo Micarla de Sousa, um significado especial. Tinha como objetivo apresentar ao mercado que três meses após a morte de Carlos Alberto, a emissora não estava à venda e elas não teriam desistido. E a resposta foi positiva. Dias depois, clientes e anunciantes retomaram os investimentos publicitários na empresa.

No mesmo período, se discutia que a TV Ponta Negra precisava de uma “cara, uma cara da família. E a cara era eu”. Micarla, que nunca quis desempenhar nenhuma função diante das câmeras, decidiu seguir pela linha do jornalismo e não do entretenimento, temia a comparação inevitável com o pai. Passou três meses treinando e aperfeiçoando técnicas com o professor Emanuel Barreto¹³:

Todos os dias eu treinava entrevistar alguém ali e treinava os comentários. Porque eu teria que ser uma âncora, pra ser uma coisa diferente. Eu não podia simplesmente ser uma apresentadora. Eu tinha que dar a opinião da TV e ser a cara da TV (informação verbal).

Em maio de 1999, Micarla de Sousa estreou com o Jornal do Dia. Foi o período em que depois de realizada uma pesquisa qualitativa,

¹³ Jornalista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

se modificou a programação local de uma forma que não perdesse a identidade com Carlos Alberto, mas que ficasse entendido para o telespectador que havia uma nova geração à frente da emissora. Essa estrutura da grade de programação tem sido continuada até os dias atuais.

A exposição diária contribuiu para que a jornalista e apresentadora Micarla de Sousa tivesse ascensão na carreira política. Em 2004, foi eleita vice-prefeita de Natal. Dois anos depois, foi a sétima deputada estadual mais votada e em 2008 foi eleita em primeiro turno, prefeita da capital potiguar. Esta, aliás, pode ser considerada uma característica marcante da emissora. Alguns comunicadores se projetaram para a política através da TV Ponta Negra. Podemos citar aqui os vereadores Luiz Almir, Aquino Neto. O ex-deputado estadual Gilson Moura e o deputado federal aposentado Paulo Wagner.

Uma nova etapa da história da TVPN teve início quando Micarla foi eleita prefeita. Uma “direção profissional foi contratada e dois executivos tocavam a empresa” (informação verbal). Quando Micarla voltou em 2013, não gostou da situação encontrada, especialmente, a situação financeira da emissora. Sem condições de voltar ao ritmo anterior por problemas de saúde, se iniciou a negociação para venda ao Sistema Opinião de Comunicação. Em dezembro de 2013, a venda da parte majoritária foi finalizada e trouxe uma tranquilidade financeira às herdeiras de Carlos Alberto. “Aquilo embora economicamente tivesse sido muito importante, emocionalmente custou muito caro” (informação verbal).

O Sistema Opinião de Comunicação faz parte do mesmo grupo societário da empresa Hapvida e está presente em quatro estados brasileiros: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, onde administram as emissoras:

Clube Record PE, Manaira Band PB, Borborema SBT em Campina Grande, Ponta Negra (SBT RN) e o SBT de Alagoas – TV Ponta Verde. Conta ainda com uma emissora de rádio, a BandNewsFM Manaíra, na Paraíba. Outras rádios que pertencem ao grupo estão arrendadas.

Considerações finais

Mais do que o pioneirismo de ser a primeira emissora comercial no Rio Grande do Norte, a TV Ponta Negra deixou sua marca no desenvolvimento dos meios de comunicação do Rio Grande do Norte com repercussão na sociedade local.

A identidade da emissora foi construída lá atrás, por Carlos Alberto de Sousa e das “meninas” de Carlos Alberto. Ao longo dos anos, podemos dizer que a TV Ponta Negra também se caracteriza pela inovação. Tem uma programação diversificada, leva entretenimento e informação aos telespectadores diariamente.

Em sua história, sempre manteve o foco de ter uma programação voltada para também para a população carente, problemas sociais, comunitários e da sociedade. E a sua importância histórica também se dá pelo pioneirismo e por permitir discussões que antes não eram trazidas por um veículo de comunicação.

Este trabalho busca contribuir para perfazer a falta de uma pesquisa aprofundada também sobre o processo de implantação e da trajetória da televisão potiguar. Intenciona preencher espaços dessa história e colaborar para o interesse da comunidade acadêmica para o tema. Não pretendemos fechar o assunto,

mas continuar realizando estudos que possam trazer a memória e consequentemente auxiliar para contar essa história.

Ao se reconstruir no presente, a partir dos rastros que o passado deixou como marca, coloca-se também em cena a questão memorável. Haverá sempre algo esquecido e algo lembrado nesse passado reatualizado. Mais do que a questão do objeto memorável, há que se pensar, pois, na dimensão do esquecimento que essas emissões evocam (BARBOSA, 2008, p. 94).

Destacamos que este artigo trata de apenas parte da história da TV Ponta Negra. Utilizamos como recorte temporal o período em que Carlos Alberto de Souza, a esposa e as filhas estiveram à frente da emissora, antes da venda para o Sistema Opinião. As memórias sobre a emissora fazem parte da história da televisão local no Rio Grande do Norte. História que merece ser aprofundada e apresentada não só aos interessados em pesquisar sobre o tema, mas também à sociedade.

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (LE GOFF, 1990, p. 411).

Encerramos ressaltando a pertinência da pesquisa na comunidade acadêmica e aqueles que se interessam em estudar o jornalismo e os meios de comunicação no Rio Grande do Norte.

Referências

ARAÚJO, Caline da S. **TV Ponta Negra: a implantação da primeira emissora comercial do Rio Grande do Norte**. 2004.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)

– Universidade Potiguar, Natal, 2004.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana P. G.; HERSCHMANN, Micael.

Comunicação e História: interfaces e novas abordagens.

Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa.

Decreto nº 90.809, de 11 de janeiro de 1985. Outorga

concessão à TV PONTA NEGRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de

Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Brasília: Senado Federal,

1985. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/>

ListaPublicacoes.action?id=218343>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRANDÃO, Marcos; ROCHA, Jeferson; SAYONARA, Celly. **TV Ponta**

Negra: o início da TV comercial no RN (filme – documentário).

Natal, UFRN, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e-ldWiuGPxo>

> Acesso em: 14 abr. 2014.

KNEIPP, Valquíria; SILVA, Luciana. Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. 10., 2015. **Anais...** Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/trajetoria-da-tv-no-rn-a-historia-politica-da-comunicacao/at_download/file>. Acesso em: 28 maio 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, Ana P. G.; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

TV PONTA NEGRA. Disponível em: <<http://www.tvpontanegra.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Das retransmissoras à TV Cabugi: os primeiros anos da Rede Globo no Rio Grande do Norte

Alisson Campos Santos

Juliana Sampaio Pedroso de Holanda

Introdução

Segundo a “Pesquisa Brasileira de Mídia: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira” (2014), da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, cerca de 95% dos brasileiros costumam assistir televisão, sendo que 73% tem o hábito de utilizar esse meio de comunicação diariamente. Em média, os brasileiros passam, de segunda a sexta, cerca de 4 horas e 31 minutos em frente ao televisor, e 4 horas e 14 minutos nos fins de semana. Números superiores aos evidenciados na pesquisa de 2014: 3 horas e 29 minutos de segunda a sexta; 3 horas e 32 minutos nos fins de semana. Em comparação com outros meios de comunicação como internet, rádio, jornais e revistas, a televisão é ainda a mídia mais utilizada pelo brasileiro.

Kneipp e Silva (2015, p. 11) destacam que o Rio Grande do Norte possui médias de uso da televisão superiores à nacional: 74% utiliza a TV com frequência diária numa média

de 5 horas e dez minutos de segunda a sexta e 4 horas e 21 minutos durante os fins de semana.

De acordo com dados de 2014, do Ministério das Comunicações, o Brasil tem ao todo 543 emissoras de televisão outorgadas e 10.739 retransmissoras espalhadas por todo o país. O estado do Rio Grande do Norte detém ao todo 9 emissoras de televisão e 98 retransmissoras em todo o estado. Um número significativo, em comparação com um passado recente em que o estado apenas recebia e retransmitia o sinal de outras emissoras de estados vizinhos.

Tomamos como objeto de estudo o caso da TV Globo no Rio Grande do Norte. Entre os anos de 1977 e 1987, Natal apenas retransmitia o sinal da TV Globo Nordeste, sediada no Morro do Peludo, na cidade de Olinda, Pernambuco. Esses anos marcam o período em que a TV Globo Nordeste implantou uma retransmissora no Estado, em 1977, e quando da criação da emissora TV Cabugi, em 1987. Destaca-se também que, em 1977 a cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, recebeu a retransmissora da TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo, com sede em Fortaleza.

Por dez anos, a população potiguar teve acesso ao conteúdo da Rede Globo exclusivamente por meio das retransmissoras, ou seja, não havia uma produção local de conteúdo televisivo. Em 1º de setembro de 1987, entra no ar a TV Cabugi, fundada pelos irmãos e políticos potiguares Agnelo e Aluizio Alves. Dessa forma, os canais das retransmissoras em Natal e em Mossoró passaram a produzir e exibir conteúdo próprios, como já fazia a TV Universitária desde 1982.

A afiliada da Rede Globo no RN permaneceu como TV Cabugi até 2006, quando foi vendida para a Rede Inter TV, uma rede de emissoras de televisão brasileira filiada à Rede Globo,

com sede na cidade de Cabo Frio, interior do Rio de Janeiro. Desde então passou a ser chamada Inter TV Cabugi.

Partindo da perspectiva do campo dos estudos históricos da Comunicação, o presente artigo investiga o processo de implantação da TV Cabugi nos anos 80 do século passado. Buscou-se, através da história oral e de uma revisão bibliográfica, construir uma narrativa dos fatos ocorridos no período. Os relatos aqui apresentados são tomados como fontes para compreensão do passado, como recomendam Ribeiro e Herschmann (2008, p. 20), e não como índices absolutos de uma verdade histórica. Nesse sentido, busca-se, na memória dos narradores entrevistados e nas suas versões sobre os acontecimentos, investigar fatos coletivos de um passado recente da história da TV no Rio Grande do Norte.

Foram entrevistados dois jornalistas que no período de implantação da TV Cabugi estiveram diretamente envolvidos no processo: Osair José Vasconcelos de Medeiros, chefe de redação responsável por montar e treinar a primeira equipe de jornalismo da emissora e Ana Luiza Câmara, integrante da primeira equipe de repórteres da recém-criada TV Cabugi.

As retransmissoras

A TV Globo Nordeste, com sede em Olinda, Pernambuco, é uma emissora da própria Rede Globo. Inaugurada em 22 de abril de 1972 pelo fundador da Rede Globo, Roberto Marinho, a TV tinha o objetivo de ampliar a cobertura da emissora para a região Nordeste. Cinco anos depois, em 1977, foram implantadas retransmissoras em duas capitais nordestinas que ainda não possuíam cobertura da Rede Globo: João Pessoa,

na Paraíba e Natal, no Rio Grande do Norte. Em Natal, a Globo Nordeste funcionou como retransmissora por dez anos, até o surgimento da afiliada local em 1987.

Pertencente ao Sistema Verdes Mares, considerado o maior grupo de comunicação do Ceará, com sede em Fortaleza, a TV Verdes Mares começou a funcionar em 31 de janeiro de 1970, mas apenas em 1974 se tornou afiliada da Rede Globo. Ainda em 1974, ao ganhar o status de afiliada, a emissora passou a retransmitir a programação da Rede Globo para o interior do Ceará e para algumas cidades de estados vizinhos, como Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Dessa forma, o Rio Grande do Norte ficou até o ano de 1987 apenas recebendo conteúdos produzidos em outros estados, notícias e fatos referentes a Pernambuco, através do sinal da TV Globo Nordeste, e ao Ceará, com o sinal do Sistema Verdes Mares. Ana Luiza Câmara relembra, por exemplo, que em Natal a população assistia ao NETV que noticiava em sua maioria acontecimentos de Recife. Eventualmente, quando ocorria algo de importante no Rio Grande do Norte, um correspondente da TV Globo Nordeste que residia em Natal produzia matéria e enviava para Recife, algo semelhante ao que fazem hoje os correspondentes da Rede Globo na Europa, no Oriente Médio e nos Estados Unidos. Apenas em situações excepcionais a população residente no Rio Grande do Norte via sua “realidade” na televisão.

Os anos 1980 no Rio Grande do Norte

A década de 1980, década em que foram implantadas as TVs locais no Rio Grande do Norte, é considerada um período de crescimento econômico e turístico para o Estado.

Data dessa época a construção de toda uma infraestrutura voltada para o turismo: construção da Via Costeira, que liga as praias de Areia Preta e Ponta Negra, em Natal; construção de hotéis de luxo na cidade; construção da Rota do Sol, estrada que leva ao litoral sul do estado. Data também dos anos 80 a criação de um polo industrial em Mossoró (LOPES; FERREIRA, 2015).

Enquanto o turismo crescia, a agricultura local passava por uma crise. Chegava ao fim o ciclo do algodão. O produto que chegou a contribuir com 40% da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado, perdeu importância no mercado e foi dizimado pela “praga do bicudo”, um besouro com origem na América Central com nome científico de *Anthonomus grandis*. Essa combinação de fatores desestruturou a economia do interior do estado (ARAÚJO, 2006).

Como consequência das mudanças econômicas, alterou-se o fluxo migratório no estado: a partir dos anos 1980, os migrantes passaram a se fixar em Natal, sendo a cidade o destino de 60,7% dos migrantes advindos de outras áreas urbanas do próprio Rio Grande do Norte, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda segundo o IBGE, em 1980, a população de Natal era composta por 416.898 habitantes, passando para 685.140 em 1991. Os números representam um crescimento populacional de 6,4% em uma década (SILVA, 2001).

Destaca-se também que o estado passou por um intenso processo de urbanização, tendo em vista que as grandes e médias cidades estavam atraindo não apenas pessoas de outras áreas urbanas, mas também das zonas rurais do estado. Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), em 1970, 52,48% da população do Rio Grande do Norte residia em zonas rurais e 47,52% no meio urbano. Em 2010, os percentuais foram invertidos expressivamente na medida em que

77,81% da população passou a viver em zonas urbanas e 22,19% permaneceu no meio rural.

Na esfera política, o Rio Grande do Norte estava se reorganizando após o fim da Ditadura Civil Militar brasileira, período que durou de 1964 a 1985. Na época da instalação da TV Cabugi, a cidade de Natal era governada pelo primeiro prefeito eleito por voto direto após o período de exceção política, Garibaldi Alves Filho, sobrinho dos fundadores da TV Cabugi, Agnelo e Aluísio Alves¹.

De família com tradição política, Agnelo Alves já havia sido prefeito de Natal entre os anos de 1966 e 1969, e, após a criação da TV, chegou a ser senador, deputado estadual e prefeito da cidade de Parnamirim, cidade da região metropolitana de Natal². Já Aluísio Alves foi governador do Rio Grande do Norte entre 1961 e 1966 e deputado federal em três períodos: de 1946 a 1961, de 1967 a 1969 e de 1991 a 1995. O político foi ainda Ministro da Administração de 1986 a 1989 e Ministro da Integração entre 1994 e 1995³.

¹ GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

² MORRE o deputado estadual Agnelo Alves, ex-prefeito de Natal. G1 RN, Natal, 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/06/morre-o-deputado-estadual-agnelo-alves-ex-prefeito-de-natal.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

³ BARRETO, Bruno. Aluísio Alves morre aos 84 anos de idade. O Mossoroense: Especial Aluísio Alves, Mossoró, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/220307/conteudo/aluizio_alves_01.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

A implantação da TV Cabugi

Fundada em 1º de setembro de 1987, a história da TV Cabugi é hoje contada por profissionais que participaram da sua fundação. Entre os principais nomes do período inicial da TV estão os do jornalista Osair José Vasconcelos de Medeiros, ex-repórter regional da TV Globo Nordeste, ex-diretor de jornalismo da TV Cabugi e primeiro chefe de redação da emissora, e o da jornalista Ana Luiza Câmara, que, ao longo de 25 anos atuou como repórter, chefe de reportagem, chefe de redação e diretora de jornalismo da emissora.

Osair Vasconcelos se destaca como um dos personagens centrais no processo de fundação da TV Cabugi, hoje Inter TV Cabugi. Ana Luiza Câmara recorda que as primeiras reuniões para discutir a criação da TV foram realizadas na casa de Osair Vasconcelos e de Vânia Marinho (esposa de Osair na época e que viria a ser a primeira apresentadora do RNTV 2ª edição) com a presença do então Ministro da Administração do Governo José Sarney, Aluísio Alves. De acordo com ela, “Aluísio Alves, quando recebeu a concessão, entrou em contato com eles e disse: ‘eu vou montar a TV e quero vocês para trabalharem na TV’ (informação verbal)⁴.

Os anos do governo do ex-presidente José Sarney, entre 15 de março de 1985 e 15 de março de 1990, destacam-se como um período em que houve um aumento expressivo no número de concessões de rádio e TV em todo o País. Como nota Lima (2001), do governo Figueiredo (1979-1985) para o governo Sarney, o número de concessões saltou de 634 para 1.028.

⁴ Entrevista concedida por Ana Luiza Câmara à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014, em Natal-RN.

A autora aponta que, historicamente, a política de concessões de rádio e televisão esteve comprometida com os interesses dos grupos privilegiados, na medida em que os meios vêm servindo à prática de manipulação do poder. Dessa forma, a autora conclui que as concessões distribuídas no período da Nova República foram utilizadas como moeda política, especialmente durante o período da Constituinte, entre 1º de fevereiro de 1987 a 5 e outubro de 1988: das 1.028 concessões feitas pelo governo Sarney até a promulgação da nova Constituição de 1988, 539, ou seja, 52% ocorreram nos últimos nove meses da Constituinte (janeiro a outubro de 1988) (MOTTER, 1994 apud LIMA, 2001, p. 26).

A tese de que as concessões serviram na época como moeda política também é apontada pela jornalista Ana Luiza Câmara. Para ela, talvez a concessão da TV Cabugi, e das outras TVs que conseguiram a outorga no Rio Grande do Norte, tenha se dado porque no período o então presidente José Sarney queria mudar o mandato de quatro para cinco anos. Ela deduz que não é à toa que todas as emissoras receberam concessões no mesmo período. Motter (1994 apud MENDONÇA; REBOLÇAS, 2009, p. 6) assinala um dado interessante sobre o que estava em jogo na época: além do quinto ano do governo Sarney, estava em disputa também a escolha do sistema presidencialista de governo.

As concessões foram utilizadas como moeda de troca em torno das votações do quinto ano de mandato do presidente Sarney e do presidencialismo como sistema de governo. Dos 91 constituintes premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 83 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos (MOTTER, 1994 apud MENDONÇA; REBOLÇAS, 2009, p. 6).

Evidencia-se, também, nesse contexto, uma reconfiguração do “compromisso coronelista”. Segundo Bursztyn (2008), com o agravamento da crise fiscal do Estado ao longo dos anos 1980, o poder das lideranças políticas locais se viu ameaçado. Com a crise, tornavam-se escassos os recursos transferidos pela União que eram apropriados no plano local pelos coronéis. Nesse sentido, o autor aponta para uma “fórmula mágica” utilizada pelo governo Sarney que buscava apoio e que beneficiou os grupos políticos tradicionais.

A fórmula mágica encontrada, de baixíssimo custo para a União, foi a concessão de direitos de exploração das ondas de rádio e televisão. Poderoso instrumento de formação de opinião, a mídia falada e televisiva serviu para cristalizar um notável sistema de apoios, sobretudo no momento em que se consolidavam as redes nacionais de comunicação. Naquele momento, já se podia dizer que o novo coronel assumia uma fisionomia urbana e se comunicava com bases pela mídia, não precisando mais arcar com os dispêndios que caracterizavam a velha forma assistencialista de dominação política (BURSZTYN, 2008, p. 240).

Bursztyn (2008) destaca também a participação de 19 parlamentares proprietários de meios de comunicação (3,4% do total dos constituintes) na votação da nova Constituição Federal de 1988, o que representa um diminuto grupo dentro do universo da população do país no período.

Assim, para não perder o apoio dos diferentes grupos dominantes no Estado do Rio Grande do Norte, o presidente Sarney concedeu para cada grupo político estadual um canal de televisão. Processo semelhante ocorreu igualmente

em outros estados nordestinos na mesma época, como apontam Mendonça e Rebolças (2009) e Lima (2001).

Outorgada em 19 de dezembro de 1986, a TV Cabugi nasceu com os seguintes cotistas: o ex-ministro da Administração do governo Sarney, Aluizio Alves e os deputados constituintes Ismael Wanderley G. Filho (PMDB-RN) e Henrique Eduardo Lira Alves (PMDB-RN). No mesmo dia foi concedido também um canal à TV Tropical, em Natal, pertencente à família Maia, tradicional adversária da família Alves. E à família do ex-governador Geraldo Melo foi concedida a TV Potengi, em Natal, dois anos depois, em 29 de setembro de 1988.

Formação e treinamento da primeira equipe de telejornalismo

Osair Vasconcelos foi responsável por selecionar e treinar a primeira equipe de jornalismo da emissora. Na época, poucos profissionais da cidade tinham conhecimento e experiência prática em televisão. Como primeira etapa de seleção, foram realizadas prova escrita e entrevista pessoal para selecionar os candidatos mais aptos a trabalhar na emissora. A partir daí foram ministradas oficinas de telejornalismo com lições básicas que incluíam texto para TV, passagem, entrevista, a forma correta de segurar o microfone, como se posicionar frente à câmera e a relação entre texto e imagem, inerente ao produto televisivo (informação verbal)⁵.

⁵ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

Por intermédio de Osair Vasconcelos, foram convidados profissionais de outras afiliadas da TV Globo para dar oficinas. Dentre os nomes que visitaram a redação da TV Cabugi na época estão a então diretora da TV Globo Nordeste, a jornalista Vera Ferraz, e o então repórter Francisco José. Logo após foi realizada uma nova seleção através de um teste de vídeo que selecionou profissionais como Sérgio Farias, que também foi chefe de redação da TV Cabugi e as repórteres Marília Estevão e Ana Luiza Câmara (informação verbal)⁶.

Embora os profissionais selecionados fossem experientes em outras áreas do jornalismo, predominava a inexperiência na produção de conteúdo televisivo. Como forma de preparação da recém-criada equipe de telejornalismo, foi realizado um treinamento que começou dois meses antes da inauguração da TV Cabugi, em julho de 1987. No mesmo ano também surgiram outras TVs comerciais como a TV Ponta Negra e a TV Tropical. Até então, havia apenas a TV Universitária que para muitos profissionais serviu como uma escola (informação verbal)⁷.

A formação desses profissionais foi conduzida diretamente pelo setor de jornalismo da Rede Globo do Rio de Janeiro. Segundo Osair Vasconcelos, o departamento de relação com as afiliadas enviou dois jornalistas para Natal. Eles foram responsáveis por lapidar os profissionais de acordo com as exigências da central.

Parte da preparação consistiu em colocar a redação para funcionar em caráter experimental.

⁶ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

⁷ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

Os repórteres iam para a rua fazer matéria, os editores editavam, os apresentadores apresentavam, tinha reunião de pauta, tudo com o acompanhamento da assessoria da Rede. A gente começou a funcionar com a TV fora do ar (informação verbal)⁸

Relembra o então chefe de redação da TV Cabugi. Como repórter em treinamento, Ana Luiza Câmara também recorda e descreve como era a dinâmica.

A gente fazia matérias frias que poderiam ser aproveitadas depois. O que é matéria fria? Matéria que não é factual, tipo, a primeira matéria que eu fiz foi sobre a eleição da academia norte-rio-grandense de letras, não tinha que ser apresentada naquele dia. Era uma matéria de treino, a gente ia para rua, eles iam olhar o texto da gente, mudavam, reescreviam, enfim, a gente ficava lá o dia todo treinando (informação verbal)⁹.

A infraestrutura da emissora era básica e ficava no mesmo local onde ainda hoje está localizada a TV Cabugi, no bairro da Candelária, em Natal. A TV funcionava em um galpão simples, pequeno, com divisórias de madeira em uma estrutura de 25 metros de comprimento por 10 metros de largura. Havia um estúdio com duas câmeras, três ilhas de edição, três equipes de gravação externa, seis a sete repórteres,

⁸ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

⁹ Entrevista concedida por Ana Luiza Câmara à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014, em Natal-RN.

um chefe de reportagem, dois pauteiros, três editores de texto e cinco a seis editores de imagem (informação verbal)¹⁰.

O equipamento utilizado pela afiliada foi comprado de segunda mão à TV Globo Nordeste. Além do material, Pernambuco exportou também diferentes profissionais da área técnica e de engenharia para montar a emissora. Muitos acabaram sendo contratados pela TV Cabugi e se mudaram para Natal. Havia uma cartilha da Globo a ser seguida e que era aplicada por uma equipe pronta para treinar as diversas afiliadas que estavam sendo montadas. Cinegrafistas, editores de vídeo, operadores de VT, entre outros profissionais responsáveis pela qualidade técnica do conteúdo jornalístico eram capacitados por essa equipe (informação verbal)¹¹.

Osair Vasconcelos lembra-se de que, apesar da estrutura simples, a ideia de construir e implantar uma afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Norte motivou e mobilizou os profissionais envolvidos. “Havia a energia de construção. Isso de construir nos fez superar todas as dificuldades práticas” (informação verbal)¹².

Por parte da população havia também um desejo por notícias que retratassem o seu cotidiano através do relato jornalístico dos acontecimentos locais.

¹⁰ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

¹¹ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

¹² Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

Natal na época já devia ter talvez seus 500 mil habitantes. Um estado todo que não tinha suas notícias no ar. E como a gente aprende na faculdade, a vida é um assunto local. Você quer saber o que acontece na sua cidade. Então você só vê notícia de fora. De Recife, basicamente. Então quando começou a aparecer aqui a receptividade foi muito grande (informação verbal)¹³.

Nesse sentido, a TV Cabugi vai ao ar como resultado da confluência de diferentes fatores: dos acordos políticos entre o poder local e o federal em torno da Constituinte de 1988; da reconfiguração nas formas de exercício do poder dos coronéis através dos meios de comunicação de massa; do desejo dos profissionais de jornalismo de construir uma TV comercial no Rio Grande do Norte que retratasse os acontecimentos do estado; e do anseio por parte da população em ver seu cotidiano relatado e narrado pelo meio televisivo.

No ar

A TV Cabugi entrou no ar no dia 1º de setembro com o Bom Dia RN. O programa foi apresentado por Osair Vasconcelos e teve como entrevistado o proprietário e diretor da TV, Aluizio Alves. “Foi um Bom Dia RN especial para marcar a inauguração. A gente apresentou algumas reportagens sobre a cidade, sobre a TV Cabugi e eu fiz uma longa entrevista com o diretor”

¹³ Entrevista concedida por Ana Luiza Câmara à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014, em Natal-RN.

(informação verbal)¹⁴. Embora não saiba informar a data exata, Ana Luíza Câmara lembra-se também da presença do político e proprietário da TV na primeira entrada ao vivo da emissora.

O primeiro programa ao vivo – confesso que eu não lembro a data – a, mas eu me lembro que a primeira vez que a gente entrou ao vivo em um jornal foi uma entrevista com o Aluizio Alves, que era o dono da TV. Fez na casa do superintendente. Foi a primeira vez que a gente conseguiu fazer ao vivo e foi uma coisa difícil, porque na época não se fazia ao vivo. Até para treinar repórter! O repórter não estava acostumado com isso, né?! (informação verbal)¹⁵.

O Bom Dia RN, que marcou a estreia da emissora, foi um programa especial. Por ter uma capacidade de produção limitada, o programa só passou a fazer parte da grade fixa da TV mais de um ano depois. De início, a afiliada produzia três telejornais diários: ao meio-dia, RN 1ª edição; no início da noite, RN 2ª edição; e no final da noite o Jornal do RN, que tinha horário variável a depender da grade da Rede, podendo ir ao ar às 23h, às 24h, ou à 1h da madrugada. A emissora também produzia um noticiário esportivo, o Globo Esporte que foi extinto com a redução da estrutura da emissora que ocorreu após a sua venda para o grupo Rede Inter TV, em 2006 (informação verbal)¹⁶.

¹⁴ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

¹⁵ Entrevista concedida por Ana Luíza Câmara à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014, em Natal-RN.

¹⁶ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

Quatro meses depois de ir ao ar, a TV Cabugi começou a receber um retorno da Central Globo de Afiliadas.

A gente estava entre as melhores afiliadas, apesar do pouquíssimo tempo. Passamos a ser uma das afiliadas que mais contribuía para o jornalismo nacional, para a rede (informação verbal)¹⁷.

Inicialmente, a TV Cabugi ia ao ar apenas em Natal e na grande Natal. Algum tempo depois foi montada uma sucursal em Mossoró, indo ao ar nessa cidade e em Caicó. Foi montada uma sucursal em Brasília que produzia algumas matérias eventualmente (informação verbal)¹⁸.

Uma inovação na programação da afiliada foi o RN TV Especial, que começou a ser produzido em 1990, apenas três anos após o surgimento da emissora, com uma suíte móvel. O programa era uma superprodução sobre municípios do Rio Grande do Norte. Um produtor era deslocado para a cidade e passava um mês levantando todas as informações do local. Em seguida, uma equipe de reportagem ia para a cidade e passava quinze dias produzindo reportagens (informação verbal)¹⁹.

O programa era gravado ao vivo na cidade escolhida e mobilizava a população local. “A gente levava um caminhão com uma ilha de edição e gravava o programa na cidade,

¹⁷ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

¹⁸ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

¹⁹ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

no meio da praça”, conta Osair Vasconcelos, que foi apresentador do RN TV Especial. Quatro cidades do interior do Rio Grande do Norte ganharam a produção especial da TV Cabugi: Martins, Caicó, Açu e Ceará-Mirim. O alto custo de realização do programa fez com que a emissora não conseguisse dar continuidade à produção.

Ana Luiza Câmara relata também que com o decorrer dos anos ficou mais complicado e dispendioso montar e manter uma produção local em horários optativos oferecidos pela Rede Globo.

Antes a Globo aprovava mais facilmente os programas optativos. Mas hoje você tem que passar por uma comissão, você grava um piloto, eles mandam refazer. É tudo muito trabalhoso, e termina que quem é dono da TV pensa no bolso. O gasto para produzir um programa local, eles vendem os anúncios ao mesmo custo do programa que a Globo já tem. Quer dizer, você gasta muito e termina que para patrocinar o programa não vale a pena (informação verbal)²⁰.

Como um dos eventos que marcaram a história da TV Cabugi, hoje Inter TV Cabugi, está a visita do Papa João Paulo II a Natal, em 1991. Com apenas quatro anos de funcionamento, a emissora foi responsável pela cobertura da visita do pontífice à cidade, bem como pela transmissão ao vivo da missa celebrada. Além de produzir sua própria cobertura sobre o evento, a afiliada recepcionou jornalistas da Rede Globo que foram deslocados do Rio de Janeiro exclusivamente para cobrir a viagem

²⁰ Entrevista concedida por Ana Luiza Câmara à bolsista Luciana Salviano Marques da Silva em 29 de outubro de 2014, em Natal-RN.

do Papa ao Brasil (informação verbal)²¹. Atualmente, a emissora tem em sua grade local os seguintes programas: Bom Dia RN; o RNTV 1ª e 2ª edição; Cabugi Comunidade; Digaí; Inter TV Rural; Resenhas do RN; e Rota Inter TV²².

Considerações finais

O surgimento da TV Globo no Rio Grande do Norte segue a lógica da fundação das demais emissoras privadas no estado. Os interesses políticos que permearam a década de 1980, com o retorno do regime democrático ao Brasil, serviram como pano de fundo para as concessões dos canais televisivos. A relação entre política e concessões midiáticas se repetiu pelo país afora, evidenciando o surgimento de novas formas de coronelismo por meio das concessões de rádio e televisão. A presença do proprietário da TV Cabugi, o político Aluizio Alves, na estreia da TV e na primeira transmissão ao vivo, são momentos que representam bem essa nova forma de exercício do poder das lideranças locais, mais moderna e sutil.

O estabelecimento em Natal da afiliada potiguar da Rede Globo, ocorreu em um momento de mudanças econômicas no estado e de crescimento econômico e populacional. Para uma cidade como Natal, que crescia e se desenvolvia na época,

²¹ Entrevista concedida por Osair José Vasconcelos de Medeiros à jornalista Juliana Sampaio Pedroso de Holanda em 17 de maio de 2016, em Natal-RN.

²² Dados coletados no site: <<http://redeglobo.globo.com/rn/intertvrn/>>.

a visibilidade de notícias da própria região foi um dos impactos sociais mais positivos advindos da chegada da emissora.

A TV Cabugi passou por várias fases de evolução e de consolidação. Da montagem de uma estrutura física elementar e preparação de uma equipe de profissionais sem experiência com televisão à cobertura da visita do Papa João Paulo II a Natal, apenas quatro anos depois, a emissora mostra o quanto evoluiu em um curto período de existência. A despeito do começo conturbado, em pouco tempo de funcionamento a emissora passou a ser considerada uma das principais afiliadas da Rede Globo no país, em participações na grade nacional de programação.

A administração da TV Cabugi foi alterada em 2006, passando a afiliada a fazer parte da Rede Inter TV. Hoje, a Inter TV Cabugi continua sendo a representante da Rede Globo no Rio Grande do Norte e permanece contribuindo para a visibilidade do estado na mídia regional e nacional.

Referências

ARAÚJO, Douglas. A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

BARRETO, Bruno. Aluízio Alves morre aos 84 anos de idade. O Mossoroense: Especial Aluízio Alves, Mossoró, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/220307/conteudo/aluizio_alves_01.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: SECOM, 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/>> Acesso em: 17 maio 2016.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

KNEIPP, Valquíria A. P.; SILVA, Luciana S. M. Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/trajetoria-da-tv-no-rn-a-historia-politica-da-comunicacao/view>>. Acesso em: 18 maio 2016.

LIMA, Maria Erica de O. Nordeste: o desenvolvimento para além das oligarquias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. Anais... Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP10LIMA.PDF>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues; FERREIRA, Larissa. O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 1, p. 143-172, 2015.

MENDONÇA, Fabíola; REBOLÇAS, Edgard. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: a radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: [s.n.], 2009.

MORRE o deputado estadual Agnelo Alves, ex-prefeito de Natal. G1 RN, Natal, 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/06/morre-o-deputado-estadual-agnelo-alves-ex-prefeito-de-natal.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN. M. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN. M. (Orgs.). Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 13-26, 2008.

SILVA, Avelino Francisco da. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 94, n. 74, 1 ago. 2001.

SILVA, Kelson de Oliveira. Políticas Públicas e a Promoção do Turismo no Rio Grande do Norte. Mercator: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 71-79, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/273620670007.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

Os deslocamentos da história: da TV Potengi à Band Natal

Gustavo dos Santos Fernandes

Emanoel Leonardo dos Santos

Introdução

A TV chegou no Brasil na década de 1950, graças ao jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que foi o pioneiro na implantação da nova mídia no país. A novidade chegou em meio a um período de grandes transformações no cenário brasileiro, segundo Mattos (2010, p. 31) “A introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política”.

Nessa época, no entanto, a população ainda via no rádio a sua principal fonte de informação, pois os aparelhos de TVs eram um sonho inalcançável para a maioria dos brasileiros, por serem caros e, segundo Sodré (1984, p. 95), considerados “brinquedos de elite” e “eletrodomésticos de minoria, tanto de produtores como de consumidores”.

A interiorização das emissoras de TV no Brasil, portanto, seguiu um processo lento e acompanhou algumas mudanças políticas e econômicas do país. Mattos (1990) apresenta cinco fases da história da TV brasileira até o início dos anos 1990, que nos ajudará a compreender o processo de regionalização

das emissoras no Brasil, que segundo Carmo-Roldão (2009), começou a ser percebido apenas início da década de 1980 com as transformações ocorridas nos meios de comunicação. Para Mattos (2010), a história da TV no Brasil seguiu a fase elitista (1950-1964), a fase populista (1964-1975), a fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985) e a fase da transição e da expansão internacional (1985-1990).

No Rio Grande do Norte a chegada da TV se deu no ano de 1972, na fase denominada por Mattos de Populista. Nesse ano, foi implantada uma emissora pública com o objetivo de transmitir conteúdo educativo para a população do Estado. Pode-se perceber que houve certa demora para a chegada da TV ao Rio Grande do Norte, cerca de 22 anos após a primeira transmissão no Brasil, o brinquedinho mais fascinante do século XX, como denomina Barbosa (2010), chegou às terras potiguares para entreter e educar a população local. Kneipp e Silva (2015) corroboram afirmando que o movimento para trazer imagens de televisão para o estado tem sua origem inicialmente para atender ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) para ensino a distância nas redes de ensino básico. De acordo com Kneipp, Silva e Silverio (2016, no prelo) a história da televisão no Rio Grande do Norte apresenta uma série de lacunas, o que acaba dificultando a reconstrução do processo de implantação das emissoras de televisão no Rio Grande do Norte. Os autores falam ainda de um fato importante e que chama atenção da história da TV potiguar.

A primeira emissora do estado foi educativa e pública. Esse fato revela, ainda, que as condições socioeconômicas da região inviabilizavam a implementação de uma mídia

relativamente cara, como é a televisão” (KNEIPP; SILVIA; SILVERIO, 2016, no prelo, p. 13).

Nessa direção, os esforços desta pesquisa se dão principalmente em restabelecer a história da TV Band Natal e mapear a mídia televisiva potiguar. Sabemos que as emissoras surgidas em regiões menos desenvolvidas, mesmo estas sendo as capitais dos estados brasileiros, enfrentaram dificuldades de acordo com suas especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais (EMERIM; CAVENAGHI, 2012).

Exatamente por esse contexto, faz-se tão necessário enfrentar o desafio de buscar compreender estas configurações que também contribuem para a história da televisão no Brasil. Por tudo o que foi exposto é que este trabalho tem o objetivo de contribuir para reunir as principais referências que remetam ao restabelecimento histórico da implantação da TV Band Natal no estado e, de quebra, ensaiar algumas considerações sobre a interlocução da história de implantação das emissoras no Rio Grande do Norte.

O estado potiguar, ainda não tem uma sistematização de dados que permita agregar e potencializar as pesquisas empreendidas por inúmeros pesquisadores, de diferentes propósitos e abordagens, e como explica os pesquisadores do departamento de comunicação da UFRN, Kneipp, Silva e Silvério (2016), a produção científica relacionada à história da televisão no estado carece de mais pesquisas e de produção de conhecimento para que a historiografia da televisão potiguar possa ser contada.

Caminhos trilhados para a pesquisa

O artigo ora apresentado tenta sistematizar a história da televisão potiguar, trazendo as principais referências bibliográficas encontradas com vistas a contribuir para uma centralidade destes dados e referências.

Para tanto, empreendeu-se uma ampla pesquisa que objetivou a revisão da bibliografia disponível a respeito da história da TV no Rio Grande do Norte. De posse desse mapeamento, foi empreendida uma análise sobre o material, destacando suas especificidades e objetivos, para posteriormente estabelecer uma rotina de sistematização das informações obtidas.

Partindo desse objetivo, buscou-se cumprir as etapas metodológicas, sendo o primeiro passo a identificação do material a ser analisado. Inicialmente buscou-se trabalhos acadêmicos que pudessem agregar dados sobre a história da televisão brasileira em bancos de teses, dissertações e revistas especializadas. Nesse estágio da pesquisa, foram encontrados trabalhos acadêmicos que contribuem para o restabelecimento histórico do processo de implantação das primeiras emissoras de TV no Brasil, e posteriormente no Rio Grande do Norte. Os trabalhos acadêmicos encontrados fazem parte, em sua maioria, do acervo da biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A internet, apesar de sua abrangência e grande facilidade para obtenção de dados, pouco contribuiu nesta etapa, já que os documentos que registram a história da TV no estado, em sua maioria, não constam nos bancos de dados on-line.

No segundo momento da pesquisa, foi realizado o levantamento da história da emissora através do uso da história oral, com instrumento de captação da memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido,

privilegiando vozes esquecidas. Para tal, utilizamos como técnica de coleta de dados às entrevistas semiestruturadas com profissionais, ex-profissionais da emissora e personagens que fizeram parte da história, para tentar preencher com mais exatidão as lacunas deixadas pelas referências bibliográficas encontradas.

Na terceira fase, foi realizada uma pesquisa da memória audiovisual de alguns programas, a partir da busca pelo acesso aos arquivos da emissora e dos documentos oficiais, documentos jurídicos e iconografias.

Na quarta e última fase, aplicamos um questionário que foi elaborado de tal maneira que permitisse o fácil entendimento pelos entrevistados. A seleção das perguntas foi elaborada de forma criteriosa, para obtermos informações válidas permitindo que os entrevistados mantivessem o interesse em todas as perguntas.

Utilizou-se de questionário estruturado como ferramenta de pesquisa, sendo elaboradas 16 perguntas fechadas, entre os dias 27 de abril a 22 de maio de 2016, para obter dados quantitativos. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), o questionário é uma das formas mais utilizadas para coletar dados, já que mede com mais exatidão o que se deseja, o qual o próprio informante preenche, preservando a confiança e anonimato, o que possibilita adquirir informações mais reais. A amostra foi composta por 205 questionários respondidos, caracterizados como uma amostra não probabilística (MALHOTRA, 2006).

Seu desenho teve como objetivo principal a leitura do maior número possível de municípios do Rio Grande do Norte. O questionário foi enviado para um grupo diversificado, e teve uma duração média de 8 segundos por resposta, totalizando 2 (dois) minutos e 8 (oito) segundos de questionário. Utilizamos e-mail, Facebook, Whatsapp e demais mídias sociais para distribuí-lo.

O pré-teste do questionário foi realizado entre os dias 25 e 26 de abril de 2016, com a aplicação de 50 entrevistas. Após a realização do pré-teste e a elaboração da versão final do instrumento de coleta, iniciou-se a programação do questionário em plataforma disponibilizada pelo Formulário Google.

Após a obtenção dos dados, realizamos uma leitura minuciosa do conteúdo apreendido no campo de investigação. A análise foi realizada em sua vertente quantitativa.

Nasce a TV Potengi

A concessão da TV Potengi foi dada, durante o mandato presidencial de José Sarney, ao ex-governador Geraldo Melo (1987–1991) no período denominado por Mattos (2010) como a “fase da transição e da expansão internacional”. Para Mattos, essa fase do desenvolvimento da TV no Brasil se deu durante a Nova República, quando se intensificavam as exportações dos programas. Nesse período, o governo da Nova República, assim como no Regime Militar, sabia da importância da mídia e a utilizou para obter a admiração e o respaldo popular.

Com exceção da TV Universitária, as demais emissoras implantadas no Rio Grande do Norte estavam ligadas a grupos políticos e famílias de grande influência no estado. Segundo Kneipp e Silva (2015), as emissoras de TVs comerciais seguiram uma sequência de distribuição, sendo a primeira a receber a concessão para o funcionamento, a TV Ponta Negra do então senador Carlos Alberto, no ano de 1985, em seguida vieram as emissoras TV Cabugi no ano de 1986, do então ministro do governo Sarney, Aluísio Alves. Posteriormente, o senador José Agripino ganhou a concessão da TV Tropical no ano de 1986 e,

por fim, o governador Geraldo Melo conseguiu do então presidente José Sarney a concessão da TV Potengi, atual Band Natal. Ao analisar essas sequências de concessões para o Rio Grande do Norte, vemos que a força política sempre foi um ponto determinante para a conquista de emissoras para o estado, como afirma Lima (2001, p. 22) “São esses exemplos reais e concretos que nos levam a perceber e entender porque as empresas de comunicação estão veiculadas diretamente a políticos e chefes locais”.

O artigo 38 da Lei 4117/62 do Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1962) afirma que não pode exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial. No entanto, segundo Mattos (2010), mesmo com esta proibição e com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, a prática de conceder outorga levando em consideração o favoritismo político, prolongou-se até o governo de José Sarney.

Depois do estabelecimento do Ministério das Comunicações, em 1967, o processo de licenças passou a levar em conta não apenas as necessidades nacionais, mas também os objetivos do Conselho de Segurança Nacional, de promover o desenvolvimento da integração nacional. Entretanto o favoritismo político nas concessões de canais de TV prolongou-se até o governo da Nova República, de José Sarney (MATTOS, 2010, p. 55).

Foi nesta época que nasceu a TV Potengi em Natal. A outorga, para a implantação da emissora, foi concedida em 20 de setembro de 1988 pelo então presidente da república José Sarney ao governador do estado Geraldo Melo. A inauguração se deu cerca de dois anos depois, no dia 7 de setembro de 1990,

quando se comemorava 168 anos da independência do Brasil. Lima (2001) reforça que o ex-governador ganhou ainda a Rádio Novos Tempos, na cidade de Ceará-Mirim, outorgada em 6 de janeiro de 1988.

Seguindo essa distribuição entre os novos concessionários que se deu no governo do presidente Sarney, período em que as emissoras de rádio e televisão foram loteadas entre os principais grupos políticos. Dessa forma, Sarney tinha como objetivo manter o apoio das diferentes forças políticas do Rio Grande do Norte, dando assim, um canal de televisão a cada um deles (FAGUNDES; MENDES; CARRILHO, 2005). Assim, neste contexto Fagundes, Mendes e Carrilho (2005, p. 6-7) afirmam que:

Todas essas quatro empresas de televisão do Rio Grande do Norte, TV Ponta Negra, TV Cabugi, TV Tropical e a TV Potengi, além de serem ligadas a grupos políticos, são emissoras comerciais abertas retransmissoras de uma rede nacional de TV. As redes nacionais afiliam os canais locais e redes regionais, através de um contrato em que: formalizam seus laços econômicos; as redes se tornam corretoras e consoladoras das afiliadas, na venda de acesso a audiências, das quais possuem prioridade na distribuição dos anúncios; agindo também como representantes comerciais, no Sul do país, recebendo em troca sessenta por cento (60%) de comissão pelos anúncios transmitidos; já nas vendas de audiência feita pela publicidade local, a verba é dividida meio a meio entre a afiliada e a rede; são estabelecidos horários determinados, equivalente a mais ou menos quinze por cento (15%) da programação nacional para que a afiliada local introduza seus programas e telejornais; e a rede fornece: apoio técnico para a programação local, um ambiente publicitário

que estimula os anunciantes locais e uma compensação financeira baseada no crescimento da audiência.

A TV Potengi teve o seu nome dado em referência ao Rio Potengi, que corta o estado do Rio Grande do Norte, e a primeira sede localizada na Avenida Hermes da Fonseca, em frente à AABB. A emissora era sintonizada no canal 3 VHF e afiliada à Rede Bandeirantes, sendo a quarta emissora comercial e a quinta TV a ser implantada no estado. Quando teve a sua inauguração, a emissora já contava com três concorrentes para competir pelo mercado publicitário na capital potiguar. Ao ser questionado se a situação da economia do Rio Grande do Norte era animadora para a chegada de mais uma TV para concorrer pela publicidade no estado, Melo¹ (2016, documento on-line sem paginação) afirma:

O Brasil estava descobrindo que o Nordeste não era apenas Recife e Salvador. Nosso turismo, ainda anão na época, já agigantava-se. O Rio Grande do Norte era um território novo, cheio de oportunidades para empresários e negócios. Portanto, também para a mídia. E a TV Potengi veio naquele momento.

Segundo Melo (2016), com o intuito de conquistar mercado e audiência, a TV Potengi surgiu com uma proposta de um jornalismo ágil, dinâmico e verdadeiro, sempre se destacando pela cobertura de eventos especiais que aconteciam na capital e no estado, como as eleições, campeonatos, Carnatal etc. Mas um evento que ficou marcado para a equipe

¹ Antônio Melo – Primeiro diretor de jornalismo da TV Potengi. A entrevista foi concedida via e-mail, entre os dias 3 e 7 de maio de 2016.

de jornalismo da jovem emissora, foi à visita do Papa João Paulo II a Natal no ano de 1991. Melo (2016, documento on-line sem paginação) descreve com orgulho a ótima atuação dos jornalistas que trabalharam, mesmo com pouca estrutura, na cobertura do evento que marcou a cidade:

O exemplo da cobertura da visita de João Paulo II deu bem a dimensão disso. A Globo desembarcou em Natal do jeito que gosta: caminhões de externas conectados a satélites, parabólicas enormes, equipes de engenheiros em computação, especialistas em transmissões via satélite, a famosa engenharia da Globo, seus diretores de fotografia laureados, seus melhores repórteres de rede, dentre eles Ernesto Paglia que eu conhecia dos tempos em que implantei e fui o primeiro diretor de jornalismo da TV Cabugi. O caminhão de externa que ficaria responsável por botar no ar a entrada de Paglia, no Jornal Nacional, do local próximo ao estádio onde o papa celebrou a missa, era digno da Nasa. E nós chegamos apenas com o nosso fiat uno, uma parábola que mais parecia uma tampa de panela. E paramos ali do lado, o pessoal meio intimidado ante o aparato da Vênus Platinada. Do suíte onde instalamos nossa retaguarda e comando falei: pessoal, num tem nada que se intimidar. Nós vamos dar show. Eles têm tudo, tecnologia de sobra. Mas não se preocupem, eu já estive lá. É por isso que lhes digo, eles vão tropeçar nas próprias pernas. Então, quando tudo já tinha terminado e a missa acabado, tirei os fones do ouvido e fui esperar o pessoal voltar. O vigilante avisou que estava na portaria um repórter da Globo pra falar comigo. Vou tentar reproduzir mais ou menos o que ele disse, certamente com muitos equívocos, passados todos esses anos. - Vim aqui te dá um abraço.

Não em você, mas na sua equipe toda. Enquanto eu aparecia no vídeo em duas ocasiões durante o JN, mas ninguém conseguiu me ouvir, porque não tinha áudio, vocês com aquele fiatzinho e aquela “cuia” transmitiram tudo. E eu, mascando vento no Jornal Nacional. E morrendo de inveja daquele fiatzinho [...]

A TV teve em sua grade programas que contavam com expressivos números de audiência, chegando, por vezes, a bater a da TV Cabugi. Melo (2016) lembra de programas como o Canal Livre local, que era um programa de debates e que ocorria todas as sextas-feiras, também havia programas policiais e programas que faziam a cobertura das eleições.

Mas, em meados dos anos 1990, a emissora começou a enfrentar uma grande crise, o que fez a TV se mudar para um galpão no bairro do Alecrim, e depois disto suspender a sua programação por alguns anos. Diante dessa crise, a Band Nacional decidiu comprar as ações da TV Potengi, que já era uma retransmissora da sua programação nacional, e passar a operar com mais uma TV própria no Nordeste. Atolada em dívidas tributárias a emissora do ex-governador Geraldo Melo teve cinquenta por cento (50%) de suas ações compradas pela TV nacional no ano de 2007 e, posteriormente, no ano de 2009 os outros cinquenta por cento foram comprados pela família Saad, dona da Band (informação verbal)²:

Em 2007, a Band comprou 50% do grupo do ex-senador Geraldo Melo, em 2009 foi feita a compra dos outros 50% e de lá pra cá a empresa tinha uma dívida muito grande, notadamente

² Entrevista concedida por Augusto Correia (Atual diretor da Band Natal) ao jornalista Emanuel Leonardo dos Santos e ao radialista Gustavo dos Santos Fernandes em 6 de maio de 2016, em Natal-RN.

dívida tributária, e desde este tempo, de lá pra cá nós viemos mantendo, regularizando esta situação desta dívida.

Finalizando o processo de venda das ações da emissora, em 2007, o ex-senador Geraldo Melo transferiu o controle acionário da TV Potengi ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, levando a emissora a um grande processo de recuperação. Em 28 de outubro de 2008, a TV Potengi era extinta e, em seu lugar, entrou no ar a Band Natal. A seguir um quadro com a cronologia da TV Bandeirantes Natal.

Sequência cronológica da TV Potengi à TV Bandeirantes Natal		
Precedido por:	Canal 3 VHF de Natal	Sucedido por:
TV Cabugi (1987)	TV Potengi	TV Bandeirantes Natal
Sem sinal (1987 a 1990)	(1990 a 2008)	(2008 até os dias atuais)

Quadro 1 – Sequência cronológica da TV Potengi à TV Bandeirantes Natal.
Fonte: Autoria própria.

O interesse do Grupo Bandeirantes pela emissora natalense foi motivado pela necessidade de expansão da TV pelos estados do Nordeste. Até então o Nordeste contava com a emissora da Bahia e necessitava de mais uma emissora própria, foi quando surgiu a oportunidade de comprar a emissora da capital potiguar.

O Grupo Bandeirantes no Nordeste tem duas emissoras, o Grupo Bandeirantes no Brasil são 16 emissoras próprias,

da própria Rede. Das redes nacionais é a que tem mais emissoras próprias no Brasil. Aqui no Nordeste nós temos a Band Bahia e precisava nesta região uma cobertura melhor. Havia interesse estratégico do grupo Bandeirantes de ocupar aqui, vamos dizer aqui, a parte mais acima do Nordeste, então, por isso esse interesse de se instalar aqui em Natal (informação verbal)³.

A partir de então, a TV Potengi deixou de existir e a emissora passou a se chamar Band Natal. A TV nacional, que já era conhecida na capital potiguar, passou a operar com uma programação própria e com o objetivo de cada vez avançar mais na conquista dos demais estados do Nordeste.

O principal motivo da compra da TV Potengi pelo Grupo Bandeirantes de Comunicação foi o de promover a expansão do sinal da Band na região Nordeste, que há tempos carecia de afiliadas em três estados (Ceará, Sergipe e Alagoas), através de uma programação que atendesse os gostos da população nordestina em geral. No entanto, apenas Fortaleza e Maceió e cidades adjacentes chegaram a receber o sinal da Band Natal. Na cidade de Aracaju, foi optada a retransmissão do sinal da Band Salvador.

A Band Natal atualmente gera dois sinais diferentes: o primeiro é transmitido para sua região de cobertura, o estado do Rio Grande do Norte, onde é exibida a programação nacional da Band intercalada com a programação local da Band Natal. Já o segundo, que é dito como sinal da Band Nordeste, é transmitido via satélite, que inclui programas terceirizados e propagandas comercializadas paralelamente.

³ Entrevista concedida por Augusto Correia (Atual diretor da Band Natal) ao jornalista Emanuel Leonardo dos Santos e ao radialista Gustavo dos Santos Fernandes em 6 de maio de 2016, em Natal-RN.

No dia 11 de junho de 2010, a Band Natal iniciou as suas transmissões digitais no canal 30 UHF, sendo a segunda emissora do Rio Grande do Norte a disponibilizar o seu sinal digital. Apesar disso, a estrutura técnica da emissora é limitada, pois não tem uma Unidade Móvel de Jornalismo e poucas equipes externas. Para a produção de eventos, debates e produção de matérias no exterior, a Band Natal utiliza os equipamentos da TCM, uma empresa de TV a Cabo de Mossoró.

O primeiro logotipo da emissora foi uma esfera de cor vermelha, que era circulada por duas linhas horizontais de cor azul e tinha um fundo degrade de cor azul e preta, e abaixo do logotipo o nome TV Potengi com destaque para a letra 'P' em vermelho. Em 2008, o logotipo ganha o design atual, com a esfera passando a ser verde e as paredes que formam o olho na cor amarela. As vinhetas da emissora deixam de usar efeitos tridimensionais e brilhos e as cores voltam a ser sólidas. Já em 2010, o novo pacote gráfico da emissora, o logotipo volta a ganhar tons brilhantes e tridimensionais.



Figura 1 – Evolução do logotipo da Band Natal.

Fonte: Site da Band Natal.

A Band Natal possui uma classificação própria quanto aos gêneros de seus programas. Essa divisão se classifica em categorias que vão desde o entretenimento e jornalismo até programas de entrevista. A emissora traz em sua grade características peculiares de sua região. Entre 2015 e 2016, a emissora aumentou a exibição de produções locais.

Atualmente a programação da Band Natal é composta por programas do gênero jornalístico, de entretenimento e publicitário, conforme quadro a seguir:

Dias	Programas	Horário
Segunda a sexta-feira	Conexão Potiguar	7h
Segunda a sexta-feira	Nordeste Urgente 1ª Edição	12h30
Segunda a sexta-feira	RN Acontece	13h10
Segunda a sexta-feira	Boa Tarde Cidadão	13h40
Segunda a sexta-feira	Os Donos da Bola	14h10
Segunda a sexta-feira	Band Mulher	14h30
Segunda a sexta-feira	Nordeste Urgente 2ª Edição	18h50

Quadro 2 – Programas diários.

Fonte: Autoria própria.

Atualmente, a emissora entra nos lares dos potiguares através da sua programação local e nacional. A Band Natal depende da audiência para manter sua lucratividade e, consequentemente, sua sobrevivência. Assim, muito mais do que mera retransmissora de uma programação, ela enuncia sentido e constrói uma identidade perante seu público por meio dos seus programas locais com conteúdos de interesse do telespectador potiguar.

Sendo a Band Natal uma emissora regional afiliada de uma grande rede nacional, a Rede Bandeirantes, ela precisa compatibilizar sua produção com a cabeça de rede, ao mesmo tempo em que necessita demarcar sua diferença em relação a ela e às suas demais concorrentes.

Dias	Programas	Horário
Sábado	Ponto de Vista	7h
Sábado	Automotor Vrum	7h30
Sábado	Band Mulher	9h
Sábado	Valeu o Boi	9h30
Sábado	Batendo Perna (fora do ar)	10h
Sábado	Programa Conceito	10h30
Sábado	Cola Que É Sucesso	11h30
Domingo	Automotor Vrum	6h
Domingo	Valeu o Boi	6h30
Domingo	Procure seus direitos	8h
Domingo	Natal Cap	9h
Domingo	Ponto de Vista	10h
Domingo/ Segunda	Ponto de Vista	1h15

Quadro 3 – Programas semanais.

Fonte: Autoria própria.

A grade de programação da emissora é preenchida, em sua maioria, com programas oriundos do TV Bandeirantes de São Paulo.

Os olhos na tela, os olhos na Band

A coleta de dados foi feita através de questionário, o qual foi distribuído através de redes sociais e e-mail a um grupo diverso de indivíduos. O questionário ficou aberto para respostas entre os dias 27 de abril a 22 de maio de 2016 e obtivemos os dados estatísticos a seguir. As perguntas iniciais caracterizaram o público através do gênero sexual, faixa etária e renda familiar. Observamos que aproximadamente 58,6% do público foi do sexo masculino, enquanto 40,9% do sexo feminino. Em relação à faixa etária, a grande maioria (com 40,8%) está entre 26 e 35 anos, seguidos de 31,8% entre 16 a 25 anos, 23,4% entre 36 a 55 anos, 3,5% acima dos 55 anos e 0,5% de 0 a 15 anos. Quanto à renda familiar, 43,6% ganham entre 1 a 3 salários mínimos, seguidos de 30,2 entre 0 a 1 salário mínimo, 17,3% entre 3 a 6 salários mínimos e 8,9% acima de 6 salários mínimos.

Após esses dados preliminares, focamos inicialmente em saber dos entrevistados se eles conheciam a história da emissora Band Natal. Observamos que 58% dos entrevistados não conhecem nada da história da emissora, 35% conhecem pouco e apenas 7% conhecem muito a história da atual Band Natal. Esse é um dado que tem que ser observado com cuidado em busca de aprofundar a razão desse desconhecimento.

Visando avaliar a Band Natal em relação à concorrência, escolhemos dispor esta questão “Qual dessas emissoras de televisão você mais utiliza no seu dia a dia para obter informação e entretenimento?”, optamos também por uma questão de múltipla, na qual dispusemos os nomes das 6 maiores emissoras de televisão do Rio Grande do Norte e observamos que apenas 4% escolheram a Band Natal como a emissora de televisão mais utilizada no seu dia a dia para obter informação e entretenimento,

ficando à frente apenas da TV Tropical com 3% e da Rede TV RN com 2,5%. Esse é um dado preocupante, e por isso, deve ser avaliado o motivo da Band Natal ter sido citada poucas vezes pelos entrevistados, demonstrando talvez que deixam a desejar no conteúdo da sua programação.

Quando a pergunta foi “Na sua opinião, qual dessas emissoras é a pior do estado do Rio Grande do Norte?” 30,5% escolheram a Rede TV RN, 19,5% a TV Tropical, 13,5% optaram pela Band Natal, ficando empatada com a Inter TV Cabugi com os mesmos 13,5%, 12,5% a TV Universitária e 10,5% a TV Ponta Negra.

Para avaliar a visão que o telespectador tem da influência política nas emissoras de televisão no Rio Grande do Norte, optamos por dispor questões de múltipla escolha, com as quais apenas uma delas poderia ser escolhida. Os resultados estatísticos foram representados no gráfico a seguir.

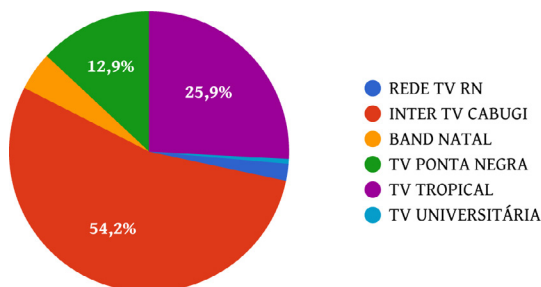


Gráfico 1 – “Na sua opinião, qual dessas emissoras de televisão no estado do Rio Grande do Norte sofre mais influência política?”.

Fonte: Autoria própria.

No Gráfico 1, avaliamos qual emissora sofre mais influência política. Para tal dispusemos das seguintes emissoras: Rede TV RN, Inter TV Cabugi, Band Natal, TV Ponta Negra,

TV Tropical e TV Universitária. Dos entrevistados a maioria absoluta com 54,2% acredita que a Inter TV Cabugi é a emissora que mais sofre influência política. Em ordem decrescente segue 25,9% optaram pela TV Tropical, 12,9% TV Ponta Negra, 4,5% Rede TV RN, 2% Band Natal e 0,5% TV Universitária. Observamos que a Band Natal foi pouco citada, confirmando que o telespectador entrevistado acredita que a emissora sofre pouca influência política.

Visando avaliar qual emissora de televisão do Rio Grande do Norte tem aberto um maior espaço para discutir questões ligadas à diversidade sexual e de gênero, como mostra o Gráfico 2, observamos que 48,9% acreditam que a TV Universitária cumpre esse papel, seguida pela Inter TV Cabugi com 20%, depois pela Band Natal com 14,7%, TV Ponta Negra com 7,9%, Rede TV RN com 4,7% e, por último, a TV Tropical com 3,7%. Esse resultado demonstra um destaque da TV Universitária em relação aos concorrentes. Como também coloca a Band Natal acima da média em comparação as emissoras concorrentes: TV Ponta Negra, TV Tropical e Rede TV RN. Confirmando um diferencial da Band Natal em relação à concorrência.

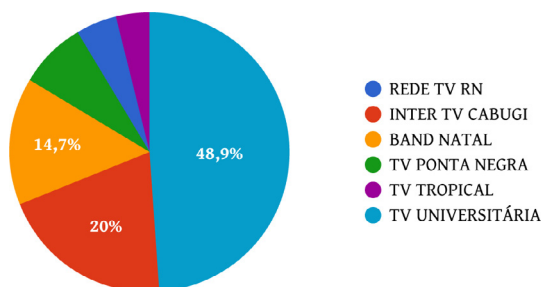


Gráfico 2 – “Na sua opinião, qual dessas emissoras de televisão potiguar tem aberto um maior espaço para discutir questões ligadas a diversidade sexual e de gênero?”.

Fonte: Autoria própria.

Para analisarmos a satisfação do telespectador com a Band Natal como se observa no Gráfico 3 e a programação por ela oferecida como se observa no Gráfico 4, apresentamos duas questões, nas quais os entrevistados escolheriam entre os seguintes aspectos: péssimo, ruim, regular, bom e excelente. Em relação ao nível de satisfação com a emissora Band Natal, a opção “regular” recebeu o resultado de 47,8%, enquanto 24,6% consideraram “bom”, 18,2% “ruim”, 7,9% “péssimo” e 1,5% “excelente”.

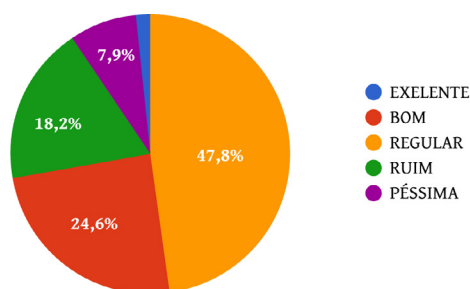


Gráfico 3 – “Qual o seu nível de satisfação com a emissora Band Natal?”.

Fonte: Autoria própria.

Quando indagados sobre a programação oferecida pela Band Natal, o feedback dos entrevistados foi o seguinte: 48,5% consideram a programação “regular”, 26,2% consideram “bom”, 16,8% consideram a programação “ruim”, 6,4% consideram a programação “péssima” e 2% consideram a programação “excelente”. A partir dessa amostra, observamos que uma pequena minoria realmente se encontra satisfeita com a programação, provavelmente em virtude de alguma falha pontual na programação, que não deve ser desconsiderada. Os resultados estatísticos foram obtidos através do gráfico a seguir.

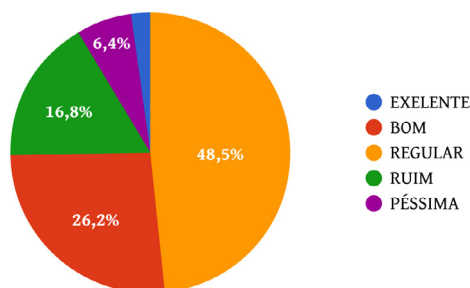


Gráfico 4 – “Como você avalia a programação da Band Natal?”.

Fonte: Autoria própria.

Na avaliação do grau de confiança nas notícias que são transmitidas pela Band Natal (Gráfico 5), observamos que 42,5% dos entrevistados confiam poucas vezes, seguido de 38% que confiam muitas vezes, 11,5% confiam sempre e 8% nunca confiam. Temos aqui um resultado de empate (considerando as variáveis “confia sempre” e “confia muitas vezes”) com 49,5% e (nas variáveis “confia pouco” e “nunca confia”) com 51,5%, o que é bastante significativo e aponta uma inclinação negativa para emissora, como confirma o Gráfico 4,

onde a maioria dos entrevistados optaram por confiar pouco vezes nas notícias que são transmitidas pela Band Natal.

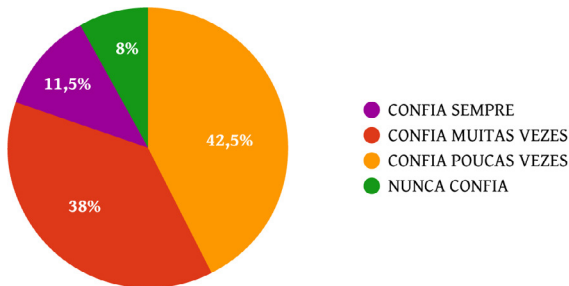


Gráfico 5 – “Qual o seu grau de confiança nas notícias que são transmitidas pela Band Natal?”.

Fonte: Autoria própria.

Neste estudo também avaliamos a preferência dos telespectadores em relação aos programas locais da Band Natal com a seguinte pergunta “Qual o programa local da emissora Band Natal você mais assiste?”. Em suma, as respostas comprovaram a fragilidade da programação com 39% não conhecendo nenhum programa local da Band Natal, 9,6% assistem a “Band Mulher”, 8,6% assistem o “Nordeste Urgente”, 7,6% assistem o Programa “Valeu o Boi”, 6,6% o “RN Acontece”, 5,6% “Batendo Perna”, ficaram empatados com 5,1% os Programas “Talento potiguar” e “De olho na folia”, também empatados logo em seguida com 4% ficaram os Programas “Os Donos da Bola” e “Conexão Potiguar”, com 2,5% o Programa “Boa tarde cidadão” e uma minoria de 2,3% ficaram divididos entre os outros programas listados no questionário. Em linhas gerais, confirmamos que a programação é um dos pontos mais marcantes do sucesso de uma emissora e, em contrapartida, observamos que o quesito programas locais está deixando um pouco a desejar. Mesmo

levando em consideração esse aspecto relativamente negativo, observamos que a Band Natal ainda é uma das emissoras do estado do Rio Grande do Norte que em relação à concorrência, que mais produz conteúdo local.

Considerações finais

Conhecer a história da TV Band Natal ajuda-nos a refletir sobre o contexto contemporâneo da comunicação e compreender as relações políticas e econômicas que, no início dessa trajetória, começaram a desenhar o quadro que vemos hoje. A história da TV no Rio Grande do Norte é uma história a ser contada. Nesse sentido, é valiosa a contribuição da pesquisadora Valquíria Kneipp que, no artigo “Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação”, além de apresentar a trajetória da implantação da televisão no Rio Grande do Norte, buscou registrar o passado da televisão potiguar, com vistas a entender o presente da mesma.

Com o trabalho aqui apresentado, pretendemos dar nossa contribuição para essa área, enfocando a quarta emissora comercial e a quinta no estado do Rio Grande do Norte, a TV Band Natal. Seu surgimento e trajetória estão intimamente ligados a grupos políticos. Assim como as demais emissoras espalhadas pelo Rio Grande do Norte e pelo Brasil, a antiga TV Potengi era uma unidade autônoma, com programação própria, embora retransmitisse a programação da Band nacional. No estado, a TV Potengi desbravava ainda um território ainda pouco explorado. A emissora sofreu forte concorrência. Foram muitas as dificuldades iniciais com sérias restrições orçamentárias e técnicas.

Diante do exposto, é possível mapear que o percurso de implantação da emissora no estado, embora em muitos momentos da história concomitante e outros posteriores ao potiguar, do ponto de vista do surgimento, em muito se parecem. A maioria surge de grupos locais com poder financeiro e político que se articulavam para viabilizar a implantação das emissoras em suas cidades. A estrutura e as equipes eram inexperientes tanto no negócio como no âmbito das produções, o que permitia e/ou obrigava a experimentação e o improviso.

Os formatos locais e programas de conteúdo local ou regional perderam-se na falta de uma estrutura para o arquivamento imagético e, alguns produtos, mantêm-se em poder particular cujo acesso não é permitido, impedindo que se possa recuperar ou restabelecer uma parte importante da história recente da televisão potiguar: aquela produzida regionalmente.

Em um momento muito particular da sua história, mesmo com muita influência na vida política e social do estado, a TV Potengi passa por uma grave crise financeira devido ao novo contexto das telecomunicações no Brasil que reconfiguram o mercado televisivo no país, e também no Rio Grande do Norte.

A TV Potengi, parceira da Band, oficializa a venda de 50% da emissora que já sem força para brigar com as concorrentes, não obtém sucesso. Com a venda dos outros 50% para família Saad dona da Band, encerra-se a história da televisão da TV Potengi.

Dessa forma, percebe-se que a Band Natal, apesar de ter chegado tarde, comparada com as demais, também teve inúmeros obstáculos para se consolidar no estado, assim como tem uma tendência pela falta da ampla cobertura do regional, se restringindo a informações que rodeiam a capital.

Atualmente com o empenho de cada investidor foi viabilizada na emissora uma infraestrutura adequada como

as do resto do estado. Além disso, a maior parte de seus funcionários tem formação específica, produzindo programas de interesse da população local.

Esta pesquisa também possibilitou verificar por meio do questionário a visão do telespectador sobre a Band Natal. O mercado televisivo potiguar é dominado pela televisão aberta, em especial pela Inter TV Cabugi, filiada à Rede Globo. Na visão dos entrevistados (telespectadores), a Band Natal ainda deixa a desejar em relação às suas concorrentes. Entretanto, um aspecto do questionário chamou atenção diz respeito à questão “Na sua opinião, qual dessas emissoras de televisão potiguar tem aberto um maior espaço para discutir questões ligadas a diversidade sexual e de gênero?”, obtivemos um resultado interessante com 48,9%, apontando para a TV Universitária, na qual é um resultado esperado, por se tratar de uma emissora pública, 20% indicaram a Inter TV Cabugi e 14,7% apontaram a Band Natal. Este é um número bastante expressivo para Band Natal que vem a confirmar o espaço que a emissora tem dado ao assunto, e que tem surtido efeito entre os telespectadores. Contudo, é um dado que tem que ser observado com cuidado para que a razão desse resultado seja pontuada e compreendida em busca de atender satisfatoriamente os telespectadores.

Mas, tomando por base a pesquisa realizada e a busca de fontes e materiais para a produção deste artigo, depa-ramo-nos com uma situação que, não é particular da Band Natal, mas de inúmeros meios de comunicação no estado, a falta de preocupação com a preservação da sua história. Analisando a dificuldade em encontrar materiais que nos auxiliassem nesta produção, podemos entender um pouco

o distanciamento de uma emissora própria da rede, como é o caso da Band Natal, e uma filiada em relação ao público local e sua história, “é uma deficiência que a emissora está tentando consertar” (informação verbal)⁴.

Em síntese, na mesma direção, do ponto de vista dos estudos sobre a história da televisão potiguar e em particular da Band Natal, os pesquisadores interessados no tema se deparam com um vácuo na história dessa emissora, o que atrapalhou a construção de uma narrativa baseada em dados concretos e documentos que pudessem ratificar a nossa produção, no entanto, a presença de personagens importantes nas emissoras, Potengi e Band Natal, foram de grande importância para o levantamento de dados e para a construção de uma parte da história da emissora no Rio Grande do Norte.

⁴ Entrevista concedida por Augusto Correia (Atual diretor da Band Natal) ao jornalista Emanuel Leonardo dos Santos e ao radialista Gustavo dos Santos Fernandes em 6 de maio de 2016, em Natal-RN.

Referências

BARBOSA, Marialva. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana P.; SACRAMENTO, I.; ROXO, M. (Org.). História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010. p. 15-35.

BRASIL. Lei nº 4.117/62, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1962. p. 10413. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10582249/artigo-38-da-lei-n-4117-de-27-de-agosto-de-1962>>. Acesso em: 14 maio 2016.

CARMO-ROLDÃO, Ivete Cardoso do. TV Regionais em Campinas: 30 anos de história. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: [s.n.]: 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/TVs%20Regionais%20em%20Campinas.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

EMERIM, Cárlica; CAVENAGHI, Beatriz. Os primeiros vinte anos das emissoras de televisão em Santa Catarina. In: ENCONTRO DO NÚCLEO GAÚCHO DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4., 2012, São Borja- RS. Anais... São Borja- RS: ALCAR, 2012. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/gphm/files/2012/05/gtmidiaaudiovisualevisual_Beatriz_Cavenaghi.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FAGUNDES, José; MENDES, Marcília; CARRILHO, Daniela. Mídia televisiva e poder político no RN. São Paulo: Celacom-Universidade Metodista, 2005. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/d/df/GT7_-_003.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

KNEIPP, Valquíria; SILVA, Luciana. Trajetória da TV no RN: a história política da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/trajetoria-da-tv-no-rn-a-historia-politica-da-comunicacao/view>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

KNEIPP, Valquíria; SILVA, Luciana; SILVERIO, Sylara. A trajetória da televisão no RN: um “estado da arte” ou “do conhecimento”. Natal, 2016. (No prelo).

LIMA, Maria. Nordeste: o desenvolvimento para além das oligarquias. XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande-MS. Anais... Campo Grande-MS: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/156331664957317396305033185267157751695.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____. Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história
– 1950/1990. Salvador: Associação Brasileira de Agências
de Propaganda/Capítulo, Bahia: A Tarde, 1990.

MELO, Antonio. História da TV Potengi [mensagem
pessoal]. Mensagem recebida por <emanoelleonardo87@
gmail.com> em 7 maio 2016.

SODRÉ, Muniz. O monopólio da fala: função e linguagem
da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

TV Tropical: uma emissora aberta para o novo

Juliana Hermenegildo

Introdução

A primeira transmissão de televisão no Brasil foi realizada no dia 18 de setembro de 1950. Ao longo de seus 66 anos, essa mídia passou por diversas mudanças entre cores, sinal UHF, VHF, e agora digital. Seu enorme poder de expansão fez com que ela se tornasse o maior meio de comunicação de massa do país. O estado do Rio Grande do Norte permaneceu sem uma emissora de TV comercial por 37 anos.

Segundo Santana (1997), no período de ausência de televisões comerciais no Rio Grande do Norte, o Brasil atravessava diversos movimentos culturais e políticos. No campo da cultura, surgia o cinema novo, liderado pelo baiano Glauber Rocha, filmes com temáticas sociais e ênfase nacionalista. Na música, surgia o tropicalismo e a bossa nova, movimentos musicais que exaltavam a cultura brasileira. Na economia, houve a aceleração e produção de bens duráveis com a instalação de grandes indústrias no Brasil, impulsionadas pelo então presidente Juscelino Kubitschek. No campo político, instaurava-se a ditadura militar no país em 1964.

No Rio Grande do Norte, o único grande evento que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1980 foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, em dezembro de 1959. De acordo com Queiroz (2010), a capital Natal ainda contava com poucos bairros e nenhuma indústria com grande potencial econômico.

No período de 1950 a 1987, o Rio Grande do Norte recebia apenas retransmissões das emissoras do estado de Pernambuco, sinal esse transmitido para a capital Natal e alguns municípios que atualmente compõem a região metropolitana. Na região oeste do estado, Mossoró e adjacências, o sinal recebido era repassado da TV Verdes Mares, do estado do Ceará. Os veículos de comunicação eram o rádio e o jornal.

Depois de situado um pouco da história, apresentamos o intuito desse trabalho, que é preencher algumas lacunas sobre a ausência de televisões comerciais no estado. Para isso, abordamos as relações políticas e econômicas que inviabilizaram a expansão dos veículos de comunicação, tomando como foco a instalação da TV Tropical, na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Para materializarmos a pesquisa, selecionamos recortes do jornal Tribuna do Norte, matérias veiculadas no período de 1985-1987, quando as concessões foram cedidas para instalação de TVs no Rio Grande do Norte. Procuramos, com o método documental e histórico, apresentar entrevistas e cartas dos leitores do jornal, atores sociais no processo de cobrança e instalação das emissoras no estado. Para além do objeto específico desta pesquisa, contamos com entrevistas cedidas pelos pioneiros da TV Tropical para sua revista comemorativa de 25 anos de inauguração. Ao todo, foram coletadas 12 cartas de leitores no período de recorte.

Ao analisarmos sistematicamente esses fatos, elencamos algumas questões, a saber: quais motivos e fatores impediram o desenvolvimento dos meios de comunicação no estado do Rio Grande do Norte? Como ocorreu a instalação da TV Tropical? Objetivamos, com a seguinte análise, reconstruir os passos dos pioneiros do fenômeno televisivo no estado do Rio Grande do Norte, abordando quais dificuldades foram encontradas e como elas foram contornadas.

Das alianças políticas às concessões de TVs: o cenário político e social de 1950-1987

No início da década de 1960, a cidade de Natal contava com cerca de 160 mil habitantes. Segundo Queiroz (2010), os costumes da cidade ainda possuíam características interioranas com costumes conservadores, limitados e comedidos. O natalense se divertia indo às praias, aos cinemas; os passeios nas praças, após a missa, eram algumas das diversões nesse período.

Ao avaliarmos os acontecimentos das décadas que se seguiram após a instalação de TV no Brasil, percebemos que existiam, no Rio Grande do Norte e, principalmente, na capital Natal, divergências políticas entre duas famílias: Alves e Maia, famílias que eram e ainda são detentoras de grandes veículos de comunicação. De um lado, os Alves, detentores do jornal de maior circulação do estado, *Tribuna do Norte*, que posteriormente se tornaria o Sistema de Comunicação Cabugi. Na oposição, a família Maia, dona de uma cadeia de rádios locais, atualmente Grupo de Comunicação Tropical.

Com base em recortes do jornal *Tribuna do Norte* (jornal de maior circulação na década de 1980), constatamos a ausência

de mídia televisiva própria do estado e as constantes reclamações dos leitores em relação ao papel das autoridades locais que permaneciam inertes sobre a instalação das tevês.

Em coluna intitulada Opinião do Leitor, alguns leitores moradores de Natal faziam reclamações constantes da omissão do poder público acerca da busca de instalação de emissoras comerciais do estado e também do sinal ruim feito pela única retransmissora, como podemos ver em trechos extraídos das cartas do jornal Tribuna do Norte do ano de 1985:

Quando é que teremos um novo canal de televisão para Natal? Há pouco tempo soube que o senador Carlos Alberto de Souza tinha recebido a concessão para explorar um novo canal, mas parece que tal concessão acabou sendo cassada.

Natal, capital do estado, com quase 700 mil habitantes, já tem o direito de possuir um novo canal de TV. Não podemos e não devemos ficar atrelados apenas à Rede Globo de Televisão.

É um problema que as autoridades competentes deveriam resolver. A curto prazo. (FONSECA, 1985).

Não sei em que pé está a movimentação para trazer até Natal outro canal comercial de televisão. Sei que o assunto voltou a ser abordado há algumas semanas, até com certa insistência, mas hoje, agora, parece que novamente a ideia de se trazer outra emissora de televisão até aqui murchou.

Eu gostaria que as autoridades competentes pensassem no assunto com interesse. Natal, a capital do Rio Grande do Norte, não pode e nem deve ficar entregue apenas à rede Globo de Televisão. Que tragam para aqui a Manchete, a Bandeirantes, até mesmo a TV Silvio Santos. Só assim podemos ter uma saída, uma opção. (ANDRADE, 1985).

Cabe ressaltar que, em 12 de janeiro de 1985, foi concedida instalação de emissora de TV para o senador Carlos Alberto, pelo então presidente João Figueiredo. Essa concessão foi cassada no dia 26 de junho de 1985, com a saída do presidente, sendo liberada novamente somente no ano de 1986, fato noticiado constantemente nas páginas do jornal *Tribuna do Norte*.

As alianças políticas entre governos estadual e federal foram responsáveis por grande parte desse “atraso televisivo” no Rio Grande do Norte. Em carta endereçada à coluna *Opinião do Leitor*, no dia 4 de janeiro de 1987, Gilson Luís escreve ao jornal fazendo o seguinte relato:

Dirijo-me a esta coluna no intuito de insurgir-me contra a passividade esquizofrênica das autoridades competentes, no que tange a geração de imagens de outros canais de televisão, para a população natalense e municípios vizinhos, como meio alternativo de lazer para quem não tem casa de praia ou campo ou meios de viajar para Bahamas. É incompreensível o tamanho descaso prestado pelos senhores José Agripino Maia ou Radir Pereira (em face das viagens consecutivas e quase diárias não há como distinguir o titular) e prefeito Marcos César Formiga. Ou compreensível até demais. Em 1984 a TV Bandeirantes comprometeu-se em instalar uma repetidora em natal, desde que o Sr. José Agripino Maia patrocinasse as despesas, as quais não seriam tão onerosas aos cofres públicos, já que o comércio entraria no empreendimento com a metade, o que daria ao governo os custos de cinquenta milhões de cruzeiros, aproximadamente. Mas a Globo fez uma proposta tentadora ao governo, para financiar toda a sua campanha para qualquer cargo (no vídeo da tevê) na eleição de 1986 e, assim, não ceder

espaço a outra qualquer emissora comercial dentro do Rio Grande do Norte.

É sabido que, também, a TV Manchete esteve cogitando a sua instalação em nossa capital desde 1983. Inclusive o representante para a região nordestina e potiguar. Por que até hoje ainda não se conseguiu a repetidora da tevê para a Manchete, quando Salvador, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Fortaleza, São Luiz, Aracajú, Maceió, entre outras de menor expressão, já têm as três emissoras de televisão maiores do país - Bandeirantes, Manchete e Globo. (LUÍS, 1987).

Os fatos apontados na carta não foram confirmados nas páginas dos jornais analisados, o que detectamos, entretanto, são inúmeras acusações de uso indevido de dinheiro público para o benefício do governador em exercício na época, Agripino Maia. Na ocasião dessa carta, ele tinha acabado de instalar a única antena parabólica da cidade de Natal para seu uso particular. O que percebemos é que os impasses políticos foram o principal impedimento para a demora na instalação das TVs no Rio Grande do Norte, mas foi também a partir delas que as concessões e instalações foram cedidas. A ditadura política instalada no país colocava em lados opostos as ideologias dos dois maiores detentores de meios de comunicação no estado, impossibilitando uma evolução para ambos os lados.

Talvez pelo momento político que o país vivia ou pelas oligarquias políticas rivais, o fato é que o Rio Grande do Norte passou um enorme período somente reproduzindo informações. Os meios de comunicação existentes eram totalmente partidários e detinham tanto o poder político quanto o simbólico da região. Esses fatores foram capazes de intervir e influenciar os acontecimentos do período de instalação das emissoras

comerciais no estado, gerando mais conflitos, fatos que não passaram em branco pela população. Em algumas cartas, foi possível identificar o cansaço do telespectador para a qualidade da imagem transmitida em Natal, capital do estado, e para a ausência de conteúdo próprio.

Mais uma vez ocupo este espaço oferecido pela Tribuna do Norte a seus leitores para cobrar das autoridades locais som e imagem de outro canal de televisão em Natal. Não é possível que o governador José Agripino Mais, o prefeito Marcos César Formiga, os deputados estaduais e vereadores não sensibilizem diante desta reivindicação que é feita por toda a cidade. E não é possível, também que continuemos escravos da Rede Globo de Televisão até não querer mais.

Sei bem que os outros canais de televisão como Manchete e Bandeirantes perdem para a Globo e não oferecem programações de boa qualidade. Acontece, porém, que não podemos ficar escravizados apenas à televisão do Dr. Roberto Marinho. Temos que ter opções porque este é o nosso único lazer.

Apelo novamente ao governador do Rio Grande do Norte nossa autoridade máxima. Que ele se esforce para dar à população natalense um lazer melhor, mais diversificado. A Televisão, todos sabemos disso, é o órgão de comunicação mais importante deste século.

Apelo também aos vereadores do município. Eles são os nossos reais representantes diante do poder Executivo e não só podem como devem encampar todas as nossas reivindicações. Que assumiram essa tarefa, portanto.

Por fim, apelo ao prefeito municipal Marcos César Formiga. Acho que ele reúne condições para comprar esta briga e sei, através dos jornais, que trazer outro canal de televisão para Natal não

seria muito caro para os cofres da cidade. Daí não custa nada conceder à população esta alegria. (MONTEIRO, 1987).

A solicitação de urgência na produção de conteúdo local era constante nas diversas cartas publicadas pelo jornal Tribuna do Norte, repetidamente os jornalistas locais escreviam notas sobre a escassez de qualidade do serviço prestado pelas repletoras. Era início do ano de 1987 quando mudou esse cenário, primeiramente com a instalação da TV Ponta Negra, depois da TV Cabugi e, em terceiro, da TV Tropical.

TV Tropical e a modernização das emissoras de televisão no Rio Grande do Norte

O ano de 1987 foi revolucionário para a cidade de Natal e todo o estado do Rio Grande do Norte. Em um período em que surgiam e se consolidavam as grandes redes nacionais, baseadas em uma legislação própria que reconhecia a autonomia das unidades da federação e que acentuava o poder homogeneizante de um novo veículo de comunicação, cada estado era livre para colocar seu toque regional à sua programação. A TV Tropical tornou-se a terceira emissora comercial do estado.

A TV Tropical foi fundada por Tarcísio Maia em Natal, em 1º de novembro de 1987¹. Considerado um dos maiores políticos do estado do Rio Grande do Norte, Secretário de Educação no governo de Dinarte Mariz², responsável por grande reformulação educacional no ensino público, tal sucesso fez dele

¹ A concessão foi cedida em 1986, mas a inauguração só ocorreu de fato neste dia.

² Governador do estado do Rio Grande do Norte entre 1956-1961.

deputado federal no período de 1959-1963 e, posteriormente, governador entre 1975-1979. Era médico pediatra, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, escreveu diversos artigos para o jornal do Oeste em Mossoró/RN, no qual desempenhava a faceta de jornalista. O objetivo de Tarcísio Maia era consolidar um grupo de comunicação que conseguisse englobar as rádios e a televisão (TROPICAL..., 2012).

Instalada dentro da estrutura da rádio Tropical AM, em um prédio localizado na avenida Romualdo Galvão, número 973, bairro de Lagoa Seca, Natal. Inicialmente, filiada à Rede Manchete 1987-1997. Os primeiros anos da emissora foram difíceis, transmitindo a partir do canal 8 VHF para toda a Região Metropolitana de Natal, cobrindo também alguns municípios do interior por meio do satélite NSS 7 (frequência 4057 R e simbol rate 3333).

O jornalista Wellington Medeiros foi um dos funcionários da rádio AM Tropical convidado para participar do projeto da televisão. Em entrevista cedida à revista comemorativa dos 25 anos da TV Tropical, Medeiros (TROPICAL..., 2012) conta que a primeira dificuldade da época era técnica. Por não ter edição, todo o processo era realizado na produtora Pro Vídeo, com uma equipe formada por 20 repórteres e cinegrafistas, que, segundo Medeiros, “iam à caça da notícia”.

Hermes Monteiro Carlos, responsável pela edição de imagens da emissora há 24 anos, conta que “no início as edições eram feitas às pressas em fitas Umatic, com quase 30 cm” (TROPICAL..., 2012, p. 27). Segundo ele, a evolução para DVCam, que são menores e com maior capacidade, ajudou a acelerar o processo de edição. Com a interligação das ilhas de edição, permitiu-se que, ao finalizar e exportar as imagens, tudo esteja automaticamente no exibidor e já se tenha o espelho do jornal pronto.

As dificuldades em ser pioneiros muitas vezes foram contornadas por um talento nato do profissional em questão, como é o caso da primeira apresentadora da TV Tropical, Elizabeth Venturini, que recentemente adotou o sobrenome Biglione. A apresentadora, que desempenhava a função de locutora de rádio na AM Tropical, fez teste para vídeo e foi aprovada para apresentar o primeiro RN Manchete. Na época, não havia teleprompter, Elizabeth Biglione (TROPICAL..., 2012) conta como decorava os textos do jornal.

A equipe preparava as cabeças das reportagens, não muito compridas [...] ‘Eu decorava os textos por parágrafos. Mas sempre tive facilidade para isso. Lia uma, duas vezes, na terceira já tinha gravado’ (TROPICAL..., 2012, p. 28).

Para Biglione, sua geração foi fundamental para o desenvolvimento das televisões comerciais no Rio Grande do Norte, conforme ela descreve “[...] nós praticamente inventamos a televisão aqui no estado [...] fazer televisão era uma peregrinação” (TROPICAL..., 2012, p. 28). O telejornal na época tinha 30 minutos de duração, e a apresentadora ficou à frente da atração por 10 anos.

As imagens eram outro problema para a televisão. Em um cenário ainda escasso de profissionais na cidade de Natal, a emissora precisou “exportar” técnicos da cidade de Recife/PE para ensinar aos funcionários locais como utilizar os recursos de edição. Somente após esse momento, a TV Tropical se dotou de equipes integrados de técnicos e jornalistas com capacidade de produzir, em audiovisual, a visão local dos acontecimentos com qualidade de imagem superior às demais emissoras. Mesmo com as inúmeras dificuldades pela escassez

de profissionais de vídeo, a TV Tropical detinha, segundo algumas cartas de leitores, a melhor transmissão de imagens.

Em Natal, felizmente, contamos agora com quatro canais de televisão – a Globo, a Universitária, a Bandeirantes e a Manchete. Acontece, porém, que de todas elas apenas a Manchete mantém um padrão de qualidade indiscutível no serviço que presta à população, em se falando de som e imagem. A Globo tem uma recepção péssima em quase toda a cidade, a Bandeirantes continua com a imagem cheia de sombras e a Universitária, coitada, não tem qualidade de nada (NASCIMENTO, 1987).

Foi nessa busca por um jornalismo de qualidade e imagens impecáveis que alguns programas da emissora ficaram registrados e gravados na história do jornalismo local pela amplitude das discussões em pauta. De acordo com informações contidas na Revista Tropical (2012), publicação que homenageava os 25 anos da rede Tropical de Comunicação, o programa Grande Ponto é um deles. Com apresentação do jornalista Cassiano Arruda Câmara, que também foi um dos primeiros publicitários do Rio Grande do Norte na agência Vésper, sendo exibido às quintas-feiras, às 22 horas, com duração de 80 minutos, o programa trazia uma abordagem diferente dos programas convencionais de entrevistas, sendo conduzido pelo apresentador e mais dois entrevistadores, responsáveis por direcionar a conversa com o entrevistado. Segundo informações da Revista Tropical (2012), antes das entrevistas irem ao ar, algumas reportagens eram feitas sobre o entrevistado para justificar sua presença no programa. O Grande Ponto foi ao ar pela primeira vez em um momento decisivo para a política brasileira, a primeira eleição

direta para presidente do país, em 1989. Passaram pelos estúdios do programa os presidentiáveis Leonel Brizola, Fernando Collor de Melo e Roberto Freire. Pela roda de entrevistas, passaram algumas das principais lideranças políticas e culturais do Rio Grande do Norte e do país, configurando-se, por muito tempo, como o programa que mais repercutia no cenário potiguar.

A primeira grande reestruturação da emissora aconteceu no ano de 1998, quando, após 10 anos filiada à extinta Rede Manchete, ocorreu a mudança de filiação para a Rede Record. O objetivo da TV Tropical foi o de acompanhar o crescimento da nova parceria, investindo em equipamentos, por meio dos quais passou a operar com o transmissor mais potente do estado (15 kW). Nesse mesmo ano, expandiu sua cobertura, chegando à cidade de Mossoró, região oeste do estado, com um novo transmissor. No ano seguinte, chegou à região do Seridó (TROPICAL..., 2012).

A TV Tropical é uma emissora pioneira e transgressora. Conta com estúdios modernos e tecnologia de ponta. Foi a primeira televisão do Rio Grande do Norte a operar em sinal digital, inicialmente no mês de maio de 2012, em caráter experimental, e oficialmente em 10 de julho. Com olhos voltados para o futuro, engloba, em sua programação, segmentos diversificados, como construção, moda, arte, cultura e jornalismo cotidiano. A emissora conta hoje com cobertura em 91% do estado do Rio Grande do Norte.

Inserida em um planejamento voltado para o futuro, a TV Tropical conseguiu atravessar momentos turbulentos no país, como as mudanças de quatro planos econômicos. Contemporaneamente, atua com um planejamento de marketing intenso visando se adequar às novas exigências do mercado, como a TV Digital Interativa e as novas plataformas

digitais da internet (TROPICAL..., 2012). Contando com um corpo jornalístico dinâmico e com uma programação diversificada, busca consolidar a cobertura do estado e avançar no espaço televisivo, trazendo aprimoramento do conteúdo e ampla difusão da informação de forma clara e direta.

Os desafios da TV Tropical, em seus 30 anos de existência, é adequar-se à nova realidade dos processos comunicativos. Em um cenário de profusão de informações nas redes digitais, a emissora se projeta, hoje, em uma busca para unificar as diferentes plataformas em seu conteúdo e expandir seu espaço de comunicação, atuando de forma ativa nas redes sociais digitais.

Considerações finais

Pensar em um lugar, hoje, sem o alcance dos veículos de comunicação, em suas diferentes naturezas, é quase uma utopia, ainda que existam. A efervescência da televisão no Brasil foi, durante um longo período, um fenômeno utópico para o estado do Rio Grande do Norte. Paralelo às agitações dos grandes centros urbanos do país, e apenas repetindo informações, a população se encontrava sem uma produção local de informação e notícia.

Os veículos de comunicação do Rio Grande do Norte, dotados de uma carga opinativa, serviam a interesses meramente políticos, fato constatado nas páginas do jornal Tribuna do Norte. O caráter informativo beirava à ironia quando jornalistas locais abordavam o advento de novas emissoras como “cochichos de calçada”, termo comumente usado em algumas colunas jornalísticas para abordar o assunto das emissoras.

Sabemos que os meios de comunicação mantêm uma relação direta com a política no Brasil, logo, no Nordeste não poderia ser diferente. Os grandes veículos instalados na região são agregados a famílias envolvidas nas diferentes esferas públicas e políticas. A utilização desses meios para organização de poder tornou-se ação comum nas disputas no cenário político local do Rio Grande do Norte. Nesse processo, a população assumiu papel de protagonista ao cobrar ações. Para os habitantes da cidade de Natal, era inadmissível que uma capital, que na década de 1980 já tinha uma estimativa de 650 mil pessoas³, continuasse sem produção televisiva, sinal de qualidade ruim e refém de informações tendenciosas das mídias existentes.

A continuidade do processo de posse das mídias pelos políticos norte-rio-grandenses continuou com as emissoras de TVs, contudo, o advento de 3 televisões no mesmo ano possibilitou um processo de escolha por parte do telespectador e de uma cobrança ainda maior por melhorias.

A TV Tropical, embora associada a políticos e ainda mantendo um forte apelo em relação a seus proprietários, vem desenvolvendo um papel social e mediador para a população do Rio Grande do Norte. Consolidada no maior conglomerado de comunicação do estado, detentor de 2 rádios na capital e 6 no interior, além de 2 canais de TV, é necessário que a emissora desvincule sua imagem do coronelismo midiático enraizado desde seu surgimento, que se busque a transparência da informação, bem como uma posição apartidária, sobretudo a fidelidade com o telespectador.

³ Dados disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=240810>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

Em quase três décadas de existência, a emissora projeta seus passos para uma nova jornada: adequar-se aos novos ritmos midiáticos propostos pela migração de seu público para a internet, lidando com o fenômeno das notícias imediatas e com o fato de que cada indivíduo é capaz, agora, não só de questionar os processos de comunicação como também de os produzir.

Referências

ANDRADE, Arlindo Melo de. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f.1, em 26 maio 1985.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, Alcebiades. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f. 1, 14 jan. 1985.

LUÍS, Gilson. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f. 1, em 4 jan. 1987.

MENDONÇA, Marcos de Alcântara de. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f. 1, 28 nov. 1987.

MONTEIRO, Hamilton F. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f. 1, 16 jan. 1987.

NASCIMENTO, Ana Maria. **[Carta]**. Carta recebida por Tribuna do Norte, f. 1, 5 dez. 1987.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. A produção do espaço urbano de Natal/RN: Algumas considerações sobre as políticas públicas. **Observatorium, Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 2-16, jul. 2010. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017.

SANTANA, Marta Medeiros de. **Vésper:**
A pedra fundamental na moderna propaganda do
Rio Grande do Norte. Natal: Edições UNP, 1997.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma
teoria social da mídia.** Tradução Wagner de Oliveira
Brandão. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TROPICAL: Revista TV Tropical 25 anos, Fácil Comunicação. 2012.



Este livro foi projetado pela
equipe da Editora da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte
em Setembro de 2017.

